

CAPITULO	I - Disposições Gerais.....	pg.1
CAPITULO	II - Definições	3
CAPITULO	III - Do projeto de edificação, da licença para Edificar e do profissional habitado a Projetar, calcular e construir.....	8
SEÇÃO	I - Do projeto de edificação.....	8
SEÇÃO	II - Da apresentação do projeto de edificação.....	13
SEÇÃO	III - Da aprovação do projeto arquitetônico e do exame dos projetos da fundação, estrutural e instalações..	18
SEÇÃO	IV - Da licença para edificar.....	21
SEÇÃO	V - Do alvará de alinhamento e de nivelamento.....	25
SEÇÃO	VI - Do projeto e da licença de edificações públicas federais e estaduais, de concessionárias de serviços públicos de instituições oficiais ou oficializadas e da municipalidade.....	25
SEÇÃO	VII - Do projeto e da licença de obras parciais.....	26
SEÇÃO	VIII - Da licença para demolições.....	27
SEÇÃO	IX - Das condições para modificar o projeto arquitetônico aprovado.....	28
SEÇÃO	X - Do profissional legalmente habilitado para projetar, calcular e construir.....	29
CAPITULO	VI - Das edificações e da classificação, forma e dimensionamento de seus compartimentos.....	31
SEÇÃO	I - Disposições Preliminares.....	31
SEÇÃO	II - Das classificação dos compartimentos.....	31
SEÇÃO	III - Dos vestibulos e das salas de entrada ou de espera..	32
SEÇÃO	IV - Dos corredores.....	33
SEÇÃO	V - Das caixas de escada.....	34
SEÇÃO	VI - Das salas.....	34
SEÇÃO	VII - Dos Dormitórios.....	34
SEÇÃO	VIII - Das cozinhas, copas e despensas.....	35
SEÇÃO	IX - Dos banheiros e sanitários.....	36

SEÇÃO	X - Dos Lavaçouros.....	pg. 37
SEÇÃO	XI - Das Dependências de Empregados.....	38
SEÇÃO	XII - Das Garagens Domiciliares.....	39
SEÇÃO	XIII - Dos Porões e Subterrâneos.....	39
SEÇÃO	VII - Dos Sótãos.....	40
CAPÍTULO	V -	
SEÇÃO	I - Disposições Preliminares.....	41
SEÇÃO	II - Das Fundações.....	41
SEÇÃO	III - Da Estrutura.....	42
SEÇÃO	IV - Das Paredes.....	43
SEÇÃO	V - Das Escadas e Rampas.....	45
SEÇÃO	VI - Dos Pisos.....	47
SEÇÃO	VII - Das Coberturas.....	47
SEÇÃO	VIII - Das Fachadas.....	48
SEÇÃO	IX - Dos Elementos Construtivos Especiais.....	
	SURSEÇÃO I - Das Galerias Formando Passeios.....	50
	SURSEÇÃO II - Dos Muros e Gradis.....	51
	SURSEÇÃO III - Das Marquises.....	52
CAPÍTULO	VI - Da Insolação, Iluminação e Ventilação	
SEÇÃO	I - Disposições Preliminares.....	54
SEÇÃO	II - Do Dimensionamento dos Vãos das Janelas e Portas	56
CAPÍTULO	VII - Dos Tipos de Edificações.....	58
SEÇÃO	I - Das Edificações Residenciais	
	SURSEÇÃO I - Das Edificações Uni-Habitacionais	58
	SURSEÇÃO II - Das Habitações Conjugadas.....	59
	SURSEÇÃO III - Das Residenciais Superpostas...	60
	SURSEÇÃO IV - Dos Edifícios de Apartamentos..	61
	SURSEÇÃO V - Das Moradias Populares.....	63
SEÇÃO	II - Das Edificações Comerciais e para Escritórios ou Consultórios.....	65
	SURSEÇÃO I - Dos Edifícios de Salas para Escritórios e Consultórios ou para fins Comerciais e Artesanais	65

SUBSEÇÃO	II - Das Edificações para lojas e para farmácias e Drogarias.....pg.	66
SURSEÇÃO	III - Das Galerias Internas.....	67
SEÇÃO III	-Das Edificações Industriais.....	68
SEÇÃO IV	- Das Edificações Industriais e Comerciais de Gêneros alimentícios	
SURSEÇÃO	I - Disposições Preliminares.....	72
SURSEÇÃO	II - Das edificações para panificadoras ou fábricas de massas e congêneres.	74
SURSEÇÃO	III - Das Edificações para fábricas de doces, conservas e congêneres.....	75
SURSEÇÃO	IV - Das Edificações para mercearias Armazéns e depósitos de gêneros alimentícios.....	75
SURSEÇÃO	V - Das Edificações par Cafés, restaurantes, bares, pastelarias, confeitarias e casas de lanches.....	76
SURSEÇÃO	VI - Das Edificações Industriais e Comerciais de carnes e derivados.....	76
SURSEÇÃO	VII - Das Edificações Industriais e comerciais de leite e laticínios.....	78
SURSEÇÃO	VIII - Das Edificações para torrefações de café.....	81
SURSEÇÃO	IX - Das Edificações para fábricas de bebidas.....	81
SURSEÇÃO	X - Das Edificações para frigoríficos e fábricas de gelo.....	82
SURSEÇÃO	XI - Das edificações para Mercados e super-Mercados.....	82
SEÇÃO V	- Das edificações para hotéis, pensões e moréis.....	84
SEÇÃO VI	- Das Edificações Escolares.....	87

SEÇÃO VIII - Das Edificações Assistenciais.....	pg. 97
SEÇÃO IX - Das Edificações Recreativas.....	106
SUBSEÇÃO I - Disposições Preliminares.....	106
SUBSEÇÃO II - Dos Cinemas.....	111
SUBSEÇÃO III - Dos Teatros.....	113
SUBSEÇÃO IV - Dos Clubes Noturnos.....	115
SUBSEÇÃO V - Dos edifícios para sedes dos clubes esportivos, recreativos e educativos.....	116
SUBSEÇÃO VII - Das piscinas de natação.....	116
SUBSEÇÃO VIII - Dos Estádios e ginásios esportivos	120
SEÇÃO X - Das oficinas, postos de serviço e de abastecimento de veículos.....	121
SUBSEÇÃO I - Das oficinas de veículos.....	121
SUBSEÇÃO II - Dos postos de serviço e de abastecimento de veículos.....	121
SEÇÃO XI - Dos depósitos e fábricas de inflamáveis líquidos e gases.....	124
SUBSEÇÃO I - Dos depósitos de inflamáveis líquidos e gases.....	124
SUBSEÇÃO II - Das fábricas e depósitos de explosivos.....	128
SEÇÃO XII - Das Edificações para fins especiais diversos....	129
SUBSEÇÃO I - Dos templos religiosos.....	130
SUBSEÇÃO II - Das edificações para barberias e salões de beleza.....	130
SUBSEÇÃO III - Das lavanderias.....	130
SUBSEÇÃO IV - Dos galpões, telheiros e depósitos de mercadorias ou materiais.....	131
SUBSEÇÃO V - Dos jiraus.....	133

SURSEÇÃO	III - Da paralização dos serviços de construção	pg164
SURSEÇÃO	IV - Da limpeza da edificação construída'	
SURSEÇÃO	V - Da remoção dos materiais e equipamentos e dos andaimes e tapumes.....	166
SEÇÃO XI	Da fiscalização da Prefeitura durante a construção de edificações	167
SURSEÇÃO	I - Disposições Preliminares.....	167
SURSEÇÃO	II -Das intimações.....	168
SURSEÇÃO	III - Das vistorias.....	169
CAPITULO VIII	- Da ocupação e da habitação do edifício.....	171
CAPITULO IX	- Das infrações e das penalidades.....	175
SEÇÃO	I - Disposições Preliminares.....	175
SEÇÃO	II - Da advertência	178
SEÇÃO	III - Da suspensão	179
SEÇÃO	IV - Da exclusão do profissional ou firma.....	180
SEÇÃO	V - Da cassação da licença para construir a edificação	180
SEÇÃO	VI - Das multas	181
SEÇÃO	VII - Do embargo	184
SEÇÃO	VIII - Da demolição	186
CAPITULO X	- Disposições Finais.....	187

SEÇÃO	XIII - Das edificações na zona rural.....pg.	134
CAPÍTULO	VIII - Dos serviços de construção de edificações...	137
SEÇÃO	I - Disposições Preliminares	137
SEÇÃO	II - Das instalações da obra	138
SEÇÃO	III - Dos tapumes	139
SEÇÃO	IV - Dos trabalhos em terra	141
SEÇÃO	V - Dos materiais de construção	143
SEÇÃO	VI - Dos andaimes e plataformas.....	144
SEÇÃO	VII - Da execução dos elementos construtivos de Edificações.....	145
SUBSEÇÃO	I - Disposições Preliminares.....	145
SUBSEÇÃO	II - Das fundações.....	145
SUBSEÇÃO	III - Da Estrutura.....	147
SUBSEÇÃO	IV - Das paredes.....	147
SUBSEÇÃO	V - Das coberturas.....	150
SUBSEÇÃO	VI - Das fachadas	150
SEÇÃO	VIII - Das instalações prefais.....	150
SEÇÃO	IX - Dos tratamentos e acabamentos.....	151
	SUBSEÇÃO I - Das impermeabilizações.....	151
	SUBSEÇÃO II - Dos revestimentos das paredes...	151
n	SUBSEÇÃO III - DOS revestimento dos pisos.....	156
	SUBSEÇÃO IV- Dos rodapés, soleiras e Peitoris	159
	SUBSEÇÃO V - Das esquadrias.....	159
	SUBSEÇÃO VI - Das ferragens	160
	SUBSEÇÃO VII - Dos vidros.....	161
	SUBSEÇÃO VIII - Das pinturas.....	161
	SUBSEÇÃO IX - Dos aparelhos	162
	SUBSEÇÃO X - Dos elementos decorativos.....	162
SEÇÃO	X - Das obrigações durante os serviços de construção de edificações.....	162
	SUBSEÇÃO I - Disposições Preliminares.....	162
	SUBSEÇÃO II - Das precauções na execução dos serviços.....	163

L E I Nº1209 de 05/12/72

CÓDIGO DE OBRAS MUNICIPAIS

A Câmara Municipal de Patrocínio decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 1º - Fica instituído o Código de Edificações do Município de Patrocínio.

Art. 2º - Este Código estabelece normas disciplinadoras para projetar e construir edificações de qualquer tipo, em seus aspectos estruturais, funcionais e estéticos.

Art. 3º - Nenhuma edificação poderá ter a sua construção iniciada sem aprovação do projeto arquitetônico e o respectivo alvará, sem licença para edificar e sem alvará de alinhamento e nivelamento por parte do órgão competente da Prefeitura.

§ 1º - A obrigatoriedade da aprovação do projeto arquitetônico e de concessão de licença pela Prefeitura é extensiva às reformas, construções parciais e acréscimos de edificações ou qualquer modificação na estrutura dos prédios.

§ 2º - Incluem-se nas exigências de licença prévia da Prefeitura a execução de demolição.

§ 3º - A expedição do alvará de aprovação do projeto de edificação e do alvará de alinhamento e de nivelamento, bem como a expedição de licença para edificar, executar obras parciais e demolir, dependem de prévio pagamento das taxas devidas.

Art. 4º - Para atender aos requisitos legais e construtivos, o projeto de edificação deverá ser elaborado em rigorosa

observância às prescrições deste Código, da Lei do Plano Diretor Físico deste Município e das normas vigentes da ABNT.

Art. 5º - Toda e qualquer edificação deverá ser, obrigatoriamente, construída em absoluta conformidade com o projeto arquitetônico aprovado pela Prefeitura.

Art. 6º - Somente profissional legalmente habilitado poderá projetar, calcular e construir.

Art. 7º - É de responsabilidade da Prefeitura, por intermédio de seu órgão competente, a fiscalização dos serviços de construção, reconstrução, reforma ou acréscimo de edificação de qualquer natureza, a fim de que os mesmos observem rigorosamente o projeto arquitetônico aprovado, as prescrições deste Código da Lei do Plano Diretor Físico deste Município e das normas vigentes da ABNT.

Art. 8º - A aprovação do projeto e a expedição do respectivo alvará, a licença para edificar e o alvará de alinhamento e de nivelamento, bem como a fiscalização durante a construção não implicam na responsabilidade da Prefeitura pela feitura de qualquer projeto ou cálculo e pela execução de qualquer obra nem isentam o proprietário e o construtor da responsabilidade exclusiva pelos danos que venham causar a terceiros.

Art. 9º - Ao Prefeito e aos servidores públicos municipais em geral compete cumprir e fazer as prescrições deste Código

CAPÍTULO II

DEFINIÇÕES

Art. 10º - Para todos os efeitos deste Código, devem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

ser admitidas as seguintes definições:

Acréscimo - Aumento de uma construção, quer no sentido horizontal, quer no sentido vertical.

Alinhamento - Linha projetada e locada pela Prefeitura ou por ela aprovada, para marcar o limite entre o lote e o logradouro público.

Altura de uma fachada - Distância vertical medida no meio da fachada, entre o nível do meio-fio e o nível do ápice da fachada, quando a construção estiver no alinhamento do logradouro; ou entre o nível do ápice da fachada (sempre no meio desta) e o nível do terreno ou calçada que lhe fique junto, - quando a construção estiver afastada do alinhamento.

Na medida da altura abstraem-se pequenos ornatos acima do ápice da fachada.

Se o edifício estiver na esquina de duas vias públicas em declive, a medição da altura será feita do lado da via mais baixa.

Andar - Qualquer pavimento acima do rez do chão ou da sobreloja.

Andar térreo - Pavimento situado logo acima do porão cava ou embasamento.

Área - Parte do lote não ocupada por edifício, excluída a superfície correspondente à projeção horizontal das saliências, do balanço superior a vinte e cinco centímetros (0,25 m).

Área aberta - Área cujo perímetro é aberto com um dos lados, sendo guarneçada, nos outros, por paredes de edifício ou divisas de lote.

Área comum - Área que serve a dois ou mais prédios.

Área de divisa - Área guarneçada, em parte, por paredes do edifício e, em parte, por divisa ou divisas de lote. A área de divisa é considerada área fechada.

Área externa - Área que se estende, sem interrupções por corpo do edifício, entre as paredes deste e as divisas do lote. A área externa será de frente, lateral ou de fundo, conforme a sua situação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

ção.

Área fechada - Área limitada por paredes em todo o seu perímetro.

Área principal - Área destinada a iluminação e ventilação do compartimento de permanência prolongada, diurna e noturna.

Área secundária - Área destinada a iluminação e ventilação de compartimento de utilização transitória.

Ático ou sótão - Pavimento imediato sob a cobertura e caracterizado por seu pé-direito reduzido, não inferior a dois (2) metros, ou por dispositivo especial adaptado ao aproveitamento do desvão do telhado.

Balcão - Elemento acessível e construído em balanço geralmente no prolongamento do piso correspondente, com balaustrada ou outro tipo de guarda corpo.

Calçada de um prédio - Revestimento, com material resistente e impermeável, de uma faixa de terreno de propriedade particular, situado ao redor do edifício e junto do perímetro.

Casa de apartamentos - Casa com dois ou mais apartamentos, servidos por uma ou mais entradas comuns, constituindo cada apartamento uma habitação distinta e composta pelo menos de compartimentos, um dos quais de instalação sanitária.

Casa de cômodos - Casa em que se contem várias habitações distintas servidas por uma ou mais entradas comuns, constituída cada habitação por um único quarto ou cômodo, sem instalação sanitária e banheiro privativos.

Cava ou subterrâneo - Espaço vazio com ou sem divisões, situado sob o pavimento térreo de um edifício, tendo o piso em nível inferior ao do terreno circundante e abaixo dele mais da metade de seu pé-direito.

Coberta - Construção constituída por uma cobertura suportada, pelo menos em parte, em meio de uma coluna ou pilar, e aberta em todas as faces ou parcialmente fechada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Consertos de um edifício - Obras de substituição de parte deterioradas do edifício, desde que tais obras não excedam a metade ($1/2$) de todo elemento correspondente, em cada compartimento onde devem ser executadas. São também as obras de substituição completa das paredes nas faces internas, e ainda a substituição ou reparos do revestimento das fachadas e paredes externas, desde que não ultrapassem o limite de um quarto ($1/4$) da superfície respectiva.

Construir - De modo geral, executar qualquer obra nova.

Dependência - Edifício de pequeno porte, construído separadamente do edifício principal. Quando a garagem particular for separada do edifício principal, será considerada dependência.

Edificar - Construir edifício.

Elementos essenciais de uma construção - São aqueles que estão sujeitos a limites precisos, indicados no presente regulamento.

Embargo - Providência legal, tomada pela Prefeitura tendente a sustar o prosseguimento da obra ou instalação, cuja execução esteja em desacordo com as prescrições deste Código.

Embasamento - Parte do edifício situada acima do terreno circundante e abaixo do piso do primeiro pavimento, tendo o seu interior livre ou aterrado.

Fachada principal - Fachada do edifício voltada para a via pública. Se o edifício estiver em lote de esquina de dois logradouros, fachada principal é a que dá frente para o logradouro mais importante.

Frente ou testada do lote - Divisa do lote que coincide com o alinhamento do logradouro público.

Fundo do lote - Lado oposto à frente. No caso de lote triangular em esquina, o fundo é o lado do triângulo não contíguo à via pública.

Galpão - Construção constituída por cobertura sem fôrro, fechada pelo menos em três de suas faces, na altura total ou parcial, por meio de parede ou tapume e destinada a fins de indústria ou depósito, não podendo servir de habitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Habitação - Edifício ou parte de edifício que serve de residência a uma ou mais pessoas.

Habitação unifamiliar - Habitação ocupada por um único indivíduo ou por uma só família.

Habitação coletiva - Edifício ou parte do edifício que serve de residência permanente a mais de uma família ou a pessoas de economias distintas.

Hotel - Edifício ou parte do edifício que serve de residência temporária a pessoas de família diversas, e que são cobradas as locações pelo regime de diárias.

Indústria leve - Indústria cujo funcionamento não incomoda nem ameaça a vida ou a saúde dos vizinhos.

Indústria incômoda - Indústria que, pela produção de ruído, emissão de poeira, fumo, fuligem, exalação de mau cheiro, etc., pode constituir incômodo para a vizinhança.

Indústria nociva - Indústria que por qualquer motivo, pode, pela sua vizinhança, tornar-se prejudicial à saúde.

Indústria perigosa - Indústria que pode constituir perigo de vida para a vizinhança.

Jirau - Piso de pequena área, elevado em relação ao piso do pavimento, suportado por colunas ou consolos, apoiado ou engastado nas paredes do edifício, ou suspenso aos vigamentos do teto ou a peças da cobertura.

Logradouro público - Lugar destinado, pela Prefeitura a trânsito ou recreio público.

Loja - Primeiro pavimento ou andar térreo de um edifício, quando destinado a comércio e funcionamento de pequenas indústrias.

Lote - Área de terreno destinada a edificação, com testada para logradouros públicos, descrita e assegurada por título de propriedade.

Modificação de um prédio - Conjunto de obras destinadas a alterar divisões internas, a deslocar, abrir, aumentar, reduzir ou suprimir vãos, ou a dar nova forma à fachada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Referência de nível de uma construção - Cota do meio-fio, no ponto correspondente ao meio da fachada.

Passeio - Parte do logradouro público destinada ao trânsito de pedestres.

Pavimento - Conjunto de compartimentos de um edifício situados no mesmo piso. Não são considerados pavimentos o porão, a cava, a sobreloja e o sótão.

Pé-direito - Distância vertical entre o piso e o teto, de um compartimento; ou entre o piso e a face inferior do frechal, quando não existir teto.

Porão - Espaço vazio, com ou sem divisões, situado sob o primeiro pavimento de um edifício, tendo o piso, no todo ou em parte, em nível inferior ao do terreno circundante, e abaixo dele, menos da metade do seu pé-direito.

Profundidade do lote - Distância entre a frente ou a testada e a divisa oposta medida segundo uma linha normal à frente. Se a forma do lote for irregular, avalia-se a profundidade média.

Reconstruir - Refazer, no mesmo lugar, total ou parcialmente, uma construção, respeitada a forma primitiva.

Recuo - É a distância entre a fachada de um edifício afastado e o alinhamento do logradouro, medida normalmente a esse alinhamento.

Reforma de um edifício - É o conjunto de obras caracterizadas na definição de consertos, feitas, porém, além dos limites ali estabelecidos.

Rés do chão - Pavimento térreo que tem piso ao nível do terreno circundante, ou no máximo um (1) metro acima desse nível.

Sobreloja - Parte do edifício de pé-direito reduzido, não inferior a dois metros e cinquenta (2,50 m), situado logo acima da loja, da qual faz parte integrante.

Sótão - Pavimento imediato sob a cobertura e caracterizado por seu pé-direito reduzido, não inferior a dois (2) metros, ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 2º - O projeto de fundação poderá a critério do Setor de obras ser exigido para toda e qualquer edificação, excluída apenas a residência tipo popular.

§ 3º - O projeto estrutural será exigido para edificações de mais de dois pavimentos para fins especiais e para as que usarem estrutura de concreto armado, ou de aço.

§ 4º - Os projetos de instalações serão exigidos para toda e qualquer edificação ~~ou de 200 m² de área construída~~ *ou de 200 m² de área construída*, ~~estritamente no tipo uni-habitacional até 200,00 m² (duzentos metros quadrados) de área construída, mais dois.~~

Art. 12 - Do projeto arquitetônico deverá constar obrigatoriamente:

I - Planta de situação do terreno na quadra, na escala 1:200 ou 1:500 contendo orientação Norte-Sul e todos os elementos que caracterizem o terreno, suas dimensões e distâncias para a esquina mais próxima, ~~bem como a largura do logradouro fronteiriço;~~

II - planta de localização da edificação no terreno na escala 1:200, que registre a posição da edificação relativamente às linhas de divisas do terreno e às construções vizinhas, constando cotas dos recuos de todos os elementos salientes reentrantes.

III - perfis longitudinais e transversais do terreno, na escala de 1:200, que contenham a posição da edificação a ser construída, ~~e das fundações dos edifícios vizinhos, quando de mais de quatro pavimentos, em número suficiente para perfeita caracterização do terreno e da posição relativa dos referidos edifícios, devidamente cotados, tendo por referência o eixo da rua.~~

IV - plantas dos pavimentos, na escala de 1:100 ou 1:50 que indiquem os destinos de cada pavimento e compartimento e suas dimensões as espessuras das paredes, áreas e poços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

V - plantas de cobertura, na escala de 1:100, que estabeleçam o módulo conveniente às condições climáticas locais e ao tipo de edificação.

VI - Elevações externas, na escala de 1:100, ou de 1:50, que contenham todos os seus elementos arquitetônicos e decorativos, bem como os materiais e cores a serem empregados;

VII - cortes longitudinais e transversais, na escala de 1:100 ou 1:50 e convenientemente cotados, em quantidade suficiente para perfeito entendimento do projeto contendo a numeração dos pavimentos, alturas dos pés-direitos, dimensões das aberturas de iluminação e da cobertura, altura dos peitoris e barras impermeáveis, bem como desníveis dos terrenos acidentados, quando for o caso;

VIII - plantas e detalhes de execução, na escala adequada, quando necessário.

IX - plantas e detalhes das esquadrias, na escala adequada que indiquem os tipos de esquadrias e as especificações quando for necessário;

§ 1º - As exigências estabelecidas nos itens VIII, IX, do presente artigo serão dispensadas para projetos de edificações uni-habitacionais.

§ 2º - No caso de edificação de acentuada superfície horizontal onde resultem impraticáveis as escalas fixadas nos itens do presente artigo, o projetista poderá escolher outras escalas, devendo um dos cortes ser, obrigatoriamente, na escala 1:50.

§ 3º - Além da especificação das escalas, é obrigatória a indicação das cotas, inclusive a altura total da edificação.

§ 4º - Das plantas do pavimento térreo e dos pavimentos superiores, destes somente no caso de terem qualquer balanço, deverão constar as cotas correspondentes aos recuos frontal, lateral e de fundo, bem como os entre-blocos, edifícios e dependências.

§ 5º - Nas plantas de todos os pavimentos deverão cons -



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

dispositivo especial adaptado ao aproveitamento do devão do telhado.

Terreno arruado - Terreno que tem uma das suas divisas coincidindo com o alinhamento do logradouro público, ou do logradouro projetado e aprovado pela Prefeitura.

Vilas - Conjunto de habitações independentes, em edifícios isolados ou não, e dispostos de modo a que formem ruas ou praças interiores sem o caráter de logradouro público.

Via pública - Toda e qualquer via de uso público, qualquer que seja sua classificação, desde que seja oficialmente reconhecida ou aceita pela Prefeitura.

Vistoria administrativa - Diligência efetuada por pessoas funcionários municipais ou não, designados pelo Prefeito, tendo por fim verificar as condições de um edifício, de uma construção ou de uma instalação, quer quanto à sua resistência e estabilidade, quer quanto à sua regularidade, no que concerne a este Código.

CAPÍTULO III

Do Projeto de Edificação, da Licença para Edificar e do Profissional Habilitado a Projetar, Calcular e Construir.

SEÇÃO I

Do Projeto de Edificação

Art. 11º - O Projeto de edificação completo, contendo os elementos necessários para uma perfeita compreensão e execução compreende:

- I - projeto arquitetônico;
- II - projeto de fundações;
- III - projeto estrutural;
- IV - projeto de instalações.

§ 1º - Para toda e qualquer edificação será exigido projeto arquitetônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

tar, além das medidas internas, as medidas das faces externas do edifício, representadas pela soma das cotas internas mais as espessuras das paredes.

Art. 13 - Do projeto de fundações deverão constar os seguintes elementos:

I - planta de locação da edificação no terreno a ser ocupado e em relação às edificações vizinhas, localizadas em um raio correspondente à metade da altura da edificação projetada;

II - planta de localização dos diversos corpos e elementos de fundação, com as cotas de seus planos de base;

III - cortes longitudinais e transversais, que caracterizam a situação topográfica do terreno na extensão prevista no item I, mostrando a posição dos elementos planejados de fundação;

IV - plantas dos corpos da fundação projetada;

V - plantas e detalhes relativos às obras de fundação projetadas;

VI - cálculos das peças estruturais previstas.

§ 1º - A planta de locação de edificação a construir deverá ser confeccionada em escala compatível com as dimensões do projeto e os demais desenhos nas escalas 1:20; 1:50; 1:100.

§ 2º - Quando se tratar de edificação para fins especiais ou demais de dois pavimentos, é obrigatória a investigação de subsolo por meio de sondagens ou poços, executada por profissional ou firma especializada, devendo os resultados serem apresentados isoladamente em perfis individuais, e, conjuntamente, em cortes ou seções do subsolo, acompanhados do respectivo memorial.

Art. 14 - O projeto estrutural deverá ser elaborado com observância às prescrições normalizadas pela ABNT, abrangendo cálculos estruturais, desenhos de fôrmas e armaduras, memorial justificativo dos cálculos, volumes e quantidades.

§ 1º - É obrigatória a apresentação dos seguintes desenhos de fôrmas e armaduras:

a) localização dos pilares, paredes, cintas, vigas, lajes, escadas, reservatórios



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

b) distribuição das cargas na fundação.

c) ~~cintas e paredes;~~

d) ~~tetos;~~

e) ~~detalhes de armadura de concreto armado;~~

e) pilares, cintas, vigas, lajes e escadas;

f) reservatórios;

g) detalhamentos especiais, quando necessários

§ 2º - Os desenhos de conjunto, constante da planta, elevações, cortes, ~~vistas~~ e perspectivas, ~~deverão~~, ser feitas na escala mais conveniente à sua necessária clareza.

§ 3º - Os desenhos para execução de formas e para execução de armaduras deverão ser feitos nas escalas de 1:20, 1:50, 1:100

§ 4º - Nos desenhos de detalhes, o calculista tem liberdade de escolher a melhor forma de representação.

§ 5º - O projeto estrutural deverá obedecer basicamente ao projeto arquitetônico e observar todas as suas características.

Art. 15 - Para projetos de edificações, com desenhos técnicos deverão ser executados de acordo com as prescrições da Norma Geral de Desenho Técnico da ABNT.

§ 1º - A exigência do presente artigo compreende as distintas modalidades de desenhos técnicos, formatos de papel, indicação de escalas e de cotas, emprêgo de letras, algarismos e linhas, representação gráfica e dobramento de folhas.

§ 2º - Na execução de desenhos técnicos para obras de concreto simples ou armado deverão ser observadas ainda as condições especiais estabelecidas pela ABNT.

§ 3º - Os desenhos para obras total ou parcialmente constituídas de madeira deverão ser executadas conforme as prescrições normalizadas pela ABNT.

§ 4º - Cada folha desenhada deverá ter, no ângulo direito inferior, um quadro destinado à legenda conforme padronização do órgão competente da Prefeitura, no qual constarão as seguintes indicações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

- a) título do desenho;
- b) número da folha ^{e assunto};
- c) ^{Destino} identificação da edificação, sua natureza, e seu destino, além do número de pavimentos;
- d) local da edificação, contendo nome do logradouro e numeração do imóvel, além da identificação cadastral;
- e) área do terreno, área do terreno a ser ocupada pela edificação, separada a da edificação principal e as das dependências, bem como área total a edificar;
- f) nome ~~e endereço~~ do proprietário da edificação ou de seu representante legal devidamente comprovado e local para a respectiva assinatura;
- g) nome ^{CREA} ~~e endereço~~ do projetista e local para sua assinatura;
- h) nome ~~e endereço~~ do construtor responsável ou da firma construtora, com declaração do registro da correspondente região do CREA ^{e inscrição iss} e local para a respectiva assinatura;
- i) local para aprovação do projeto. ~~e local para reconhecimento de firmas~~ e uso de entidades públicas exigidas por Lei.

SEÇÃO II

Da Apresentação do Projeto de Edificação.

Art. 16 - Para atender às exigências deste Código será obrigatória a apresentação à Prefeitura ~~do projeto de edificação completo, compreendendo~~ do projeto arquitetônico, ^{e quando necessário} do projeto de fundações, do projeto estrutural e dos projetos de instalações.

Art. 17 - Para efeito de aprovação, será suficiente a apresentação à Prefeitura do projeto arquitetônico.

§ 1º - A apresentação e solicitação de aprovação do projeto arquitetônico será feita por meio de requerimento do interessado ao órgão competente da Prefeitura.

§ 2º - Além do projeto arquitetônico, o requerimento será



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

obrigatoriamente instruído pelos seguintes documentos:

- a) título de domínio pleno ou útil ou de posse sob qual quer modalidade, do bem imóvel;
 b) ART DO LRA E MATRÍCULA NO IAPBS
 33 b) certidões negativas de impostos municipais relativas ao imóvel.

A Art. 18 - O projeto arquitetônico deverá indicar a localização dos aparelhos fixos das instalações prediais.

Parágrafo único - A exigência do presente artigo é extensiva à localização e às dimensões dos reservatórios de água, das cabines de força, incineradores de lixo, dos medidores de energia elétrica, dos transformadores e das bombas de recalque.

Art. 19 - Dos projetos de auditórios, cinemas e teatros de verão constar, obrigatoriamente, gráficos demonstrativos da perfeita visibilidade da tela ou palco por parte do espectador situado em qualquer das localidades.

Art. 20 - Nos projetos das piscinas de natação deverão existir plantas detalhadas de suas dependências e anexos, bem como das canalizações, filtros e bombas e das instalações elétricas e mecânicas.

Art. 21 - Dos projetos de edificações industriais deverão constar plantas de localização dos equipamentos e instalações, com notas explicativas referentes às condições de segurança e funcionamento e à natureza dos produtos.

Parágrafo único - As exigências do presente artigo são extensivas aos projetos de postos de serviços e de abastecimento de veículos.

Art. 22 - Nos projetos de depósitos de inflamáveis deverão ser apresentados, também as seguintes especificações:

I - indicação do número de tanques, do local onde cada tanque será instalado, dos tipos de inflamáveis a armazenar, dos dispositivos protetores contra incêndio e dos aparelhos de sinalização;

II - discriminação das características técnicas essenciais



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

a serem observadas na construção, bem como do tipo e da capacidade dos tanques.

§ 1º - Da planta de locação, além das edificações deverá constar a implantação da maquinária e a posição dos tanques.

§ 2º - No exame da planta de situação do parque deverá ser julgada a vantagem ou desvantagem da localização proposta.

Art. 23 - Do projeto de Jirau deverão constar, obrigatoriamente, planta minuciosa do compartimento onde o mesmo tiver de ser construído e informações completas sobre o fim a que se destina, além das plantas correspondentes à edificação propriamente dita.

Art. 24 - Nos projetos de construções funerárias deverão ser considerados os aspectos estéticos e os de segurança e higiene.

Art. 25 - Dos projetos de marquises deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes elementos; quando julgados necessários p.o.c.p.

I - planta do conjunto de marquises com a parte da fachada onde irá ser executada a obra, além do detalhe do revestimento inferior ou fôrro.

II - planta de projeção horizontal do passeio, localizados rigorosamente os postes e árvores, acaso existentes no trecho correspondente à fachada;

III - planta da seção transversal da marquise, determinado o perfil, a constituição da estrutura, os focos de luz e a largura do passeio;

IV - memorial descritivo das características da marquise, da natureza dos materiais de sua construção, revestimento e iluminação, do seu sistema de escoamento de águas pluviais e de seu acabamento.

§ 1º - Os desenhos técnicos deverão obedecer a escala de 1:50, além de convenientemente cotados.

§ 2º - O órgão competente da Prefeitura poderá exigir sempre que julgar conveniente, a apresentação de fotografias de toda a fachada e o cálculo de resistência da obra a ser executada.

Art. 26 - Os projetos de edificações para fins especiais



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

total ou parcialmente constituídas de madeira, deverão observar as prescrições normalizadas pela ABNT, e ~~compreender os seguintes elementos:~~

1.º I - especificação dos materiais com indicação dos pesos específicos das madeiras previstas;

2.º II - cargas consideradas;

3.º III - formas e dimensões de todas as peças essenciais, acompanhadas dos desenhos necessários à perfeita compreensão de todos os detalhes, especialmente os das ligações;

4.º IV - cálculo de todos os esforços solicitados;

5.º V - cálculo dos esforços resistentes, com verificação das seções adotadas onde ocorram as tensões máximas, bem como cálculo das ligações, elementos de apoio e articulação;

6.º VI - valores das flechas calculados sob carga permanente e sob as cargas acidentais, bem como valores das contras-flechas para construção da obra, a critério do órgão competente da Prefeitura;

7.º VII - indicação de todas as posições construtivas relacionadas com a durabilidade da estrutura ou que tenham como objetivo facilitar a inspeção e a eventual substituição de peças prematuramente deterioráveis.

Art. 27 - Os projetos de moradias populares deverão ser elaborados por profissionais habilitados.

Parágrafo único - A prefeitura poderá fornecer, através de seu órgão competente e a pedido do interessado, projeto de moradia popular.

Art. 28 - No caso de edificação de alvenaria a ser construída nas áreas rurais do Município, o projeto deverá indicar a orientação e a via de acesso mais próxima.

Art. 29 - Os projetos de reforma, reconstrução ou acréscimo de edificações devem ser apresentados de maneira a possibilitar a perfeita caracterização das partes a conservar, demolir ou acrescentar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 1º - As cores convencionais serão as seguintes;

- a) - ~~preta~~ ^{achurcado} para as partes a conservar;
- b) - ~~amarela~~ ^{em branco} para as partes a demolir;
- c) - vermelha para as partes novas ou a renovar.

^{Nº 50} § 2º - Os projetos deverão ser acompanhados de memorial que especifique detalhadamente as obras a executar e justifique sua necessidade.

^{Nº 50} § 3º - As exigências do presente artigo e dos parágrafos anteriores são extensivas às pequenas reformas.

Art. 30 - Os projetos de fundações, estrutural e de instalações deverão ser, obrigatoriamente, apresentados à Prefeitura por ocasião do pedido de licença para iniciar a construção da edificação, nos casos previstos neste artigo.

^{Nº 50} Parágrafo único - A apresentação dos projetos a que se refere o presente artigo será feita mediante requerimento do interessado ao órgão competente da Prefeitura, solicitando que sejam os mesmos anexados ao projeto arquitetônico aprovado, para todos os efeitos legais.

Art. 31 - No quadro destinado à legenda existente em todas as folhas desenhadas de projetos de edificações, bem como nos memoriais descritivos, deverão constar discriminadamente, nos locais próprios, as assinaturas do proprietário da edificação, do projetista e do construtor responsável.

§ 1º - Quando se tratar de firma projetista ou construtora as peças de projetos de edificações, inclusive os memoriais descritivos, deverão ser assinados pelos seus representantes legais e responsáveis técnicos.

Art. 32 - Os projetos de edificações deverão ser apresentados à Prefeitura em papel vegetal ou papel tela, sem emendas, rasuras ou borrões.

Art. 33 - Independem de apresentação do projeto as seguintes obras em edificações em geral:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

tes:

- a) a altura de edificação;
- b) o pé direito;
- c) a espessura das paredes mestras, as seções das vigas, pilares e colunas;
- d) as áreas dos pavimentos e compartimentos;
- e) as dimensões das áreas e passagens;
- f) a posição das paredes externas;
- g) a área e a forma da cobertura;
- h) a posição e as dimensões dos vãos externos;
- i) as dimensões das saliências e dos balanços;
- j) as linhas e os detalhes das fachadas.

§ 2º - Do ponto de vista estético, a edificação será considerada, ainda, no quadro das construções circunvizinhas e do ponto de vista paisagístico.

Art. 36 - Qualquer projeto arquitetônico de edificação só poderá ser aprovado se estiver em absoluta conformidade com os dispositivos da Lei do Plano Diretor Físico deste Município.

Art. 37 - Quando forem constatados erros ou insuficiências no projeto arquitetônico, o ^{proibido} ~~interessado~~ será convidado ^{a comparecer} ~~por escrito~~ na Prefeitura ^{na qual se satisfazem as exigências formuladas} ~~e por notificação afixada em local de uso público, no edifício onde funcionar a repartição competente, a comparecer à mesma, a fim de satisfazer as exigências formuladas.~~

§ 1º - As exigências a que se refere o presente artigo serão feitas sempre de uma só vez.

§ 2º - Nos casos de demora injustificada ou de exigências descabidas, o ^{proibido} ~~interessado~~ poderá dirigir-se por escrito ao Prefeito, o qual mandará realizar sindicância e aplicará, quando necessário, ao funcionário faltoso as penalidades previstas em Lei.

Art. 38 - Nos projetos arquitetônicos, serão permitidas apenas correções de algumas cotas, feitas a tinta vermelha pelo profissional responsável e rubricada pelo mesmo e pela autoridade municipal competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 39 - Para aprovação do projeto arquitetônico o prazo máximo será de 10 (~~dez~~^{dez}) dias, a partir da data da entrada do requerimento do interessado na Prefeitura, incluindo o tempo para a demarcação do alinhamento e do nivelamento.

§ 1º - Quando fôr necessário, o comparecimento do ^{Projetista} interessado ^{ou do Proprietário} ao órgão competente da Prefeitura, o prazo ficará acrescido do período entre a data da notificação e a do seu comparecimento, o qual não poderá exceder de 5 (cinco) dias.

§ 2º - O prazo será dilatado dos dias que se fizerem necessários para cuvir outras repartições ou entidades públicas estranhas à Prefeitura.

Art. 40 - Aprovado o projeto arquitetônico, o órgão competente da Prefeitura entregará cópias visadas do mesmo ao interessado, acompanhadas do respectivo alvará.

§ 1º - Se no prazo de ~~um mês~~^{6 meses} não fôr requerida licença para edificar, ficará cancelada a aprovação do projeto arquitetônico e será arquivado o processo.

§ 2º - A revalidação do alvará de aprovação do projeto arquitetônico poderá ser requerida pelo interessado nos termos deste Código, devendo, para tanto, o projeto ser reexaminado pelo órgão competente da Prefeitura.

Art. 41 - O projeto arquitetônico que não fôr aprovado pelo órgão competente da Prefeitura poderá ter suas peças devolvidas ao ^{Projetista} interessado, após sua invalidação.

Parágrafo único - Quando verificar o caso previsto no presente artigo, uma via completa do projeto arquitetônico deverá ser conservada, obrigatoriamente, no órgão competente da Prefeitura, para os devidos fins.

Art. 42 - Para efeito de controle, os projetos de fundações, estrutural e de instalações deverão ser examinados pelo órgão competente da Prefeitura, antes de concedida a licença para edificar.

^{Não} § 1º - Exetnam-se das prescrições do presente artigo os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

I - galinheiros sem finalidades comerciais, desde que sejam instalados fora das habitações e tenham o solo do poleiro impermeabilizado e com a declividade necessária para o escoamento das águas de lavagem;

II - caramanchões e fontes decorativas;

III - pinturas internas ou externas de edifícios;

IV - construção de passeios no interior de terrenos edificados;

V - construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura;

VI - conserto de passeios, sem modificações de suas características essenciais;

VII - construção de entrada de veículos;

~~VIII - rebaixamento de meios-fios;~~

IX - construção de muros divisórios de lotes;

X - reparos nos revestimentos das edificações quando não descaracterizam os elementos arquitetônicos existentes;

~~XI - reparos internos nas edificações e substituições de aberturas em geral.~~

Art. 34 - Independem de apresentação do projeto arquitetônico as edificações até 80.00 m² (oitenta metros quadrados), situadas nas áreas rurais, bem como outras de pequena importância destinadas a diversos serviços rurais, as localizadas a mais de 100.00 m (cem metros) de distância do alinhamento das rodovias.

SEÇÃO III

Da aprovação do Projeto Arquitetônico e do Exame dos Projetos de Fundação, Estrutural e Instalações.

Art. 35 - Para sua aprovação pela Prefeitura, o projeto arquitetônico para construir ou reconstruir, acrescer ou modificar edificações deverá ser examinado pelo órgão competente nos seus elementos geométricos essenciais e nos seus aspectos estéticos.

§ 1º - Os elementos geométricos essenciais são os seguin -



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

os projetos de instalações que serão, obrigatoriamente, aprovados pelo órgão competente da Prefeitura.

^{2º} § 2º - Se o projeto estrutural tiver alterado partes construtivas do projeto arquitetônico, o órgão competente da Prefeitura deverá exigir a reformulação de um ou de outro e a sua necessária adequação, observadas as prescrições deste Código.

SEÇÃO IV

Da Licença para Edificar

Art. 43 - Para que a Prefeitura possa conceder licença para edificar, reformar, reconstruir ou acrescentar, o interessado deverá cumprir os seguintes requisitos:

I - fazer requerimento ao órgão competente da Prefeitura, contendo, além das especificações necessárias, nome e endereço do construtor responsável e prazo previsto para a obra ser iniciada e concluída;

^{2º} II - apresentar o projeto arquitetônico aprovado e o respectivo alvará;

III - apresentar o projeto de fundações, o projeto estrutural e projetos de instalações; *quando previsto neste código.*

^{3º} IV - comprovar legalmente que o lote se acha aprovado, quando for o caso;

V - certidão de que foram arquivados no cartório competente de registro de imóveis os documentos exigidos pela legislação federal sobre incorporações imobiliárias se for o caso;

VI - pagamento da taxa de licença para edificar.

Parágrafo único - Quando for necessário, o profissional responsável pelo projeto e/ou profissional responsável pela execução da obra ou instalação poderá ser convidado ~~por escrito~~ a comparecer ao órgão competente da Prefeitura.

Art. 44 - O requerimento de licença para construir moradia popular ^{por meio de projeto padrão} deverá ser acompanhado de uma declaração, ~~em duas vias, as~~ sinadas pelo interessado e ~~com firma reconhecida~~, contendo os se -



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

quintes esclarecimentos:

I - não ser proprietário de outro imóvel, além do terreno onde pretende construir;

II - estar ciente das penalidades legais impostas aos que fazem falsas declarações;

III - obrigar-se a seguir rigorosa e detalhadamente o projeto arquitetônico que for ~~aprovado~~ ^{homologado} pela Prefeitura;

IV - estar ciente de sua responsabilidade civil pela obra.

§ 1º - As prescrições do presente artigo são extensivas às pequenas reformas.

§ 2º - No requerimento não necessitará constar o nome do construtor, desde que a construção de moradias populares e ~~a execução de pequenas reformas~~ ^{está} dispensadas da existência e responsabilidade técnica de profissional habilitado.

§ 3º - A isenção a que se refere o parágrafo anterior será deferida pelo órgão competente da Prefeitura após exame dos documentos especificados no presente artigo.

Art. 45 - É obrigatória a concessão de licença por parte da Prefeitura para construção de marquises e construção de rampamento ou de rebaixamento de meios-fios para a entrada e saída de veículos.

Art. 46 - Antes de expedir a licença para edificar, o órgão competente da Prefeitura deverá vistoriar as condições do terreno onde se pretende construir a edificação.

* Art. 47 - A licença para edificar será concedida e entregue ao profissional responsável pela execução da edificação, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data da entrada do requerimento na Prefeitura.

Parágrafo único - No caso de necessidade de comparecimento do profissional responsável pela execução da edificação, o prazo ficará acrescido do período entre a data de notificação, e a de seu comparecimento, o qual não poderá exceder de 5 (cinco) dias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 48 - Na licença para edificar serão expressos:

- I - nome e endereço do interessado;
- II - nome e endereço do construtor responsável;
- III - nome do logradouro, numeração do imóvel e sua identificação cadastral;
- IV - prazo para construir a edificação, com data para início e término;
- V - servidões legais a serem observadas no local;
- VI - tipo e destino da edificação.

Parágrafo único - Além dos elementos discriminados nos itens do presente artigo, poderão ser indicados outros julgados necessários.

Art. 49 - A licença para edificar será válida para dar início à construção, pelo prazo de 6 (seis) meses.

Parágrafo único - Se o interessado quiser iniciar a execução das obras após o prazo fixado no presente artigo, deverá requerer nova licença e pagar nova taxa.

Art. 50 - Considera-se iniciada a construção ao ser promovida a execução dos serviços de locação e de escavações ou aterros e reaterros.

§ 1º - Se a construção não for concluída dentro do prazo fixado na licença, o interessado deverá requerer a prorrogação do prazo e pagar a taxa de licença correspondente à prorrogação.

§ 2º - No caso de faltarem apenas os serviços de pinturas, estes poderão ser executados independentemente de nova licença, desde que seja requerida a necessária prorrogação ao término do prazo de licença.

§ 3º - A prorrogação referida no parágrafo anterior será concedida gratuitamente pelo prazo máximo de 3 (três) meses, após o qual será obrigatório o pagamento de nova taxa de licença.

Art. 51 - A concessão de licença e o pagamento da respectiva taxa para construir, reconstruir, reformar ou ampliar, não isen-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

ta o imóvel do imposto territorial urbano ou predial no período de realização das obras.

Art. 52 - Independem de licença para execução as seguintes obras:

- I - remendos em assoalhos e forros, frisos e paredes;
- II - remendos e substituições de revestimentos de muros e sua pintura;
- III - limpeza ou pintura externa ou interna de edifícios, que não dependem de tapumes ou andaimes;
- IV - pavimentação ou consertos de passeios no interior de terrenos edificados;
- V - reparos em passeios de logradouros em geral;
- VI - consertos em esquadrias;
- VII - substituição de telhas partidas;
- VIII - reparos nas instalações prediais;
- IX - construção de viveiros, galinheiros, telheiros, caramanchões, estufas e tanques para fins exclusivamente domésticos, com área inferior a 15,00 m² (quinze metros quadrados), desde que não fiquem situados no alinhamento do logradouro nem sejam visíveis dos logradouros.
- X - construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas, com a obrigatoriedade de serem demolidos imediatamente após o término das referidas obras.

Parágrafo único - É obrigatório que o interessado faça comunicação, prévia e por escrito, ao órgão competente da Prefeitura nos seguintes casos:

- a) limpeza e pintura externas e internas de edifícios, bem como pequenos consertos interiores, que não dependem de tapumes e andaimes;
- b) construção de viveiros, galinheiros, telheiros, caramanchões, estufas e tanques para fins exclusivamente domésticos;
- c) construção de barracões destinados à guarda de materi -



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

ais para obras já devidamente licenciadas.

SEÇÃO V

Do Alvará de Alinhamento e de Nivelamento

Art. 53º - Para iniciar edificação em terreno onde ainda não se construiu, é indispensável que o interessado esteja munido do alvará de alinhamento e de nivelamento, *no caso de não ter meio pelo qual se possa obter o mesmo.*

Parágrafo único - A exigência do alvará de alinhamento e de nivelamento decorre das prescrições da Lei de Plano Diretor físico deste Município e visa assegurar que a edificação seja construída em concordância com a via pública.

SEÇÃO VI

Do Projeto e da Licença de Edificação Públicas Federais e Estaduais, de Concessionárias de Serviços Públicos de Instituições Oficiais ou Oficializadas e da Municipalidade.

Art. 54º - As obras de qualquer natureza em propriedade dos Poderes Públicos, ficam sujeitas a aprovação de projeto arquitetônico e a concessão de licença pela Prefeitura.

§ 1º - O pedido de licença, feito pela repartição interessada por meio de ofício ao Prefeito, deverá ser acompanhado do projeto arquitetônico da edificação a ser construída, observando-se as disposições deste Código.

§ 2º - O projeto arquitetônico deverá ser assinado por profissional legalmente habilitado, com a indicação do cargo e do número da carteira profissional, se tratar de funcionário.

§ 3º - Não sendo funcionário, o profissional responsável deverá satisfazer o que este Código dispõe.

§ 4º - Quando se tratar de firma, as obrigações serão idênticas às estabelecidas no parágrafo anterior, para profissional.

§ 5º - Existe prioridade e regime de urgência para os processos relativos à construção de edifícios públicos em geral.

§ 6º - As exigências em relação ao projeto arquitetônico apresentado e a licença solicitada, caso necessárias, serão feitas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

um só vez pelo órgão competente da Prefeitura diretamente à autoridade interessada, por meio de ofício.

§ 7º - O projeto arquitetônico aprovado e o respectivo alvará, bem como a licença para edificar e o alvará de alinhamento e de nivelamento, serão enviados à autoridade que fez a solicitação.

§ 8º - Uma cópia do projeto arquitetônico aprovado será conservada no órgão competente da Prefeitura para fins de fiscalização, sendo arquivada após o término das obras.

§ 9º - Os contratantes ou executantes das obras a que se refere o presente artigo estão sujeitos ao pagamento das licenças relativas ao exercício profissional, caso não sejam funcionários ou entidades concessionárias de serviços públicos.

Art. 55º - A construção de edifícios, pertencente a autarquias, empresas ou concessionárias de serviços públicos só pode ser executada com projeto arquitetônico aprovado pelo órgão competente da Prefeitura com a licença para edificar e com o alvará de alinhamento e de nivelamento, observadas as prescrições deste Código.

Parágrafo único - O projeto arquitetônico e o pedido de licença deverão ser assinados pelo responsável da autarquia, empresa ou da concessionária, além do profissional responsável legalmente habilitado.

Art. 56º - Qualquer edificação a ser construída por instituição oficiais ou oficializadas, que gozem de isenção de pagamento de tributos, em consequência da legislação federal ou municipal, só pode ser executada com projeto arquitetônico aprovado pelo órgão competente da Prefeitura, com a concessão da licença para edificar e com alvará de alinhamento e de nivelamento, observados os dispositivos deste Código.

Art. 57º - A execução de edificações da Municipalidade fica sujeita aos dispositivos deste código, sejam quais forem os projetistas e construtores.

Parágrafo único - As obras de qualquer natureza em próprios municipais ou junto aos mesmos, só poderão ser executados após parecer técnico do órgão competente da Prefeitura e da aprovação do Prefeito ou de sua autorização.

SEÇÃO VII

Do Projeto e da Licença de Obras Parciais.

Art. 58º - Em qualquer edificação existente será permitido realizar obras de reforma, reconstrução parcial ou acréscimo, desde que atendidas as exigências deste Código.

§ 1º - Para serem executadas, as obras deverão ter o projeto arquitetônico aprovado e o respectivo alvará, bem como a licença para edificar.

§ 2º - Antes de aprovar o projeto e de conhecer a licença, o órgão competente da Prefeitura deverá fazer a vistoria da edificação a fim de verificar as suas condições e a conveniência das obras.

Art. 59º - Em geral, as obras de reconstrução parcial, reforma ou acréscimo de edificação existente, só serão permitidas nos seguintes casos:

MOD. GE 18
I - reconstrução parcial ou reforma, se forem apenas para melhorar as condições de higiene, comodidade e segurança ou para am-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

pliar a capacidade de utilização.

II - acréscimo, se não prejudicarem as partes existentes.

§ 1º - As partes a reformar ou acrescer para aumentar a capacidade de utilização de edificação deverão ser projetadas e construídas de acordo com os dispositivos deste código.

§ 2º - No caso de edificação que tenha compartimentos de permanência prolongada diurna ou noturna, sem iluminação e ventilação direta ou por clarabóias em áreas cobertas, esses compartimentos deverão ser obrigatoriamente, contemplados com ventilação e iluminação diretas, segundo as prescrições deste código.

Art. 60 - Na edificação que estiver sujeita a cortes para retificação de alinhamento, alargamento do logradouro ou recuos regulamentares, só serão permitidas obras de reconstrução parcial ou reforma nas seguintes condições:

I - reconstrução parcial ou acréscimo, se não forem nas partes a serem cortadas ~~ou tiverem área superior a 20 (vinte por cento) da edificação em causa~~ ou se nas partes a reconstruir ou a crescer forem observados os dispositivos deste código e se as mesmas não constituírem elemento prejudicial à estética;

II - reforma, se forem apenas para recompor revestimentos e pisos ou para realizar pintura externa ou interna.

Parágrafo único - a substituição de revestimento da fachada, mesmo sem modificação nas suas linhas, necessitará de licença do órgão competente da Prefeitura.

Art. 61 - Na edificação que estiver sujeita por lei a desapropriação e demolição, para retificar alinhamento e alargar logradouro ou para realizar recuos regulamentares, só serão permitidos serviços de recomposição, de revestimentos e pisos ou de pintura externa e interna sem que isso venha dar ao proprietário do imóvel qualquer garantia de direito.

SEÇÃO VIII

Da Licença para Demolição



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 62 - Qualquer demolição e ser realizada, excetuados os muros de fechamento até 3,00 m (três metros) de altura, deverá ter licença do órgão competente da Prefeitura, bem como pagar a taxa devida.

§ 1º - Se a edificação a demolir tiver mais de 2 (dois) pavimentos ou mais de 8,00 (oito metros) de altura, será exigida a responsabilidade de profissional legalmente habilitado.

§ 2º - Incluem-se na exigência do parágrafo anterior os edifícios que forem encostados em outros edifícios ou que estiverem no alinhamento do logradouro ~~ou sobre divisas de lote~~, mesmo que sejam apenas de um pavimento.

§ 3º - O requerimento de licença para demolições será assinado pelo proprietário, ~~assim assinado da escritura.~~ ~~pele profissional responsável.~~

§ 4º - No pedido de licença deverá constar o período de duração dos serviços, o qual poderá ser prorrogado por solicitação e a juízo do órgão competente da Prefeitura.

§ 5º - Se a demolição não ficar concluída dentro do período da prorrogação, o responsável ficará sujeito às penalidades previstas neste Código.

SEÇÃO IX

Das Condições para Modificar o Projeto Arquitetônico Aprovado.

Art. 63 - Antes do início da execução da edificação ou durante a sua execução, será admissível modificar-se o projeto arquitetônico aprovado ou alterar-se o destino de compartimentos ou as linhas e detalhes das fachadas.

§ 1º - As modificações ou alterações de que trata o presente artigo dependem de projeto modificado, bem como da sua aprovação pelo órgão competente da Prefeitura.

§ 2º - O projeto modificado deve ser apresentado pelo interessado ao órgão competente da Prefeitura juntamente com o projeto aprovado e a licença para edificar.

§ 3º - A aprovação do projeto modificado constará de aposti-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

la na licença para edificar, anteriormente fornecida, a qual será devolvida ao interessado juntamente com as cópias do referido projeto.

Art. 64 - No caso de modificação do projeto arquitetônico e após sua aprovação pelo órgão competente da Prefeitura, o proprietário ou construtor responsável fica obrigado a cientificar às repartições ou entidades públicas competentes e às concessionárias de serviços públicos com a devida antecedência, a fim de que as mesmas possam verificar se a modificação exige alterações nos traçados das tubulações das instalações e nas disposições dos aparelhos fixos.

SEÇÃO X

Do Profissional legalmente habilitado para Projetar, Calcular e Construir.

Art. 65 - É considerado legalmente habilitado para projetar, calcular e construir o profissional que satisfizer as exigências da legislação federal pertinente e às deste Código.

Art. 66 - É obrigatória a assinatura do profissional nos projetos, desenhos, cálculos, especificações e memoriais submetidos à Prefeitura, devendo ser procedida de indicação da função que lhe couber como autor do projeto arquitetônico, autor de projeto e cálculo de estrutura, autor de projeto de fundações e construtor de obras.

Parágrafo único - As assinaturas a que se refere o presente artigo deverão ser sucedidas do título que o profissional é portador e dos números de sua carteira profissional e do registro na correspondente região do CREA.

Art. 67 - Para projetar e calcular, a responsabilidade profissional poderá ser de dois ou mais profissionais.

Parágrafo único - A execução de obras é de responsabilidade exclusiva de um único profissional ou firma legalmente habilitada.

Art. 68 - Para efeito deste Código, é obrigatório o registro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

na Prefeitura de profissionais e firmas legalmente habilitadas.

§ 1º - O registro será feito pelo órgão competente da Prefeitura, mediante apresentação pelo interessado dos seguintes documentos:

- a) requerimento;
- b) carteira profissional ou certidão do registro profissional fornecida ou visada no CREA, região deste Município, com firma devidamente reconhecida;
- c) prova de quitação de anuidade no CREA, região deste Município;
- d) prova de pagamento dos impostos municipais concernentes ao exercício profissional ou prova de inscrição na repartição competente da Prefeitura, para pagamento dos referidos impostos.

§ 2º - No caso de profissional licenciado, deverá ser apresentada prova de que se encontra regularmente licenciado para projetar, para construir ou para projetar e construir neste Município.

§ 3º - Quando se tratar de firma, serão exigidos além dos documentos especificados nas alíneas do parágrafo 1º do presente artigo, a documentação relativa à sua constituição legal e a carteira do profissional responsável.

§ 4º - Do registro do profissional constarão anotações de atribuições, de títulos, de impostos pagos e de ocorrências profissionais, além do retrato.

§ 5º - No registro de firma constarão ainda o certificado de registro expedido pelo CREA, região deste Município e a necessária identificação do profissional responsável.

Art. 69 - Para que o profissional seja considerado licenciado perante a Prefeitura, é obrigatória a apresentação periódica da quitação de anuidade no CREA, região deste Município, e do pagamento dos impostos correspondentes à profissão exercida.

Art. 70 - Os projetos, cálculos, especificações e memoriais ou a execução de obras e de instalações são de inteira responsabilidade dos profissionais que os elaboram ou os dirigem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

CAPÍTULO IV

Das Edificações e da Classificação, Forma e Dimensionamento de seus compartimentos.

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 71º - Toda e qualquer edificação a ser construída deverá ter assegurado perfeito equilíbrio estético e funcional na sua estrutura e nos seus espaços, considerados o seu tipo e a sua destinação, os aspectos visuais e as necessidades fundamentais do homem e as de seu uso.

Art. 72º - Na elaboração de projeto de edificação de qualquer tipo e quando esta for construída, deverão ser, obrigatoriamente considerados a classificação, forma e dimensionamento dos compartimentos e a expressão lógica de seus fins.

SEÇÃO II

Da Classificação dos Compartimentos

Art. 73º - Para os efeitos deste Código, o destino dos compartimentos das edificações será considerado tanto pela sua designação no projeto como pela sua finalidade lógica, decorrente da disposição em planta.

Art. 74º - A classificação dos compartimentos é a seguinte:

- I - de permanência prolongada, diurna e noturna;
- II - de utilização transitória;
- III - de utilização especial.

§ 1º - São compartimentos de permanência prolongada:

- a) dormitórios;
- b) refeitórios;
- c) salas de estar e de visitas;
- d) salas e gabinetes de trabalho;
- e) estúdios;
- f) escritórios;
- g) consultórios;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

- h) bibliotecas;
- i) lojas e sobrelojas;
- j) salas de aulas;
- k) salões para fins comerciais ou industriais diversos;
- l) copas, cozinhas e outros de destinos semelhantes;

§ 2º - São compartimentos de utilização transitória

- a) vestíbulos;
- b) salas de entrada ou de espera;
- c) corredores;
- d) caixas de escadas;
- e) banheiros e sanitários;
- f) despensas e rouparias;
- g) arquivos, depósitos e outros de destino semelhante

§ 3º - São compartimentos de utilização especial.

- a) toucador;
- b) adegas;
- c) câmaras escuras;
- d) caixas fortes;
- e) frigoríficos;
- f) garagens;
- g) subterrâneos e outros de finalidades várias.

§ 4º - A subdivisão de compartimentos em caráter definitivo, sem paredes chegando até o teto, só será permitida quando os compartimentos resultantes satisfizerem as exigências deste Código, tendo em vista a sua finalidade.

Art. 75 - Os compartimentos de chegada de escada, reservatórios ou qualquer outro corpo acessório, deverão ficar incorporados à massa arquitetônica do edifício, sendo tratados como elementos compatíveis com a estética do conjunto.

SEÇÃO III

Dos Vestíbulos e das salas de Entrada ou de Espera.

Art. 76 - Os vestíbulos e as salas de entrada ou de espera



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

poderão ter área mínima menor do que a das salas em geral, embora nunca inferior a 0,00 m² (seis metros quadrados).

Parágrafo único - O pé direito mínimo dos compartimentos referidos no presente artigo será de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 77 - Quando os vestíbulos e as salas de entrada ou de espera não tiverem acesso direto do exterior, poderá ser dispensada a abertura para o exterior, desde que exista comunicação permanente, por abertura, sem esquadria de fechamento, com outro compartimento convenientemente iluminado e ventilado.

SEÇÃO IV

Dos Corredores

Art. 78 - Os corredores deverão ter as seguintes larguras mínimas:

I - 1,20 m (um metro e vinte centímetros) quando de acesso a edifícios residenciais ou comerciais até 3 (três) pavimentos;

II - 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) quando de acesso a locais de reunião com capacidade até 150 (cento e cinquenta) pessoas;

III - 0,80 m (oitenta centímetros) quando internos em edifícios de uma residência; ?

§ 1º - Em edifícios destinados a locais de reunião com capacidade superior a 150 (cento e cinquenta) pessoas, a soma da largura dos corredores de acesso deverá corresponder a um centímetro por pessoa.

§ 2º - Todo corredor que tiver mais de 10,00 m (dez metros) de comprimento, deverá ter iluminação natural e ventilação permanente adequada para cada 10,00 m (dez metros) de extensão, no mínimo.

Art. 79 - O pé direito mínimo para corredores será de 2,30 m (dois metros e trinta centímetros).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

SEÇÃO V

Das Caixas de Escada

Art. 80 - As caixas de escada deverão ser providas de iluminação e ventilação permanente e adequada.

§ 1º - A iluminação das caixas de escada deverá ser preferencialmente natural.

§ 2º - A iluminação artificial das caixas de escada só será permissível quando este compartimento tiver de ser colocado, para melhor adequação dos elementos componentes da edificação, de forma tal que não a possibilite natural.

§ 3º - A ventilação permanente das caixas de escada deve ser assegurada adequadamente ao nível de cada pavimento.

§ 4º - A iluminação das caixas de escada dos edifícios de uso coletivo deverá ser natural e directa.

SEÇÃO VI

Das Salas

Art. 81 - As salas dos edifícios residenciais deverão ter:

I - área mínima de 42,00 m² (doze metros quadrados);

II - forma tal que permita a inscrição, no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros)

§ 1º - No caso de edifícios de salas para escritórios e consultórios ou para fins comerciais e artesanais, as salas deverão ter área mínima de 12,00 m² (doze metros quadrados) e 3,00 m (três metros) na sua menor dimensão, medidos de eixo a eixo de parede, não se considerando corredores, saletas, vestíbulos ou sanitários.

§ 2º - No caso de lojas, as salas poderão ter área mínima de 10,00 m² (dez metros quadrados).

SEÇÃO VII

Das Dormitórios



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 82 - Os dormitórios deverão ter:

- I - área mínima de 10,00 m² (dez metros quadrados);
- II - forma tal que permita a inscrição, no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- III - pé direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 1º - No caso de mais de dois dormitórios, os demais poderão ter área mínima de 8,00 m² (oito metros quadrados), com forma tal que permita a inscrição, no plano do piso, de um círculo de diâmetro mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 2º - No cálculo da área do dormitório não se computa a correspondente ao armário embutido.

§ 3º - Todo dormitório deverá ter abertura exterior, provida de veneziana ou de dispositivos apropriados, a fim de serem asseguradas adequadas iluminação natural e renovação de ar.

SEÇÃO VIII

Das Cozinhas, Copas e Despensas

Art. 83 - As cozinhas e as copas deverão ter:

- I - área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados);
- II - forma tal que permita traçar, no plano do piso, um círculo de diâmetro mínimo de 2,00 m (dois metros);
- III - pé direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

IV - teto construído de material incombustível, quando existir pavimento superposto.

V - aberturas que assegurem adequadas iluminação natural e ventilação permanente.

§ 1º - Nas residências constituídas de sala, dormitório, banheiro e cozinha, esta poderá ter a área mínima de 4,00 m² (quatro metros quadrados), em cujo piso seja traçado um círculo de diâmetro igual



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

a 1,60 m (um metro e sessenta centímetros).

§ 2º - Na cozinha em que o fogão não for a gás ou elétrico, o mesmo deverá ser munido de coifa, ligado ao exterior através de chaminés que garanta perfeita exaustão ou de exaustor elétrico.

§ 3º - A copa não poderá ter disposição tal que permita o seu uso independentemente de passagem.

§ 4º - Quando forem conjugadas e formarem um compartimento único, a cozinha e a copa deverão observar características comuns.

Art. 84 - As despensas deverão ter:

I - Área máxima de 2,25 m² (dois metros e vinte e cinco decímetros quadrados) com sua maior dimensão até 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

II - forma tal que permita traçar, no plano de piso, um círculo de diâmetro mínimo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

III - pé direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros)

Parágrafo único - As despensas poderão ter área superior à fixada no presente artigo, desde que exista pelo menos três dormitórios e um compartimento que satisfaça as condições de dormitórios para empregada.

Art. 85 - As cozinhas, e despensas não poderão ser passagem obrigatória entre salas e dormitórios ou dormitórios e banheiros e sanitários nem entre dormitórios.

Art. 86 - Nas cozinhas, copas e despensas deverá ser previsto o escoamento das águas de lavagem.

SEÇÃO IX

Des Banheiros e Sanitários

Art. 87 - Os banheiros e sanitários, quando em compartimento conjunto, deverão ter:

I - área mínima de 2,40 m² (dois metros e quarenta decímetros quadrados) e largura mínima de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

II - dimensões que permitem os seguintes requisitos: →

a) a banheira, quando existir, dispôr de uma área livre, em um de seus lados maiores, onde possa ser traçado um círculo de 0,60 m (sessenta centímetros) de diâmetro;

b) o box, quando existir, possuir área mínima de 0,80 m² (oitenta centímetros quadrados) e forma tal que permita traçar, no plano do piso, um círculo de 0,80 m (oitenta centímetros) de diâmetro;

III - pé direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

→ IV - dispositivos que assegurem perfeita iluminação e ventilação.

§ 1º - Quando for privativo do dormitório, o compartimento do banheiro e sanitário poderá ser ligado diretamente ao mesmo.

§ 2º - Toda e qualquer residência deverá dispor, no mínimo, de um compartimento com banheiro e sanitário com acesso independente de dormitório.

§ 3º - O compartimento para um chuveiro e um sanitário poderá ter área mínima de 2,50 m² (dois metros e cinquenta decímetros quadrados) e largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte decímetros).

§ 4º - Quando destinado exclusivamente a banheiro ou a sanitário, o compartimento terá área mínima de 2,00 m² (dois metros quadrados) e largura mínima de 1,10 m (um metro e dez centímetros).

§ 5º - Os banheiros e sanitários não poderão ter comunicação direta com sala, cozinha, copa ou despensa.

SEÇÃO X

Dos Lavadores

Art. 88 - Os lavadores deverão ser locais convenientemente cobertos e arejados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 1º - Os lavadouros deverão ter tanques de lavar roupas e ser providos de água corrente, além de ralos ligados à rede de esgotos.

§ 2º - no caso de inexistência de canalização de esgotos o tanque deverá escoar para sumidouro sendo proibida sua ~~des~~ carga nas fossas biológicas ou nas sarjetas do logradouro.

§ 3º - O tanque deverá ser perfeitamente impermeabilizado.

§ 4º - Em edifícios de apartamentos residenciais, os lavadouros ou áreas de serviços deverão ter área mínima de 4,00 m² (quatro metros quadrados), com largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

SEÇÃO VI

Das Dependências de Empregados

Art. 5º - As dependências de empregados deverão constar de quatro e de um compartimento para lavatório, chuveiro e sanitário.

§ 1º - O quarto deverá ter:

- a) área mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados);
- b) forma tal que permita traçar, no seu piso, um círculo de diâmetro de 2,00 m (dois metros);
- c) pé direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

diâmetro de 2,00 m (dois metros);

c) pé direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 2º - O compartimento para lavatório, chuveiro e sanitário deverá ter:

a) área mínima de 2,00 m² (dois metros quadrados);

b) largura mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros);

c) pé direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

SEÇÃO XII

Dos Garagens Domiciliares

12

Art. 90 - As garagens domiciliares deverão ter

I - área mínima de 12,00 m² (doze metros quadrados);

II - largura mínima de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);

III - pé direito mínimo de 2,30 m (dois metros e trinta centímetros);

IV - aberturas que assegurem ventilação permanente;

V - teto de material incombustível, quando existir pavimento superposto.

§ 1º - A garagem domiciliar poderá ser parte constitutiva do edifício principal ou se constituir edificação isolada.

§ 2º - Nas garagens deverá ser previsto o escoamento das águas de lavagem.

§ 3º - A garagem domiciliar não poderá ter comunicação com dormitórios.

§ 4º - O pavimento superposto a uma garagem domiciliar poderá ser construído como sótão.

SEÇÃO XIII

Dos Porões e Subterrâneos

Art. 92 - Os porões e subterrâneos, para serem utilizados, deverão satisfazer os seguintes requisitos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

I - terem pé direito mínimo de 2,30 m (dois metros e trinta centímetros) e vão livre mínimo de 2,00 m (dois metros), este toma do sempre da superfície do piso à face inferior da viga de maior altura;

II - sempre serem ventiladas por meio de abertura protegidas com dispositivos que assegurem renovação de ar e impeçam passagem de pequenos animais.

§ 1º - Os compartimentos dos porões e subterrâneos deverão ter comunicação entre si, com aberturas que garantem no mínimo ventilação permanente.

§ 2º - Os compartimentos do porão e subterrâneo poderão ser utilizados para depósito, adega, despensa, rouparia, arquivo ou garagens.

§ 3º - É proibido utilizar compartimento de porão e subterrâneo para dormitório e cozinha.

§ 4º - Os porões de pé direito inferior a 2,00 m (dois metros) deverão ser completamente vedados, garantida a ventilação permanente.

Art. 92 - A construção do porão e subterrâneo poderá ser dispensada desde que a edificação fique a 0,10 m (dez centímetros), no mínimo, acima do nível do terreno circundante.

SEÇÃO XIV

DOS SÓTÃOS

Art. 93 - O sótão poderá ser destinado a compartimentos de utilização prolongada, transitória ou especial que lhe sejam compatíveis e que nele tenham garantia e plena funcionalidade.

§ 1º - Somente poderão ser utilizados para permanência prolongada os compartimentos que atenderem aos seguintes requisitos:

- a) terem área mínima de 10,00 m² (dez metros quadrados);
- b) terem a metade da área, no mínimo, com pé direito de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- c) terem forro e paredes que os isolem da cobertura;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

d) terem instalações prediais adequadas, inclusive iluminação e ventilação satisfatórias.

§ 2º - Os compartimentos que tiverem mais da metade da área com pé direito inferior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) só poderão ser destinados para utilização transitória ou especial.

CAPÍTULO V

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 94 - Os projetos dos elementos construtivos das edificações deverão observar as exigências deste Código.

SEÇÃO II

Das Fundações

Art. 95 - Na elaboração de projeto de fundações deverão ser atendidas as prescrições da Norma para Projeto e Execução de Fundações da Associação Brasileira de Mecânica dos Solos, oficialmente reconhecida pela ABNT.

Art. 96 - O tipo de fundação a projetar deverá ser determinado com base no exame criterioso dos seguintes elementos:

- I - natureza da edificação;
- II - condições topográficas do local;
- III - características do subsolo;
- IV - disposição, grandezas e natureza das cargas a serem transferidas ao subsolo;
- V - restrições impostas aos edifícios vizinhos.

§ 1º - As fundações, diretas ou profundas, deverão ser projetadas e dimensionadas de forma que a solicitação resultante de todas as cargas permanentes e acidentais, verticais e horizontais, transmitidas ao terreno em causa, seja no máximo igual à pressão admissível para o mesmo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 2º - No caso de fundações diretas rasas, será obrigatório o cálculo dos recalques e a comprovação de que os efeitos desses recalques sobre a edificação a construir e sobre as edificações vizinhas não serão prejudiciais.

§ 3º - No dimensionamento de fundações diretas de edificações com estruturas de concreto armado, poderá ser desprezado o efeito da ação do vento se os acréscimos correspondentes forem inferiores a 25 (vinte e cinco por cento) da carga permanente.

§ 4º - Na determinação dos esforços solicitantes da estrutura e no dimensionamento dos demais elementos de fundações, deverão ser obedecidas as prescrições normalizadas pela ABNT.

Art. 97 - As fundações diretas rasas de edificações térreas ou de sobrado de alvenaria deverão observar os seguintes requisitos mínimos:

I - terem largura de 0,50 m (cinquenta centímetros) ou de 0,70 m (setenta centímetros) , respectivamente, nos casos de edificação térrea e de sobrado;

II - serem respaldadas, antes de iniciadas no respaldo das paredes, por material, licerces impermeável;

III - terem uma cinta de amarração no repaldo dos alicerces.

Parágrafo único - Em qualquer caso, deverá ficar perfeitamente assegurada a estabilidade da edificação.

SEÇÃO III

Da Estrutura

Art. 98 - Seja qual for a estrutura da edificação, tijolo concreto armado, concreto protendido, aço, madeira ou qualquer outro tipo especial de material, o projeto estrutural deverá observar rigorosamente as prescrições normalizadas pela ABNT.

Art. 99 - Mesmo nas edificações de dois ou menos pavimentos e nas não destinadas a fins especiais no projeto arquitetônico deverá constar indicação esquemática, no mínimo, dos elementos estruturais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 100 - As edificações que tiverem mais de dois pavimentos e as destinadas a fins especiais deverão ser, preferencialmente, de estrutura de concreto armado ou metálico.

Art. 101 - Em qualquer edificação, só serão permitidas estruturas ou elementos de estruturas aparentes se forem resultantes do partido arquitetônico adotado e indicadas expressamente no respectivo projeto.

Parágrafo único - No caso de edificação sobre pilotis estes deverão ser, obrigatoriamente, indicados no projeto arquitetônico.

SEÇÃO IV

DAS PAREDES

Art. 102 - No projeto arquitetônico ou no projeto estrutural este quando for o caso, deverão ficar rigorosamente estabelecidas as dimensões, alinhamentos, espessuras e demais detalhes das paredes.

§ 1º - As espessuras das paredes serão estabelecidas em função das cargas a suportar e da resistência dos materiais a empregar.

§ 2º - Em geral, as paredes deverão ser construídas de tijolos.

§ 3º - Quando não tiverem de ser contruídas de tijolos, será obrigatória a fixação das espessuras das paredes tomando-se por base as daquele material, bem como a comparação das qualidades físicas, quanto ao isolamento térmico e acústico e à capacidade de resistência aos agentes atmosféricos.

Art. 103 - Quando constituírem estrutura de sustentação, as paredes de tijolos ficam sujeitas a comprovação de sua estabilidade.

Art. 104 - As paredes de edifícios térreos ou de sobrados mesmo as que constituírem estrutura de sustentação, deverão ter as seguintes espessuras mínimas:

1 - de um tijolo, as externas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

II - de meio tijolo, as divisórias internas.

§ 1º - As paredes de armários e de cabines de chuveiros, quando não suportarem cargas, bem como as de meia altura, poderão ter a espessura de um quarto de tijolo.

§ 2º - Nos edifícios do tipo uni-habitacional as paredes de garagens deverão ter a espessura mínima de 0,15m (quinze centímetros), se forem de tijolo.

Art. 107 - Quando constituírem vedação nos edifícios de estrutura de concreto armado ou metálica, as paredes de tijolos deverão ter as seguintes espessuras mínimas:

I - de um tijolo, as externas;

II - de meio tijolo, as divisórias internas;

III - de um quarto de tijolo, as de armários e cabinas de chuveiros, bem como as de meia altura.

Parágrafo único - Em qualquer caso, as paredes de compartimento de permanência transitória poderão ter espessura de meio tijolo.

Art. 108 - As paredes de vedação deverão ter a espessura que satisfaça boas condições de impermeabilidade e de isolamento termo-acústico.

Art. 109 - As paredes comuns a dois edifícios, constituindo a divisa de propriedade, deverão ter espessura de um tijolo e levar-se até a cobertura.

Art. 110 - As paredes de edifícios para fins especiais, onde possam manifestar-se sobrecargas especiais, esforços repetidos ou vibrações, deverão ter espessuras calculadas de forma a assegurar perfeita estabilidade e segurança.

Art. 111 - As paredes de blocos de vidro deverão ter dimensões variáveis segundo tipo escolhido, assegurada sua estabilidade.

Art. 112 - Em escritórios e consultórios, para separação das dependências, poderão ser feitas paredes divisórias de madeira, vidro e outros materiais indicados pela ABNT.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 1º - Cada divisão deverá ter a superfície mínima estabelecida por este Código para compartimentos de uso diurno.

§ 2º - Quando atingirem o teto, as divisões deverão satisfazer as exigências de iluminação e ventilação fixadas por este Código.

§ 3º - Não necessitarão satisfazer as prescrições do parágrafo anterior as divisões que tiverem livre, na parte superior, $1/3$ (um terço), pelo menos, do pé direito.

§ 4º - Na altura das divisões, não poderão ser construídos forros.

SEÇÃO V

Das Escadas e Rampas

Art. 111 - As escadas deverão ter as seguintes larguras mínimas úteis:

I - 0,80 m (oitenta centímetros) em edifícios uni-habitacionais, observado o raio de 0,60 m (sessenta centímetros) em relação ao eixo, quando forem circulares;

II - 1,20 m (um metro e vinte centímetros) em edifícios residenciais ou comerciais até 3 (três) pavimentos ou destinadas a locais de reunião com capacidade até 150 (cento e cinquenta) pessoas.

§ 1º - Em edifícios destinados a fins recreativos com capacidade superior a 150 (cento e cinquenta) pessoas, a soma da largura das escadas deverá corresponder a um centímetro por pessoa.

§ 2º - As escadas destinadas a usos secundários e eventuais como as de acesso a compartimentos não habitáveis, poderão ter largura mínima útil de 0,60 m (sessenta centímetros).

§ 3º - A largura útil de qualquer escada é medida entre as faces internas dos corrimãos ou das paredes que as limitarem lateralmente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 4º - Nos casos referidos nos itens II e III do presente artigo, as escadas circulares deverão observar o raio mínimo de 0,90 m (noventa centímetros) em relação ao seu eixo.

§ 5º - No caso de degraus em leques em escadas de lances retos são extensivas as prescrições relativas a escadas circulares.

Art. 112 - Nos edifícios de mais de um pavimento e com área de projeção horizontal superior a 600,00m² (seiscentos metros quadrados), deverão existir, obrigatoriamente, duas escadas com acesso direto pelo pavimento térreo.

Art. 113 - As escadas deverão ter desenvolvimento contínuo através dos pavimentos.

§ 1º - A altura livre das escadas será, no mínimo, de 2,00 m (dois metros).

§ 2º - As dimensões dos degraus das escadas deverão obedecer às relações indicadas pela técnica arquitetônica, não podendo a altura ser superior a 0,18 m (dezoito centímetros) nem a largura ser inferior a 0,25 m (vinte e cinco centímetros).

§ 3º - No lado interno das curvas, a largura mínima dos degraus poderá chegar até 0,8 m (oito centímetros).

§ 4º - Sempre que o mínimo de degraus exceder a 19 (dezenove), será obrigatório intercalar um patamar, com a profundidade mínima igual à largura da escada.

§ 5º - Nenhum ponto de cada pavimento poderá distar do acesso à escada mais de 30,00 m (trinta metros).

Art. 114 - As escadas nas edificações uni-habitacionais poderão ser localizadas em qualquer dos compartimentos, desde que as áreas mínimas destes, até a altura de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros), não fiquem prejudicadas, sem nenhuma exceção.

Art. 115 - As escadas em caracol só serão permitidas para uso privativo e acesso a um único pavimento quando construídas com material combustível.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 116 - As escadas ou rampas deverão ser construídas de material incombustível, excetuados os corrimões.

Parágrafo único - É permitida a construção de escada de madeira ou similar quando fôr de acesso a um único pavimento de uso privativo.

Art. 117 - As escadas ou rampas que vençam alturas superiores a 6,00 m (seis metros) deverão ser protegidas por meio de corrimões ou de paredes.

SEÇÃO VI

Dos Pisos

Art. 118 - Os pisos de compartimentos assentos diretamente sobre o solo deverão ter por base camada impermeabilizada de concreto, com espessura de 0,10 m. (dez centímetros).

Art. 119 - Nos edifícios de mais de um pavimento os pisos serão incombustíveis.

Parágrafo único - A exigência especificada no presente artigo é extensiva aos pisos dos pavimentos, passadiços ou galerias de edifícios de apartamentos, hotéis, hospitais, casas de diversões e clubes, bem como de edifícios industriais e comerciais.

SEÇÃO VII

Das Coberturas

Art. 120 - Nas coberturas, seja qual fôr a sua estrutura, madeira, metálica, concreto armado ou qualquer outro tipo de material especial, o projeto deverá observar as prescrições normalizadas pela ABNT.

Art. 121 - Todo e qualquer projeto de edificações baixa, visível de edifícios vizinhos, deverá apresentar soluções de cobertu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

re com aspecto arquitetonicamente satisfatório.

Art. 122 - Para que a cobertura seja bem executada, o projeto deverá conter as informações necessárias à sua completa compreensão.

§ 1º - Todos os locais de estrutura e dos telhados deverão ser visitáveis, quando possível, internamente e externamente, com segurança e facilidade, sendo em qualquer caso, obrigatório prever-se ventilação adequada.

§ 2º - Nos projetos de tesouras de vãos superiores a 12,00 (doze metros), deverão ser adotadas precauções especiais para mantê-las em seu plano de ação, com contraventamento seguindo a inclinação de telhado ou no plano horizontal das linhas.

Art. 123 - Nas coberturas dos edifícios deverão ser empregados materiais impermeáveis e imputrecíveis, incombustíveis e resistentes à ação dos agentes atmosféricos.

Parágrafo único - Quando constituída por laje de concreto, a estrutura deverá ser convenientemente impermeabilizada.

Art. 124 - Nas coberturas de estrutura em aço e treliça deverão ser utilizadas sempre que possível estruturas isostáticas ou aquelas que reduzem ao mínimo o emprego de ligações metálicas.

Parágrafo único - No projeto, deverão ser fornecidos os seguintes elementos:

A) - dimensionamento esquemático e processo de execução do escoramento para a montagem do arco;

B) - tipos de articulações, dimensionamento e detalhe das ligações de estruturas com tirantes metálicos, bem como relação detalhada de materiais.

Art. 125 - No caso dos telhados, o projetista deverá detalhar os tipos de cumieiras e dos seus arremates nas empenas, indicando como serão rejuntadas as telhas, o traço de argamassa a ser empregada, com adição ou não de corantes ou aditivos especiais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Das Fachadas

Art. 126 - Todo e qualquer projeto de construção, reconstrução parcial, acréscimo e reforma de edifícios será objeto de censura estética das fachadas, especialmente daquelas visíveis dos logradouros.

§ 1º - Nas fachadas, deverá ser guardado o necessário e equilíbrio estético entre seus diversos elementos componentes.

§ 2º - As fachadas, deverão apresentar harmonia em relação às edificações vizinhas, sem que isto implique necessariamente em igualdade ou similitude de estilo.

§ 3º - Os materiais a serem empregados no revestimento das fachadas serão objeto de exame e aprovação do órgão competente da Prefeitura.

Art. 127 - Nos edifícios construídos no alinhamento do logradouro, nenhuma saliência será permitida na fachada do pavimento térreo.

Parágrafo único - Acima do pavimento térreo, qualquer saliência não poderá ser superior a 0,30 m (trinta centímetros) em relação ao plano vertical que passa pelo referido alinhamento.

Art. 128 - Nos edifícios a serem construídos em lotes localizados em logradouro onde é obrigatório o recuo frontal, serão permitidos os seguintes balancos acima do pavimento térreo:

I - de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), quando o referido recuo for de 7,00m (sete metros), no mínimo;

II - de 1,00m (um metro), quando o referido recuo for de 3,00m (três metros), no mínimo;

Parágrafo único - Nenhuma saliência será permitida exceder do os limites máximos permitidos.

Art. 129 - Nos edifícios a serem construídos sobre as divisas laterais, não será permitida a construção de balancos sobre os recuos obrigatórios ou sobre os passeios.

Art. 130 - As fachadas secundárias e demais paredes exter



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 4º - Nas faces dos pilares e na face externa dos pavimentos sob a galeria, não serão permitidos quaisquer saliências ou corpos balanceados, admitindo-se somente a colocação de letreiros luminosos e de aspecto estético, com saliência máxima de 0,60m (sessenta centímetros) e acima do nível do passeio 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 5º - Acima da galeria, na fachada do edifício, sobre o alinhamento do logradouro, não será permitida nenhuma saliência ou balanço.

SURSEÇÃO II

Des Muros e Gradis

Art. 132 - Em edifício construído com recuos poderá adotar-se uma das seguintes soluções:

I - ser o nível de terreno, compreendido pelo recuo exigido e levado até a altura de 0,80 m (oitenta centímetros) acima do nível do meio-fio, medido no alinhamento, garantida a integração desta área com o passeio público;

II - ser o terreno, no alinhamento, fechado com muro ou gradil até a altura de 3,00 m (dois metros e vinte centímetros), se tiver até quatro pavimentos, incluindo-se o térreo;

III - ter gradis, com altura máxima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), nas divisas laterais dos terrenos, entre o alinhamento e a linha do recuo obrigatório.

§ 1º - Os muros que constituírem divisas laterais e de fundo dos terrenos edificados deverão ter altura máxima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), em relação ao nível do terreno mais baixo.

§ 2º - Para construir muros e gradis ou elevar o nível do terreno, é obrigatória a apresentação de projeto ao órgão competente da Prefeitura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

nas, bem como os anexos de edifícios, deverão harmonizar-se, no est
tílo e nas linhas, com a fachada principal.

SEÇÃO IX

Dos Elementos Construtivos Especiais

SUBSEÇÃO I

Das Galerias Formando Passeios

Art. 131 - As galerias formando passeios serão construídas nos logradouros que a lei de Plano Diretor Físico deste Município permitir e obedecerão a projetos específicos aprovados pelo órgão competente da Prefeitura.

§ 1º - Nos edifícios que tiverem de apresentar, na face térrea, passeios cobertos pelos pavimentos superiores, formando galerias, estas deverão satisfazer, obrigatoriamente, as seguintes exigências: (5--)

- a) 4,00m (quatro metros) de largura, medidos do alinhamento do logradouro, na área particular;
- b) 0,00 m (seis metros) de altura;
- c) pilares, construídos no alinhamento do logradouro com 0,80m x 0,40 m (oitenta centímetros por quarenta centímetros) de seção;
- * [d) espaçamento entre colunas de 4,00 m (quatro metros), no mínimo;

§ 2º - Os meio-pilares extremos que ficarem ligados aos do edifício vizinho, deverão formar plásticamente uma única peça.

§ 3º - Em um mesmo logradouro, as galerias deverão ser contínuas, não se permitindo nenhum pilar na faixa por elas interessadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

SURSEÇÃO III

Das Marquises

Art. 133 - As marquises nas fachadas de edifícios construídos no alinhamento de logradouros deverão obedecer às seguintes exigências:

I - fazerem sempre parte integrante da fachada como elemento estético;

II - não excederem à largura do passeio nem terem, seja qual for o caso, balanço superior a 3,00 m (tres metros) e altura máxima de 4,00 m (quatro metros);

III - não apresentarem quaisquer de seus elementos estruturais ou decorativos abaixo da cota de 3,00 m (tres metros) em relação ao nível do passeio, salvo no caso de consolos, os quais, junto à parede, poderão ter essa cota reduzida a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

IV - não terem bambinelas, inclusive lambresquins, se existirem, de dimensão superior a 0,30 m (trinta centímetros), no sentido do vertical;

V - não prejudicarem a arborização e a iluminação pública, nem occultarem placas de nomenclatura e outras indicações oficiais de logradouros;

VI - serem construídas de material incombustível e resistente à ação do tempo;

VII - terem, na face superior, caladouro em direção à fachada do edifício, junto a qual será convenientemente disposta calha provida de condutores para coletarem e encaminhar as águas, sob o passeio, à sarjeta do logradouro;

VIII - serem providas de cobertura protetora, quando revestidas de vidro estilhaçável ou de outro material quebrável;

IX - serem construídas até a linha de divisa das respecti



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

nas fachadas, a fim de evitar qualquer solução de continuidade entre as marquises contíguas, ressalvados casos especiais ou previstos por este Código.

§ 1º - As marquises da mesma quadra, terão altura e balanço uniformes, salvo se logradouro for acentuadamente em declive.

§ 2º - Nas quadras onde já existirem marquises, serão adotados a altura e o balanço de uma delas por padrão das que de futuro ali se construírem.

§ 3º - Não sendo aconselhável, por motivos estéticos, a reprodução das características lineares de marquises já existentes, o órgão competente da Prefeitura poderá adotar outros como padrão.

§ 4º - Em edifício de situação especial ou de caráter monumental, poderá ser permitido, a juízo do órgão competente da Prefeitura, a construção de marquises em nível diferente das demais da mesma quadra.

§ 5º - Em edifício que, pelo conjunto de suas linhas, constituir bloco arquitetônico cujo equilíbrio ou simetria não deva ser prejudicado, não será permitida construir marquises parciais.

§ 6º - Quando construídas em logradouro de grande declividade, as marquises compor-se-ão de tantos segmentos horizontais forem convenientes.

Art. 134 - Nas edificações a serem construídas em lotes localizados em logradouro onde é obrigatório o recuo frontal e onde o pavimento térreo destinar-se-á a comércio, poderão ser construídas marquises nas suas fachadas, observados os seguintes requisitos:

- I - terem a altura máxima do pavimento térreo;
- II - terem balanço máximo de 3,00 m (três metros);
- III - guardarem uma distância mínima igual a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) em relação às divisas laterais.

Parágrafo único - Para proteção das entradas de edifícios exclusivamente residenciais, serão permitidas pequenas marquises.

Art. 135 - No caso de edificação de acentuado valor arquitetônico, as marquises deverão ser, obrigatoriamente, incorporadas ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. C.

estilo da fachada.

CAPITULO VI

DA Insolação, Iluminação e Ventilação

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

art. 136 - Toda e qualquer edificação deverá dispor de áreas principais e de áreas secundárias que satisfaçam as exigên-
cias mínimas de insolação, iluminação e ventilação estabelecidas
na Lei do Plano Diretor Físico deste Município.

Art. 137 - Todos os compartimentos deverão dispor de abe-
turas de iluminação e ventilação diretas e naturais.

§ 1º - As aberturas, referidas no presente artigo, deve-
rão comunicar-se diretamente com longradouro público ou com
áreas livres dentro do lote.

§ 2º - Excetuam-se da obrigatoriedade de iluminação e natu
rais os seguintes compartimentos:

- a) corredores, excetuados os de edifícios de uso coletivo
- b) vestíbulos;
- c) cozinhas, sanitários e banheiros, sanitários coletivos
e miclórios de edifícios não residenciais, providos de ventila-
ção artificial por meio de poços ou dutos independentes para
cada compartimento;
- d) compartimentos que, pela sua utilização, justifiquem a
inexistência de iluminação natural, como os de cinemãs ou de la
boratórios fotográficos, desde que disponhem de ventilação mecâ-
nica ou de ar condicionado;
- e) - caixas de escadas em edifícios uni-habitacionais até
dois pavimentos e halls de elevadores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

de circulação externa, desde que respeitadas as áreas mínimas das aberturas de cada compartimento e as aberturas, nas referidas áreas, correspondem à área dos compartimentos iluminados e ventilados através delas.

Art. 138 - Nas aberturas de iluminação, a distância entre a parte inferior das vergas e o forro poderá ser superior a $1/8$ (um oitavo) do pé direito.

Art. 139 - Pelo menos metade da área das aberturas de iluminação deverá servir para ventilação.

Art. 140 - Nenhuma abertura será considerada como iluminando e ventilando partes de compartimentos que dela ficarem mais de três vezes a distância entre o piso e a parte inferior da respectiva verga, não podendo esta ter altura superior a $1/6$ (um sexto) do pé direito do compartimento.

§ 1º - Se a abertura der para área fechada, a distância fixada no presente artigo ficará reduzida a duas vezes.

§ 2º - No caso de compartimento cujas aberturas derem para terraços cobertos, alpendres e varandados, a distância a que se refere o presente artigo será acrescida das larguras dos mesmos.

§ 3º - A distância fixada pelo presente artigo poderá ser aumentada para três vezes o pé direito quando as aberturas forem destituídas de verga, abrangerem toda a largura da parede, não derem para áreas fechadas e não acharem situadas em recêntricas de áreas.

Art. 141 - Nenhum compartimento poderá ser iluminado através de outro, seja qual for a largura e a natureza da abertura de comunicação, excetuados vestíbulos e salas de entrada de dimensões mínimas.

Art. 142 - Quando a iluminação de um compartimento se verificar unicamente por uma de suas faces, a cada profundidade equivalente a um pé direito deverá corresponder vão aberto de $1/3$ (um terço) do painel de frente, no mínimo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 143 - Não poderão existir aberturas em paredes levantadas sobre as divisas do lote com os lotes contíguos, bem como a menos de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros) das divisas.

Art. 144 - As aberturas confrontantes em economias distintas não poderão ter, entre elas, distância inferior a 3,00 m (tres metros), embora sejam da mesma edificação.

Art. 145 - Para efeito de iluminação e ventilação, os compartimentos de permanência prolongada diurna e noturna, poderão prevalecer-se de reentrâncias formadas pelo prédio junto a áreas principais.

§ 1º - Os compartimentos de utilização transitória poderão prevalecer-se de reentrâncias junto a áreas secundárias.

§ 2º - As reentrâncias deverão ter aberturas para as áreas de iluminação e ventilação com profundidade mínima igual à dimensão contígua às referidas áreas.

SEÇÃO II

Do Dimensionamento dos Vãos das Janelas e Portas

Art. 146 - Os vãos das janelas deverão ter as seguintes áreas totais mínimas:

I - $1/6$ (um sexto) da superfície de cada compartimento de permanência prolongada ou $1/8$ (um oitavo) da superfície de cada compartimento de utilização transitória, quando derem para áreas abertas ou diretamente para o exterior.

II - $1/5$ (um quinto) da superfície de cada compartimento de permanência prolongada ou $1/6$ (um sexto) da superfície de cada compartimento de utilização transitória, quando derem para áreas fechadas ou terraços cobertos, alpendres e avarandados com mais de 1,00m (um metro) de largura, não existindo paredes a menos de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) do limite da cobertura.

~~III § 1º - As áreas totais mínimas fixadas no item II do presente artigo deverão ser ampliadas para $1/4$ (um quarto) e $1/5$~~
MOD. GE 16



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

(hum quinto) respectivamente, se existirem paredes a menos de 1,50m (hum metro e cinquenta centímetros) do limite da cobertura.

§ 2º - Os vãos das janelas que derem para terraços abertos alpendres e avarandados com mais de 2,00m (dois metros) de profundidade, não serão considerados aberturas para iluminação e insolação.

§ 3º - Os vãos das janelas de compartimentos de permanência prolongada ou de utilização transitória não poderão ter áreas inferiores a, respectivamente, ^{1,20 m²} 1,20m² (hum metro e vinte decímetros quadrados) e ^{0,60 m²} 0,60 m² (sessenta decímetros quadrados).

§ 4º - Nas áreas de serviço, deverá existir janela em toda a extensão da parede externa, com um mínimo de 0,50 m (cinquenta centímetros) de altura.

Art. 147 - O dimensionamento dos vãos das portas deverá obedecer a uma altura mínima livre de 2,00m (dois metros) e às seguintes larguras mínimas:

I - 0,80 m (oitenta centímetros) quando forem de entrada principal de edifícios uni-habitacionais;

II - 1,10m (hum metro e dez centímetros) ou 0,60m (sessenta centímetros) por folha das portas no caso de terem mais de uma folha quando forem de entrada principal de edifícios de apartamentos até 3 (tres) pavimentos;

III - 1,40m (hum metro e quarenta centímetros) quando forem de entrada principal de edifício de apartamentos de mais de 3 (tres) pavimentos;

IV - ^{0,80m} 0,70m (setenta centímetros) quando forem de entrada de serviços;

V - 0,70m (setenta centímetros) quando forem de acesso a salas, dormitórios, gabinete de trabalho e cozinhas;

VI - 0,60m (sessenta centímetros) quando forem internas e secundárias, a exemplo de banheiros e sanitários;

Parágrafo único - Quando um vão de porta confronta com uma escada, deverá existir, entre um vão e a escada espaço livre suficiente, ^{igual a largura da porta} igual a largura da porta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

ciente à plena movimentação da porta.

Art. 148 - Quando destinadas apenas a ventilar qualquer compartimento, as aberturas poderão ter até um mínimo de 0,60m² (sessenta decímetros quadrados).

Art. 149 - Nos compartimentos destinados a banheiros e sanitários externos, deverá existir, além da porta, uma abertura para o exterior, com área mínima de 0,20m² (vinte decímetros quadrados), a fim de assegurar iluminação e ventilação permanentes.

CAPÍTULO VII

Dos Tipos de Edificações

SEÇÃO I

Das Edificações Residenciais

SUBSEÇÃO I

Das Edificações Uni-Habitacionais

Art. 150 - Qualquer edificação uni-habitacional deverá ser constituída no mínimo de sala, dormitório, cozinha e sanitário com banho, observando estes quatro compartimentos a forma e o dimensionamento que lhes são específicos.

§ 1º - Além do disposto no presente artigo, a edificação uni-habitacional deverá observar os seguintes requisitos:

- a) ter o compartimento sanitário comunicando-se diretamente com seu interior;
- b) ser provida de instalações de abastecimento de água, ligadas à rede pública de distribuição, quando esta existir no logradouro;
- c) ser provida de instalações de esgotos sanitários, ligados à rede pública de esgotos, quando existente no logradouro, ou a uma fossa séptica;
- d) ser provida de instalações elétricas;
- e) ter o terreno convenientemente preparado para dar escoamento às águas pluviais e para ser protegido contra as águas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

infiltração;

f) ter os pisos conforme as prescrições estabelecidas por este Código;

g) ter as paredes de alvenaria ou de material adequado, bem como revestidas na forma prevista por este Código, excetuando-se os casos nele especificados;

h) ter o terreno, no alinhamento, fechado por muro ou grade, se for o caso;

i) ser provida de lavadouro, coberto e convenientemente esgotado.

§ 2º - Em toda e qualquer habitação, o acesso a cada um dos compartimentos e cada um dos dormitórios e a um sanitário com banho, pelo menos, não poderá ser feito através de dormitório.

§ 3º - Pelo menos, as áreas de serviço deverão ser murada de modo a garantir sua indepassabilidade, desde os logradouros públicos.

SUBSEÇÃO II

Das Habitações Conjugadas

Art. 151 - Nas edificações conjugadas, o conjunto das duas residências deverá satisfazer as seguintes exigências:

I - respeitar cada residência isoladamente as disposições deste Código para edificação uni-habitacional;

II - constituir um único conjunto no tratamento arquitetônico incluindo as fachadas das duas residências;

III - atender as prescrições da Lei do Plano Diretor Física deste Município.

§ 1º - Quando houver, na mesma quadra, residências ou projetos de residências aprovados, os níveis dos peitoris e vergas das novas habitações conjugadas deverão obedecer aos existentes.

§ 2º - É livre a escolha dos tipos de esquadrias para a residência, desde que sejam mantidas as linhas geométricas essenciais das fachadas das duas residências conjugadas.

§ 3º - Para cada residência, é obrigatório a existência



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

de pátio interno descoberto que atenda os seguintes requisitos mínimos:

- a) 15,00m² (quinze metros quadrados) e dimensão de 2,00 m (dois metros), no caso de servir exclusivamente a dependências de serviço;
- b) 20,00m² (vinte metros quadrados) e dimensão de 3,00 m (tres metros), quando servir simultaneamente a dependências de serviços de utilização prolongada.

§ 4º - Na construção de edificações conjugadas, será permitida a separação das residências por meio de muro divisório.

Art. 153 - No caso de duas habitações conjugadas de dois pavimentos, dada uma delas deverá servir, obrigatoriamente, para uma única residência.

§ 2º - Em nenhuma das duas habitações conjugadas de dois pavimentos será permitida a duplicidade de cozinhas ou de dependências de empregados, bem como quartos com entrada privativa ou outros elementos que identifiquem a intensão da inobservância das prescrições do presente artigo e do parágrafo anterior.

SEÇÃO III

Das Residências Superpostas

Art. 154 - Quando da construção de duas residências superpostas, deverão ser respeitados os seguintes critérios:

- I - existirem acessos independentes;
- II - existir, para uso da residência superior, um hall de acesso entre o primeiro degrau da escada e a porta de entrada;
- III - possuir a residência superior um patamar de largura igual a da escada e comprimento mínimo de 1,20 m (um metro e vinte centímetros), localizado entre o último degrau da escada e qualquer abertura existente;

IV - possuir a residência superior um terreço de serviço, com área livre mínima de 6,00 m² (seis metros quadrados) e forma tal que
MOD. 55 15



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

permita a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

V) - respeitar as prescrições da Lei do Plano Diretor Físico deste Município.

SUBSEÇÃO IV

Dos Edifícios de Apartamentos

Art. 154 - Todo e qualquer edifício de apartamentos, além das prescrições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverá satisfazer ainda as seguintes:

I - ter estrutura, paredes, pisos, forros e escadas construídos de material incombustível, permitindo-se madeira ou outro material combustível em esquadrias e corrimãos e como revestimento assente diretamente sobre cimento ou tijolo;

II - ter cada unidade residencial, no mínimo, sala, dormitório, sanitário com banho e cozinha, além de área de serviço destinada ao lavadouro;

III - ter, junto à entrada principal, local destinado a portaria, quando possuir oito ou mais apartamentos;

IV - ter compartimentos destinados ao serviço ou à administração;

V - ter uma escada, no mínimo, servindo a todos os pavimentos;

VI - terem os halls de escada de cada pavimento iluminação natural e iluminação elétrica regulada por aparelho de "minuterie";

VII - ter garagem, subterrânea ou não, para estacionamento de automóveis de propriedade dos que nele moram.

§ 1º - Nenhum apartamento poderá ter área útil inferior a 80,00 m² (oitenta metros quadrados).

§ 2º - Se tratar de apartamento com dois ou mais dormitórios, é obrigatória a existência de dependências de serviço completas, constituídas de área de serviço, quarto de empregada e sanitário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

rio com banho.

§ 3º - O corredor de acesso a apartamentos não poderá ser utilizado, sob nenhum pretexto, para iluminação e ventilação de seus compartimentos.

§ 4º - Para cada apartamento, é obrigatória a existência de portas de acesso social e de serviço independentes.

§ 5º - Pelo menos a escada de cada conjunto de circulação vertical deverá dar acesso ao subsolo, se este existir.

§ 6º - No cálculo da área da garagem deverá ser previsto um automóvel para cada apartamento, destinando-se cada veículo a área mínima de 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados).

§ 7º - A forma da área reservada para garagem, a distribuição dos pilares na estrutura e a circulação prevista, deverão garantir o fácil acesso ao veículo bem como a entrada e saída independente de cada um.

8º - As garagens deverão, obrigatoriamente, proporcionar fácil circulação dos veículos.

§ 9º - Nos edifícios de apartamentos com frente para mais de um logradouro público, as garagens deverão ter entrada e saída de veículos voltada preferencialmente para a via de menor importância.

Art. 155 - Na cobertura de edifício de apartamento só será permitida a construção de reservatórios de água, casas de máquinas e vestíbulos das circulações verticais.

Art. 156 - Nos edifícios de apartamentos construídos sobre pilotis, é obrigatório que a solução estrutural ou os elementos de construção e o ajardinamento, não prejudiquem a utilização conveniente dos espaços no pavimento térreo.

§ 1º - As áreas fechadas não poderão ultrapassar de 40% (quarenta por cento) da área de projeção, constituindo-se de vestíbulo, apartamento de zelador, com o máximo de dois quartos, dependências para faxineiros, com quarto e sanitário com banho, depósito de lixo e compartimento ou quadro para medidores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

metros quadrados);

VI - terem a cota do piso altura máxima de 0,10m (dez centímetros) acima do meio-fio ou 0,25 m (vinte e cinco centímetros) acima da altura do logradouro, tomado no seu eixo, quando não existir meio-fio;

VII - terem o piso impermeabilizado por uma camada contígua de concreto ou por entijolados rejuntado com massa forte no traço de 1:4:8, de 0,10 m (dez centímetros) de espessura, no mínimo, revestindo toda a área e ser coberta e as fundações

VIII - terem as paredes externas e divisórias amarradas com uma cinta contígua;

IX - terem as paredes divisórias elevadas até a altura do pé direito.

X - terem as aberturas de iluminação e ventilação em conformidade com as exigências fixadas neste Código;

XI - terem a cobertura de telhas de barro ou de outro material incombustível, admitindo-se laje de concreto armado, impermeabilizada e dotada de isolamento térmico;

XII - terem, obrigatoriamente, instalação de água potável, quando localizadas em logradouro provido de rede de distribuição de água, sendo necessário existir os seguintes dispositivos, no mínimo:

a) reservatório de água com capacidade mínima de 1000 (mil litros), elevado, protegido contra o sol e sem comunicação direta com o vaso sanitário.

b) chuveiro;

c) bacia sanitária ventilada, provida de caixa de descargo;

d) tanques de lavar rcupas, protegido contra o sol e as intempéries e dotado de torneira e de ralo.

§ 12 - As paredes externas de moradias populares poderão ser de meio tijolo, reforçadas com pilares de um tijolo, quando existir pano contíguo de mais de 4,00m (quatro metros)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

sem amarração de parede divisória.

§ 2º - Os banheiros e sanitários serão obrigatoriamente forrados, quando as paredes divisórias não forem até o telhado.

§ 3º - No caso de um segundo dormitório, poderá o mesmo ter área mínima de 8,00 m² (oito metros quadrados).

§ 4º - Para o esgotamento será obrigatória a instalação de fossa e sumidouro, quando não existir no logradouro rede de esgotos.

Art. 159 - No caso de moradias populares geminadas e estas, além das prescrições deste Código fixadas para moradias populares isoladas, deverão constituir conjunto arquitetônico único e atender as exigências da Lei do Plano Diretor Físico deste Município.

Parágrafo único - É permitida a separação dos prédios por meio de muro divisório.

SEÇÃO II

Das Edificações Comerciais e para Escritórios ou Consultórios

SUBSEÇÃO I

Dos Edifícios de Salas para Escritórios e Consultórios ou Para Fins Comerciais e Artesanais

Art. 160 - Os edifícios de salas para escritórios e consultórios ou para fins comerciais e artesanais de mais de dois pavimentos, além das prescrições deste Código, que lhes forem aplicáveis, deverão atender ainda as seguintes:

I - terem estrutura, paredes, pisos, forros e escadas construídos de material incombustível, permitindo-se madeira ou outro material combustível em esquadrias e corrimãos e como revestimentos, assente diretamente sobre cimento ou tijolos.

II - terem hall, no pavimento térreo e nos demais pavimentos, com área igual ou superior a 1% (um por cento) da área total útil das salas, não podendo ser inferior a 5,00 m²



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

(cinco metros quadrados);

III - terem as salas com pé direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

IV - terem todas as lojas ou escritórios e consultórios, localizados no pavimento térreo, com instalações sanitárias próprias.

§ 1º - O pé direito mínimo poderá ser reduzido para 2,25 m (dois metros e vinte e cinco centímetros), a juízo do órgão competente da Prefeitura, desde que atendidas as condições de iluminação e ventilação condizentes com a natureza do trabalho.

§ 2º - Em cada pavimento, é obrigatório que as instalações sanitárias para ambos os sexos, na forma fixada por este Código, sejam acrescidas das seguintes exigências: em cada 100,00m (cem metros quadrados) ou fração de área construída deverá existir um lavatório, um sanitário e um mictório para homens, bem como um lavatório, um sanitário para mulheres.

§ 3º - Para cada sala conjunto de salas utilizadas pelo mesmo ocupante, é obrigatório existir no mínimo um compartimento com sanitário e lavatório para cada 60,00m² (sessenta metros quadrados) ou fração.

§ 4º - Nos edifícios referidos no presente artigo, não será permitida moradia, excetuada a do zelador, se for o caso.

§ 5º - É proibida a abertura de balcões e guichês diretamente para as áreas de circulação e vestíbulos de utilização comum.

Art. 161 - Os edifícios de salas para escritórios e consultórios ou para fins comerciais e artesanais de mais de dois pavimentos que forem construídos em quadra ou zona comercial deverão ser providos de marquises, na forma estabelecida por este Código.

SUBSEÇÃO II

Das Edificações Para Lojas e Para Farmácias ou Drogarias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 162 - As edificações para lojas e para farmácias ou drogarías, além das prescrições deste Código, que lhes forem aplicáveis, deverão satisfazer ainda as seguintes:

I - terem área mínima de 20,00m² (vinte metros quadrados se o acesso for diretamente pelo logradouro, e de 12,00m² (doze metros quadrados) se o acesso for através de galerias internas;

II - terem pé direito mínimo de 3,00m (tres metros);

III - terem portas de entrada com largura nunca inferior a 2,00 m (dois metros);

IV - terem aberturas de iluminação e ventilação com superfície nunca inferior a 1/10 (hum décimo) da área do piso;

V - terem cobertura de material incombustível, refratário a umidade;

Art. 163 - No caso de sobrelojas, estas poderão ter pé direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 164 - No caso de farmácias, estas deverão possuir dependências destinadas a salão de vendas, mostruários e entrega de produtos, bem como a laboratórios.

Parágrafo único - A sala destinada ao laboratório deverá preencher as seguintes exigências:

a) ter superfície mínima de 12,00m² (doze metros quadrados);

b) ter abertura para iluminação com superfície mínima total equivalente a 1/5 (hum quinto) da área do piso;

c) ter filtro e pia com água corrente.

Art. 165 - Todo e qualquer edificio destinado a uso comercial ou a escritório construído em zona ou quadra comercial deverá ser provido de marquises, na forma fixada por este Código

SUBSEÇÃO III

Das Galerias Internas

Art. 166 - As galerias internas, ligando vias através de edificios, deverão satisfazer os seguintes requisitos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

a 1,00m (hum metros), no mínimo, acima da calha, quando construídas junto às divisas do lote,

VI - terem os pisos dos compartimentos que assentem diretamente sobre o solo constituídos, obrigatoriamente, de base de concreto de espessura mínima de 0,10m (dez centímetros);

VII - terem porta de acesso com largura nunca inferior a 2,00m (dois metros), sendo proibido abrirem para dentro;

VIII - terem escada ou rampa com largura livre nunca inferior a 1,50m (hum metro e cinquenta centímetros) e situada a uma distância mínima de 40,00m (quarenta metros) de qualquer ponto de trabalho por ela servido;

IX - terem pelo menos 1/5 (hum quinto) da área do piso dos locais de trabalho iluminada por janelas, vãos ou aberturas, incluindo os localizados na cobertura como lanterninga ou "sheds"

X - terem área de ventilação natural nos locais de trabalho correspondentes a 2/3 (dois terços), no mínimo, da superfície iluminante natural, referida no item anterior;

XI - terem cobertura de material incombustível, refratário a unidade;

XII - terem compartimentos apropriados para os depósitos de combustíveis ou de manipulação de materiais inflamáveis, os quais deverão ser dotados de forros construídos de material incombustível e de vãos de comunicação interna e de acesso à escadas vedadas por portas do tipo corta-fogo;

XIII - não terem locais de trabalho comunicando-se diretamente com vestiários, banheiros, sanitários, dormitórios ou residências;

XIV - terem bebedouros higiênicos de jato inclinado para servir água potável aos trabalhadores;

XV - terem vestiários, com área mínima de 8,00m² (oito metros quadrados) e que não sirvam de passagem obrigatória, dotados de armários, devidamente separados, para uso de um e outro sexo e com área útil não inferior a 0,50m² (cinquenta decímetros quadrados)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

por operário, observado o afastamento mínimo de 1,35m (um metro e trinta e cinco centímetros) entre as frentes dos armários;

XVI - terem lavatórios, chuveiros e sanitários para ambos os sexos, devidamente separados, a razão de um para cada 20 (vinte pessoas);

XVII - terem sinalização de advertência contra perigo, dentro e fora do edifício, localizada nas imediações dos pontos onde possam ocorrer acidentes.

§ 1º - Quando a natureza de trabalho exigir maior intensidade de luz do que a fornecida pela superfície iluminante natural, esta deverá ser obrigatoriamente completada com iluminação artificial.

§ 2º - As aberturas de iluminação, quando exposta diretamente à luz solar, assim como as clarabóias, deverão ser protegidas adequadamente contra a ofuscação.

§ 3º - Quando a ventilação natural não for suficiente, será obrigatória a instalação de aparelhos para ventilação artificial.

§ 4º - Quando a atividade a ser exercida no local de trabalho for incompatível com a iluminação ou ventilação naturais, estas poderão ser obtidas por meios artificiais.

§ 5º - Quando existir fonte de calor excessivo, deverão ser instalados dispositivos especiais para proteção contra seus efeitos.

§ 6º - Quando o acesso aos sanitários depender de passagem ao ar livre, esta deverá ser coberta e ter largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros);

§ 7º - No caso de sanitários para empregados, deverá existir mictórios na proporção de um para cada 20 (vinte) empregados.

§ 8º - Nas fábricas ou oficinas onde trabalha mais de quinze operários, deverá existir compartimento, com área mínima



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

de 6,00m² (seis metros quadrados) destinados aos primeiros socorros de urgência, no caso de acidente.

§ 9º - As fábricas deverão possuir área privativa de cargas e descargas dos materiais e produtos.

§ 10 - As fábricas ou oficinas que profizirem ou utilizarem matérias-primas ou substâncias de fácil combustão, deverão ter as fôrnalhas ligadas a estufas ou chaminés, localizadas internamente em compartimento próprio e exclusivo ou no interior dos edifícios.

Art. 169 - Quando de mais de seis pavimentos, a edificação industrial, deverá ser dotada de duas escadas, no mínimo.

Art. 170 - Quando não tiver sido construída a creche, o edifício industrial, onde trabalham mais de 30 (trinta) mulheres maiores de 16 anos deverá dispor de uma dependência apropriada e isolados locais de trabalho, afim de que as operárias possam deixar sob cuidados adequados, seus filhos no período de amamentação.

Parágrafo único - A dependência referida no presente artigo deverá possuir no mínimo:

a) um berçário com área de 2,00m² (dois metros quadrados) por criança e na proporção de um leito para cada vinte e cinco operárias;

b) uma saleta de amamentação com área mínima de 8,00 m² (oito metros quadrados);

c) uma cozinha dietética com área mínima de 4,00m² (quatro metros quadrados);

d) um compartimento de banho e higiene das crianças com área de 3,00m² (tres metros quadrados).

Art. 171 - Nos edifícios industriais onde tenham de trabalhar mais de 300 (trezentos) operários será obrigatória a existência de refeitório, obedecendo aos seguintes requisitos:

1 - ter área mínima de 0,40m² (quarenta decímetros quadrados) por trabalhador;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

II - ter cobertura de material incombustível, refratário à umidade;

III - ter superfície iluminante correspondente a $1/8$ (hum oitavo), no mínimo, da área do piso;

IV - ter área de ventilação natural correspondente a $1/8$ (hum oitavo), no mínimo, da área do piso;

V - ter as faces inferiores das vergas dos vãos iluminantes distantes do teto no máximo $1/6$ (hum sexto) do pé direito;

VI - ter largura máxima de duas e meia vezes a distância compreendida entre o piso e a face inferior da verga do vão iluminante;

VII - ter lavatórios e bebedouros higiênicos de jato inclinado.

Parágrafo único- A cozinha deverá ter área mínima de $10,00m^2$ (dez metros quadrados).

Art. 172 - Não serão permitidas residências anexas às edificações industriais, salvo uma única unidade residencial destinada ao administrador ou zelador.

SEÇÃO IV

Das Edificações Industriais e Comerciais de Gêneros Alimentícios

SUBSEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 173 - As edificações industriais e comerciais de gêneros alimentícios, além dos requisitos deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão obedecer ainda aos seguintes:

I - terem pé direito mínimo de $4,00m$ (quatro metros), salvo as exceções previstas neste Código;

II - terem compartimentos especificamente destinados ao preparo ou fabricação de gêneros alimentícios, bem como à



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

dos;

c) os destinados à manipulação, preparo, fabrico ou depósito de gêneros alimentícios.

§ 6º - Quando o acesso aos sanitários depender de passagem ao ar livre, esta deverá ser coberta e ter largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros).

§ 7º - As aberturas que tiverem de ser teladas deverão ser, obrigatoriamente, acrescidas de 20% (vinte por cento) sobre as áreas totais mínimas fixadas para as mesmas por este Código.

SUBSEÇÃO II

Das Edificações para Panificadoras ou Fábricas de Massas e Congêneres

Art. 174 - As edificações para panificadoras ou fábricas de massas e congêneres, quando destinadas exclusivamente à indústria panificadora, compor-se-ão:

- I - sala de fabricação;
- II - sala de expedição;
- III - loja de vendas;
- IV - vestiários, banheiros e sanitários;
- V - depósito de combustível;
- VI - torneiras e ralos para lavagem, estes na proporção de um para cada 100,00m² (cem metros quadrados) de piso.

§ 1º - Os depósitos de matérias-primas deverão fazer parte integrante da sala de fabricação.

§ 2º - Os compartimentos destinados ao depósito, venda e expedição de pães e similares deverão ter lavatórios e bebedouros higiênicos;

§ 3º - Os depósitos para combustível deverão ser isolados e instalados de modo a não prejudicarem a higiene e o asseio do estabelecimento.

Art. 175 - Nas fábricas de massas ou congêneres a secagem dos produtos deverá ser feita por meio de estufa ou de câmara.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

na de modelo aprovado.

Parágrafo único- As câmaras de secagem deverão ter as vãos envidraçados.

Art. 176 - Quando as panificadoras ou fábricas de massas e congêneres tiverem de funcionar à noite, os edifícios deverão dispor de um dormitório para operários, que preencha as exigências deste Código relativas a compartimentos de permanência noturna.

Parágrafo único - O dormitório referido no presente artigo deverá ser separado da parte comercial e industrial do estabelecimento, não podendo ter comunicação direta com os compartimentos destinados à manipulação, preparo, fabrico, depósito ou venda de gêneros alimentícios.

SUBSEÇÃO III

Das Edificações para Fábricas de Doces, Conservas e Congêneres

Art. 177 - As edificações para fábricas de doces, de conservas e congêneres deverão ter as seguintes dependências:

- I- depósito de matérias-primas;
- II- sala de fabricação;
- III- sala de rotulagem e expedição;
- IV- sala de vendas;
- V- vestiários, banheiros e sanitários;
- VI- sala de máquinas;
- VII- depósito de combustível.

SUBSEÇÃO IV

Das Edificações para Mercadorias, Armazéns e Depósitos de Gêneros Alimentícios

Art. 178 - As edificações para mercadorias, armazéns e depósitos de gêneros alimentícios deverão ter:

- I - vãos em quantidade e disposição capazes de assegurar permanente renovação do ar, segundo as prescrições deste Código.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

digo referentes às aberturas e áreas de iluminação e ventilação;

II - vestiários, banheiros e sanitários.

SUBSEÇÃO V

Das Edificações para Cafés, Restaurantes, Bares, Pastelarias ,
Confeitarias e Casas de Lanches.

Art. 179- As edificações para cafés, restaurantes, ba-
res, pastelarias, confeitarias e casas de lanches deverão possuir

I - pé direito mínimo de 3,00m (tres metros);

II - locais apropriados para exposição e venda dos di-
versos produtos;

III - depósitos para produtos, devidamente iluminados e
ventilados;

IV - copas e cozinhas, que observem as prescrições des-
te Código;

V - vestiários, chuveiros e sanitários para empregados
os quais não poderão ter comunicação direta com os salões de con-
sumação nem com os compartimentos de preparo e venda de alimento
e com os depósitos dos produtos.

§ 1º - Os restaurantes deverão dispôr, obrigatóriamen-
te, de cozinha com área mínima de 10,00m² (dez metros quadrados)
não podendo ter largura inferior a 3,00m (tres metros) nem ter
ligação direta com os salões de consumo e os sanitários.

§ 2º - Os restaurantes, bares e casas de lanches, deve-
rão ter sanitários para o público, na forma estabelecida por ês-
te Código.

Art. 180 - As pastelarias e confeitarias deverão ter
ainda as seguintes dependências:

I - sala de manipulação;

II - depósitos de matérias-primas;

SUBSEÇÃO VI

Das Edificações Industriais e Comerciais de Carnes e Derivados



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 181 - As edificações para matadouros frigoríficos, fábricas de produtos suínos, fábricas de conservas e gorduras, deverão satisfazer as seguintes condições:

I - terem os pisos providos de canaletas ou outro sistema indispensável à formação de rede de drenagem das águas de lavagem e residuais;

II - terem as dependências e instalações destinadas ao preparo de produtos alimentícios separadas das utilizadas no preparo de substâncias não comestíveis e das que forem trabalhadas as carnes e derivados para fins industriais;

III - terem abastecimento abundante de água quente e fria;

IV - terem tendais espaçosos e bem ventilados;

V - terem vestiários, banheiros e sanitários;

VI - terem local apropriado para separação e isolamento de animais doentes;

VII - terem local apropriado para necrópsias com instalações necessárias e forno crematório anexo para cremação das carcaças condenadas;

VIII - terem gabinete para microscopia e escritório para inspeção veterinária;

IX - terem autoclaves, estufas e esterilizadores para instrumentos e utensílios.

§ 1º - As dependências principais dos matadouros-frigoríficos deverão ser separadas umas das outras, como sala de matança, triparias, fusão e refinação de gordura, salga ou preparo de couros e outros subprodutos.

§ 2º - As coqueiras, estábulos e pocilgas, deverão estar afastados 20,00m (vinte metros), no mínimo, dos locais onde tiverem de ser preparados produtos de alimentação humana.

Art. 182 - As edificações destinadas ao aproveitamento e preparo de resíduos e vísceras deverão ter localização apropriada



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

e dispor de compartimentos amplos, bem iluminados e ventilados.

Art. 183 - Os matadouros avícolas, além das disposições relativas aos matadouros-frigoríficos que lhes forem aplicáveis, deverão ter ainda as seguintes dependências:

I - compartimento para separação das aves em lotes segundo a procedência e raça;

II - compartimento para matança com área mínima de 20,00m² (vinte metros quadrados);

III - tanques apropriados para lavagem ou preparo de produtos.

Art. 184 - As edificações para fábricas de conservas de carnes e produtos derivados deverão obedecer às seguintes exigências:

I - terem suas diversas dependências e instalações separadas entre si;

II - possuírem abastecimento de água quente e fria;

III - possuírem torneiras para lavagem dos utensílios e dos locais;

IV - terem aparelho de ou condicionamento de ar nas salas de preparo dos produtos;

V - terem tanques apropriados para a lavagem ou preparo dos produtos;

VI - terem cozinhas, conforme as prescrições estabelecidas por este Código para as de hotéis e restaurantes;

VII - possuírem fogões providos de coifas e exaustores, a fim de garantir perfeita tiragem;

Parágrafo único - Nas fábricas a que se refere o presente artigo não serão permitidos tanques e depósitos de cimento para guardar ou beneficiar carnes e gorduras.

SUBSEÇÃO VII

Des Edificações Industriais e Comerciais de Leite e Laticínios

Art. 185 - As edificações para usinas de beneficiamen



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

to do leite deverão ter dependências especiais para as seguintes destinações:

- I - recebimento do leite;
- II - laboratório;
- III - beneficiamento;
- IV - expedição;
- V - higiene do vasilhame;
- VI - câmaras frigoríficas;
- VII - vestiários, banheiros e sanitários;
- VIII - instalações de máquinas;
- IX - depósito do vasilhame.

§ 1º - As plataformas de recepção e expedição de leite, deverão ser devidamente cobertas.

§ 2º - As salas de beneficiamento do leite não poderão ter comunicação direta com as de higiene e depósito do vasilhame, nem com as de máquinas.

§ 3º - Os vestiários e sanitários deverão ser localizados fora do corpo da edificação principal.

Art. 186 - As edificações para postos de refrigeração do leite deverão ter dependências especiais para as seguintes destinações:

- I - recebimento do leite;
- II - refrigeração;
- III - laboratórios;
- IV - expedição;
- V - higiene do vasilhame;
- VI - câmaras frigoríficas;
- VII - vestiários, banheiros e sanitários;
- VIII - instalações de máquinas;
- IX - depósito de vasilhame.

Parágrafo único - As características de cada dependência deverão obedecer ao disposto neste Código para a dependência de usina de beneficiamento do leite que lhe seja semelhante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 187 - As edificações para entrepostos de leite e laticí-
nios deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - terem área mínima de 4,00 m² (quarenta metros quadrados)
não podendo existir nenhum lado com dimensão inferior a 4,00 m
(quatro metros);

II - terem câmaras frigoríficas;

III - terem vestiários e sanitários.

Art. 188 - As edificações destinadas a fábricas de laticínios
conforme a espécie do produto industrializado, deverão ter depen-
dências especiais para as seguintes destinações:

I - recebimento da matéria-prima;

II - laboratórios;

III - fabricação

IV - acondicionamento;

V - câmaras frigoríficas;

VI - câmaras de cura;

VII - vestiários e sanitários sem comunicação direta com as de-
pendências enumeradas nos anteriores;

VIII - instalação de máquinas

Parágrafo único - as características de cada dependência de-
verão observar as prescrições deste Código para a dependência de
usina de beneficiamento de leite que lhe seja semelhante.

Art. 189 - As edificações destinadas a leiterias deverão sa-
tisfazer as seguintes exigências:

I - terem área interna mínima de 20,00 m² (vinte metros qua-
drados) e largura mínima de 3,00 m (três metros);

II - terem vestiários sem comunicação direta com o salão de
vendas

III - terem instalações frigoríficas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

SUBSEÇÃO VIII

Das Edificações para Torrefação de Café.

Art. 190 - As edificações para torrefações de café deverão ser destinadas exclusivamente para êsse fins e obedecer as seguintes condições:

I - possuírem, no mínimo, dependências para depósitos de matéria prima torrefação, moagem e acondicionamento, vendas, vestiários e sanitários;

II - serem providos de chaminé, na forma prevista pelo Código de Instalações deste Município, devidamente munida de aparelho de aspiração e retenção de fuligem e películas ou detritos da torrefação de café.

SUBSEÇÃO IX

Das Edificações para Fábricas de Bebidas

Art. 191 - As edificações para destilarias cervejarias e fábricas de xaropes, licores e outras bebidas deverão ter dependências especiais para as seguintes destinações:

- I - depósito de matérias-primas;
- II - manipulação;
- III - limpeza e lavagem de vasilhame;
- IV - expedição;
- V - vendas;
- VII - vestiários, banheiros e sanitários sem comunicação direta com as dependências enumeradas nos item anteriores.

§ 1º - As salas de manipulação e de expedição deverão ter, respectivamente, área mínima de 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados) e largura mínima de 4,00 m (quatro metros).

§ 2º - As indústrias especificadas no presente artigo deverão possuir abastecimento de água potável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

direta com as dependências enumeradas nos itens anteriores.

§ 1º - As salas de manipulação e de expedição deverão ter, respectivamente, área mínima de 25,00m² (vinte e cinco metros quadrados) e largura mínima de 4,00m (quatro metros).

§ 2º - As indústrias especificadas no presente artigo deverão possuir abastecimento de água potável.

SUBSEÇÃO X

Das Edificações para Frigoríficos e Fábricas de Gêlo

Art. 192 - As edificações para frigoríficos ou fábricas de gêlo deverão observar as seguintes exigências:

I - terem dependências para escritório e instalação de máquinas;

II - terem vestiários, banheiros e sanitários sem comunicação direta com a casa de máquinas e as câmaras de refrigeração;

III - terem as câmaras de refrigeração sempre providas de ante-câmaras;

§ 1º - Os frigoríficos deverão ser dispostos de forma tal que permitam a separação por espécie dos produtos alimentícios depositados.

§ 2º - As fábricas de gêlo para uso alimentar deverão ter abastecimento de água potável.

SUBSEÇÃO XI

Das Edificações para Mercados ou Super-Mercados

Art. 193 - As edificações para mercados ou super-mercados deverão satisfazer as seguintes exigências:

I - terem pé direito mínimo de 4,00m (quatro metros), medidos por ponto mais baixo da cobertura;

II - terem abastecimento de água, além de rede interna para escoamento de águas residuais e de lavagem;

III - terem as entradas de mercadorias e de pessoal de serviço independente das para o público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

IV - terem portas de ingresso de largura não inferior a 3,00m (tres metros);

V - terem as passagens internas principais de largura mínima de 4,00m (quatro metros) e as demais de 3,00m (tres metros);

VI - terem os vãos iluminantes a área total não inferior a 1/5 (hum quinto) da área construída e distribuídos de forma a proporcionar iluminação uniforme;

VII - terem metade, no mínimo, da área iluminante obrigatoriamente utilizada para fins de ventilação permanente, ressalvando-se os casos de condicionamento e renovação de ar;

VIII - terem as portas e janelas gradeadas de forma a possibilitar franca ventilação;

IX - terem sanitários e vestiários separados para um e outro sexo isolados do recinto de vendas e dos depósitos dos produtos alimentícios;

X - terem depósitos de produtos alimentícios adequadamente localizados;

XI - serem dotados de câmaras frigoríficas separadas, com capacidade suficiente para armazenamento de carnes, pescados laticínios, frutas e produtos horti-granjeiros;

XII - terem depósitos de lixo, com capacidade para armazenamento de lixo de um dia, localizado de forma que permita a remoção do lixo para o exterior e devidamente provido de ventilação e de água corrente para lavagens e ralos para seu fácil escoamento.

§ 1º - O dimensionamento das entradas, saídas, circulação e sanitários de cada mercado ou super-mercado deverá ser feito em conformidade com a capacidade de atendimento que para o mesmo for prevista.

§ 2º - As prescrições do parágrafo anterior são extensivas à determinação do número de caixas registradoras e de sua adequada localização no caso de super-mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 3º - Nos super-mercados e mercados não serão permitidas aberturas de balcões, guichês e registradoras diretamente sobre logradouros públicos.

Art. 194 - Nas edificações para mercados deverão ser satisfeitos ainda os seguintes requisitos:

I - serem observados para os diversos compartimentos de vendas os dispositivos deste Código que lhes forem aplicáveis, segundo o respectivo gênero de Comércio;

II - terem compartimentos para administração ou fiscalização municipal, com área não inferior a 15,00m² (quinze metros quadrados), sem que disto resulte quaisquer ônus para a Prefeitura.

Parágrafo único - Os compartimentos referidos no item I do presente artigo não poderão ter área inferior a 8,00 m² (oito metros quadrados).

Art. 195 - Nas edificações para super-mercados deverão ser atendidas ainda as seguintes prescrições:

I - terem área construída superior a 1.000,00 m² (mil metros quadrados);

II - não terem degraus em toda a área destinada à exposição e venda, sendo as diferenças de nível vencidas por meio de rampas.

III - terem área de exposição e venda contígua, não sendo permitida a construção de paredes ou outros elementos que resultem na sua subdivisão em compartimentos independentes.

Parágrafo único - Os estabelecimentos comerciais que que tiverem de funcionar sob o sistema de auto-serviço, e que só dispuserem de área igual ou inferior a 1.000,00 m² (mil metros quadrados) deverão obedecer às exigências relativas a edificações para fins comerciais de gêneros alimentícios.

SEÇÃO V

Das Edificações para Hotéis, Pensões e Motéis



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 196 - As edificações destinadas a hotéis, pensões e motéis, além dos requisitos deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão satisfazer ainda os seguintes:

I - terem dormitórios segundo as prescrições fixadas por este Código para dormitórios em geral;

II - terem lavatórios com água corrente nos dormitórios que dispuserem de banheiros próprios;

III - terem vestíbulo de entrada dotado de locais apropriados para serviço de portaria, recepção e comunicação;

IV - terem sala de estar de utilização comum com área mínima de 20,00 m² (vinte metros quadrados);

V - terem sala de leitura e correspondência, se for o caso;

VI - terem dependências de administração;

VII - terem dependências para guarda de utensílios de limpeza e serviço;

VIII - terem depósito para guarda de bagagens de hóspedes

IX - terem entrada de serviço;

X - terem rouperia;

XI - terem dois reservatórios de água, sendo um inferior e outro elevado;

XII - terem instalações coletoras de lixo, convenientemente localizadas, sem comunicação com compartimentos utilizados ou transitados pelos hóspedes nem com cozinhas, copes e outros compartimentos onde se manipulam ou preparam alimentos ou se depositem gêneros alimentícios;

XIII - terem, obrigatoriamente, duas escadas servindo a todos os pavimentos, sendo uma delas de serviço.

§ 1º - As dependências para uso do pessoal de serviço deverão ser independentes das destinadas aos hóspedes, inclusive os sanitários.

§ 2º - Não serão permitidas divisões de madeira ou tabiques nos compartimentos de permanência prolongada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

IV - terem portas de ingresso de largura não inferior a 3,00m (tres metros);

V - terem as passagens internas principais de largura mínima de 4,00m (quatro metros) e as demais de 3,00m (tres metros);

VI - terem os vãos iluminantes a área total não inferior a 1/5 (hum quinto) da área construída e distribuídos de forma a proporcionar iluminação uniforme;

VII - terem metade, no mínimo, da área iluminante obrigatoriamente utilizada para fins de ventilação permanente, ressaltando-se os casos de condicionamento e renovação de ar;

VIII - terem as portas e janelas gradeadas de forma a possibilitar franca ventilação;

IX - terem sanitários e vestiários separados para um e outro sexo isolados do recinto de vendas e dos depósitos dos produtos alimentícios;

X - terem depósitos de produtos alimentícios adequadamente localizados;

XI - serem dotados de câmaras frigoríficas separadas, com capacidade suficiente para armazenamento de carnes, pescados laticínios, frutas e produtos horti-granjeiros;

XII - terem depósitos de lixo, com capacidade para armazenamento de lixo de um dia, localizado de forma que permita a remoção do lixo para o exterior e devidamente provido de ventilação e de água corrente para lavagens e ralos para seu fácil escoamento.

§ 1º - O dimensionamento das entradas, saídas, circulação e sanitários de cada mercado ou super-mercado deverá ser feito em conformidade com a capacidade de atendimento que para o mesmo for prevista.

§ 2º - As prescrições do parágrafo anterior são extensivas à determinação do número de caixas registradoras e de sua adequada localização no caso de super-mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 3º - É obrigatória a existência de um conjunto composto de sanitário, chuveiro e lavatório de utilização simultânea e independente, com água quente e fria, separados para um e outro sexo, para cada grupo de quatro quartos que não tenham instalações privativas.

§ 4º - Os corredores e galerias de circulação deverão ter pé direito mínimo de 2,30m (dois metros e trinta centímetros) e largura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

§ 5º - Todas as instalações de serviço deverão ter acesso independentes das destinadas aos hóspedes.

§ 6º - A rouparia deverá destinar-se exclusivamente à guarda de roupas limpas, existindo recinto separado para as roupas servidas.

§ 7º - Se o hotel tiver de servir refeições, o edifício deverá dispor, obrigatoriamente, de sala de refeições, cozinha, copa e despensa, além de local para instalação de câmaras frigoríficas para guarda de alimentos.

§ 8º - A cozinha deverá satisfazer as seguintes exigências:

- a) ter área mínima de 20,00m² (vinte metros quadrados)
- b) ter pé direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- c) ter os fogões providos de coifas;
- d) ser provida de pias com água quente e fria;
- e) ter as janelas protegidas contra insetos e roedores, por meio de telas apropriadas.

§ 9º - A área mínima da copa e da despensa será de 10,00m² (dez metros quadrados) e o pé direito mínimo de 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

§ 10 - Mesmo que o hotel não tenha de servir refeições deverá possuir copa e cozinha.

§ 11 - Para ligar o pavimento em que estiver localiza



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

da a copa ou cozinha com os demais pavimentos deverá existir e instalação de um monta-pratos, no mínimo.

§ 12 - Se o hotel tiver de possuir lavanderia, deverá ter área mínima de 40,00m² (quarenta metros quadrados) e as seguintes dependências:

- a) depósito de roupas servidas;
- b) local para instalações de lavagem e secagem de roupas;
- c) local para passar roupas;
- d) depósito de roupas limpas;
- e) local apropriado para desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores.

Art. 197 - Nos edifícios para hotéis que disponham de instalações de aquecimento central de água, os compartimentos destinados ao banheiro e sanitário para uso apenas de dois dormitórios e que se comuniquem com estes por antecâmaras de área não inferior a dois metros quadrados, poderão ser desprovidos de aberturas para o exterior, desde que satisfaçam a uma destas condições:

I - ter ventilação assegurada por condutor de comunicações com o exterior, estabelecido sobre teto falso;

II - ter sua ventilação assegurada por sistema mecânico central de renovação de ar.

Art. 198 - A adaptação de edifício para hotel, pensão ou motel, só será permitida se forem cumpridas integralmente as exigências deste Código.

SEÇÃO VI

Das Edificações Escolares

Art. 199 - As edificações escolares deverão ser projetadas de forma a atenderem plenamente às funções do ensino a que se destinarão, mediante o agrupamento adequado da unidade pedagógica



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

dos espaços comuns destinados a atividades diversas e dos serviços administrativos e gerais, formando um conjunto integrado.

Parágrafo único - As áreas para escolas ficam subordinadas aos seguintes índices:

a) 10,00m² (dez metros quadrados) por aluno para escola pré-primária e secundária em regime de externato;

b) 20,00m² (vinte metros quadrados) por aluno para internato;

c) entre 10,00 m² (dez metros quadrados) e 25,00 m² (vinte e cinco metros quadrados) por aluno para escolas técnicas profissionais.

Art. 200 - As edificações escolares deverão ser constituídas das seguintes dependências, no mínimo:

I - salas de aulas;

II - sala de diretoria, secretaria e biblioteca;

III - sala de professores;

IV - conjuntos sanitários, separados para alunos e professores e para cada sexo;

V - recreio coberto;

VI - recreio descoberto;

§ 1º - As dependências discriminadas nos itens do presente artigo poderão ser em menor número se algumas delas tiverem condições de servir acumulativamente a fins vários e se a capacidade das salas de aulas for inferior a 120 (cento e vinte) alunos.

§ 2º - Quando for indispensável número de dependências superior ao estabelecido nos itens do presente artigo, os edifícios escolares deverão ser acrescidos de compartimentos separados para diretoria, secretaria, biblioteca, gabinete médico, gabinete dentário, ginásio esportivo, refeitório, cozinha e despensa, além da casa do zelador.

Art. 201 - Preferencialmente, as edificações escola -



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

res deverão ser térrea, a fim de possibilitarem o perfeito atendimento das seguintes exigências pedagógicas e higiênicas:

- I - haver intimidade escolar;
- II - assegurar iluminação e ventilação multilaterais;
- III - existir relação harmônica entre a classe e as áreas livres, coberta e descoberta;
- IV - evitar escadas;
- V - simplificar a solução das circulações.

Parágrafo único - Quando não for possível solução térrea, a edificação escolar deverá satisfazer as seguintes prescrições:

a) ter dois pavimentos, permitindo-se excepcionalmente três pavimentos;

b) serem assegurados as vantagens inerentes às edificações térreas, especialmente quanto à iluminação e à ventilação;

c) não resultar entre o piso do recreio coberto e das salas de aulas um desnível superior a 5,00m (cinco metros).

Art. 202 - Seja qual for o tipo de edificação escolar esta deverá observar os seguintes requisitos:

I - ter os vários pavilhões distribuídos no terreno de forma a garantir fácil acesso da via pública às dependências do edifício e fácil proteção dos recreios cobertos e descoberto dos ventos úmidos e frios;

II - possuir corredores e galerias de circulação principais com largura mínima de 2,00m (dois metros), podendo os secundários ter 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

III - garantir que as portas, circulações, escadas ou rampas assegurem fácil acesso das dependências a que atenderem;

IV - ser coberta toda circulação externa entre salas de aulas, recreio coberto e salas de administração;

V - ser a área do recreio descoberto contínua e compor um ambiente uno com o recreio coberto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

VI - ter o diâmetro das áreas de iluminação e ventilação com dimensões iguais ou superiores ao dobro estabelecido pela Lei do Plano Diretor Físico deste Município;

VII - instalar bebedouros automáticos, com água devidamente filtrada, na proporção de um para cada 50 (cinquenta) alunos.

§ 1º - Somente após ter sido assegurada a dimensão exigida para a área do recreio descoberto é que deverá ser prevista a área do recreio coberto.

§ 2º - Excetuam-se das prescrições do parágrafo anterior as edificações destinadas a escola pré-primária e as destinadas simultaneamente a ensino primário e médio, as quais deverão ter recreio coberto.

Art. 203 - Os edifícios destinados a escolas pré-primárias, além das prescrições dos artigos anteriores deverão atender ainda as seguintes:

- I - possuírem um único pavimento;
- II - terem local para teatro de fantoches;
- III - terem, no mínimo, um conjunto composto de banheiros, sanitários, lavatórios e vestiários para cada bloco de duas salas de aulas;
- IV - terem as peças de cada conjunto a que se refere o item anterior com dimensões próprias para criança de quatro a seis anos de idade;

V - possuírem bebedouros higiênicos em diferentes pontos, na altura das crianças e próprias para as mesmas.

Art. 204 - Quando o edifício escolar for destinado a internato, deverá possuir, além das dependências fixadas nos parágrafos e itens do artigo 200, as seguintes, no mínimo:

- I - dormitório;
- II - cozinhas;
- III - copas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

IV - enfermaria.

Parágrafo único - Nos internatos, será obrigatória a instalação de banheiros com água quente e fria.

Art. 205 - As salas de aulas deverão obedecer as seguintes exigências:

I - terem área mínima de 40,00m² (quarenta metros quadrados) e largura mínima de 6,00 m (seis metros);

II - terem pé direito mínimo de 3,00m (três metros);

III - terem piso com forma retangular, com janelas dispostas no sentido do eixo maior da sala;

IV - terem paredes com saliências, com cantos e esquinas arredondados;

V - terem portas com largura mínima de 0,90m (noventa centímetros) e altura mínima de 2,00m (dois metros);

VI - terem as janelas dispostas apenas em uma das paredes, sendo feitas pequenas aberturas na parede oposta, a fim de assegurar livre circulação de ar;

VII - terem paredes divisórias até o teto.

§ 1º - As salas de aulas subordinar-se-ão aos seguintes índices mínimos:

a) 1,20 m² (um metro e vinte centímetros quadrados) por aluno para as comuns e os salões de estudo;

b) 2,00m² (dois metros quadrados) por aluno para os desenhos e de trabalhos manuais;

c) entre 10,00m² (dez metros quadrados) e 25,00m² (vinte e cinco metros quadrados) por aluno para as oficinas de escolas técnico-profissionais.

§ 2º - A superfície total das salas de aulas não deverá ser inferior à metade da superfície total do edifício.

§ 3º - Nas salas de aulas deverá ser assegurado conforto térmico, visual e acústico.

§ 4º - A iluminação, ventilação e insolação das salas de aulas deverão ser asseguradas de maneira satisfatória e ade-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

quada, observados os seguintes requisitos:

- a) iluminação uniformemente distribuída, preferencialmente multilateral, ficando proibida a unilateral direta e lateral adjacente;
- b) superfície total das janelas, ao longo do maior lado, não ser inferior a $1/5$ (um quinto) da superfície da sala de aula;
- c) aberturas destituídas de verga e altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros);
- d) abertura com dispositivos capazes de corrigir excessos de iluminação e insolação porventura existentes;
- e) aberturas que assegurem, mesmo fechadas, iluminação e ventilação natural;
- f) abertura de ventilação equivalente no mínimo a $2/3$ (dois terços) da superfície das janelas.

§ 5º - No caso de oficinas de escola técnico-profissional, a luz deverá ser recebida, preferencialmente, da esquerda e do alto.

§ 6º - Quando a ventilação natural não for suficiente em escola técnico-profissional, serão empregados, obrigatoriamente, ventiladores, exaustores ou aspiradores.

Art. 206 - Os conjuntos de banheiros e sanitários deverão preencher as seguintes condições:

I - serem compostos de vestiários, chuveiros, lavatórios e sanitários, devidamente separados para um e outro sexo;

II - terem área das janelas não inferior a $0,60m^2$ (sessenta decímetros quadrados).

§ 1º - Para os conjuntos de banheiros e sanitários deverão ser observados os seguintes índices mínimos por aluno:

- a) um mictório para cada 15 (quinze) alunos do sexo masculino;
- b) um lavatório para cada 15 (quinze) alunos;
- c) um sanitário para cada 25 (vinte e cinco) alunos do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

sexo masculino;

d) um sanitário para cada 15 (quinze) alunos do sexo feminino;

e) um chuveiro para cada 20 (vinte) alunos.

§ 2º - Os sanitários ou banheiros para a administração deverão observar as prescrições deste Código que lhes são aplicáveis.

Art. 207 - A sala da diretoria deverá ser localizada de forma que possibilite comunicação rápida com todas as dependências do edifício, inclusive com o recreio.

§ 1º - A sala da diretoria deverá ter área mínima de 12,00m² (doze metros quadrados).

§ 2º - Igual área à da sala da diretoria deverão ter separadamente, a secretaria, a biblioteca e a sala de professores.

Art. 208 - Os serviços médicos e dentários e as enfermarias, quando existirem, deverão preencher os seguintes requisitos:

I - serem separados em compartimentos, tendo cada um área mínima de 12,00m² (doze metros quadrados);

II - possuírem sala de espera própria;

III - serem localizadas no pavimento térreo;

IV - não terem comunicação com outras dependências da escola excetuando-se o saguão de entrada.

Art. 209 - O dormitório, quando existir, deverá satisfazer as seguintes exigências:

I - ter área proporcional a 6,00m² (seis metros quadrados) por aluno;

II - ter pé direito mínimo de 3,00m (tres metros);

Art. 210 - O refeitório, quando existir, deverá atender às seguintes condições:

I - ter área proporcional a 0,80m² (oitenta décime -



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

tres quadrados) por aluno;

II - ter aberturas em 2 (duas) paredes, no mínimo;

III - comunicar-se com a dependência destinada a distribuição da alimentação e a lavagem dos pratos e utensílios;

IV - ter pé direito mínimo de 3,00m (tres metros).

Art. 211 - A cozinha, quando existir, deverá satisfazer os seguintes requisitos:

I - não ter área inferior a 12,00m² (doze metros quadrados);

II - possuir instalações frigoríficas.

§ 1º - A despensa deverá ter área mínima de 4,00 m² (quatro metros quadrados).

§ 2º - Quando necessário, a cozinha deverá possuir:

a) escada separada para o pessoal de serviço;

b) porta-carga ligando-a ao refeitório;

Art. 212 - O recreio coberto deverá atender às seguintes prescrições:

I - ter superfície mínima igual a metade da superfície total das salas de aulas;

II - ter área contínua, pé direito mínimo de 3,50 m (tres metros e cinquenta centímetros) e largura livre de cerca de 10,00m (dez metros), possibilitando a prática de educação física em dias de chuva;

III - possuir palco para representação e festividades escolares;

IV - dispor de cantina, protegida de vento e chuva, com área equivalente a 7,00m² (sete metros quadrados) por sala de aula.

Parágrafo único - O recreio coberto não poderá ter área inferior a 100,00m² (cem metros quadrados).

Art. 213 - O ginásio esportivo, para prática de esportes e para festividades, deverá satisfazer às seguintes exigências:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

I - ter quadra de esporte para voleibol, basquetebol e futebol de salão com pé direito de 7,00m (sete metros) e dimensões de 20,00 x 32,00m (vinte por trinta e dois metros);

II - ter palco para representação e festividades escolares;

III - ter espaldar para ginástica ao longo da parede e pórtico para educação física;

IV - possuir vestiários, separados por sexo, com capacidade correspondente a 1,00m² (um metro quadrado) por alunos;

V - dispor de chuveiros, separados por sexos, na proporção de um para cada dez alunos;

VI - ter sala para professores de educação física;

VII - dispor de pequena arquibancada, sendo esta opcional.

Art. 214 - O recreio descoberto deverá ter superfície que corresponda a 3,00m² (tres metros quadrados), no mínimo, por aluno.

Parágrafo único - No recreio descoberto deverá haver uma quadra de esporte, cimentada e descoberta, contida no retângulo de 20,00 x 30,00m (vinte por trinta metros) e orientada no sentido norte-sul.

Art. 215 - A casa do zelador, quando existir, deverá atender às seguintes prescrições:

I - ter sala, dois quartos, cozinha e sanitário com banho;

II - ter 60,00m² (sessenta metros quadrados) de área construída, no mínimo.

Parágrafo único - A casa do zelador poderá ficar ou não integrada no bloco principal do estabelecimento de ensino, devendo ter entrada e pátio próprio a fim de não perturbar a circulação no referido estabelecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 216 - As escadas ou rampas internas, quando existirem, deverão observar as seguintes exigências:

I - terem em sua totalidade, largura correspondente no mínimo, a 0,10 m (dez centímetros) por aluno previsto na lotação dos pavimentos superiores;

II - serem de material incombustível e oferecerem ab soluta segurança;

III - terem, no caso de escadas, largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e não apresentarem trechos em leque, devendo vencer os andares em dois lances re-
tos, no mínimo, separados por amplo patamar;

IV - terem, no caso de rampas, largura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) e não apresentarem declividade superior a 10% (dez por cento);

V - terem degraus, no caso de escadas, com 0,30 m (trinta centímetros) de piso por 0,15 m (quinze centímetros) de altura.

Art. 217 - Quando o edifício escolar possuir dois ou mais pavimentos deverá ser dotado de dois reservatórios de água, sendo um na parte mais elevada e outro no subsolo.

Art. 218 - A adaptação de edifícios para escolas se-
rá excepcionalmente tolerada desde que sejam atendidas as seguintes condições mínimas, a critério do órgão competente da Prefeitura:

I - reduzirem as exigências estabelecidas neste Código relativas ao número de dependências quando algumas delas puderem servir acumulativamente a fins vários;

II - acrescerem e adaptarem adequadamente as dependências destinadas às salas de aulas, aos conjuntos sanitá-
rios e ao recreio coberto, na medida das possibilidades re-
ais do edifício e do terreno;

III - adaptarem adequadamente a área destinada ao re-
creio descoberto;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

IV - o salão deverá ter área proporcional a 1,00m² (hum metro quadrado) por criança, em solução de varanda coberta, sendo localizado próximo do berçário e da sala de repouso

SEÇÃO VIII

Das Edificações Assistenciais

Art. 219 - Os edifícios para hospitais, ambulatorios, casas de saúde ou estabelecimentos congêneres, deverão satisfazer as seguintes exigências:

- I - terem pé direito mínimo de 3,00m (tres metros);
- II - serem construídos com material incombustível, excetuando os locais destinados a consulta e tratamento;
- III - terem arredondados todos os ângulos formados com as paredes, pisos e tetos;
- IV - terem os vãos de iluminação e ventilação com dimensões de uma vez e meia superior às estabelecidas neste Código para compartimentos análogos;
- V - terem a superfície iluminante dos diversos compartimentos igual a sexta parte da área do piso, no mínimo;
- VI - terem a iluminação e ventilação feitas exclusivamente por meio de área principais, seja qual for a natureza dos compartimentos;
- VII - terem escadas ou rampas de acesso com largura mínima útil de 1,50m (hum metro e cinquenta centímetros);
- VIII - terem os corredores de acesso às enfermarias e quartos para doentes, bem como às salas de operação ou quaisquer peças onde exista trânsito de doentes, com largura mínima de 2,00m (dois metros);
- IX - terem os corredores não referidos no item anterior com largura mínima de 1,50m (hum metro e cinquenta centímetros);
- X - terem os quartos de unleito área mínima de 9,00

m²



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

6,00 m²

(nove metros quadrados) e os de dois leitos área mínima de 10,80m² (dez metros e oitenta centímetros quadrados);

XI - terem os dormitórios coletivos e as enfermarias de adultos superfície correspondente a 6,00m² (seis metros quadrados) por leito, não podendo cada unidade exceder de vinte e quatro leitos nem conter mais de oito leitos nas subdivisões;

XII - possuírem 20% (vinte por cento), no mínimo, de sua capacidade total em leitos reservados a quartos de um ou dois leitos, sendo todos dotados de sanitários com banheiros e lavatórios;

XIII - terem uma sala, no mínimo, destinada a curativos tratamento ou serviços médicos, para cada 200,00m² (duzentos metros quadrados) de piso de dormitórios ou fração e em cada pavimento;

XIV - terem reservatórios de água com capacidade suficiente ao atendimento de suas necessidades;

XV - terem, em cada pavimento, conjuntos de banheiros e sanitários, destinados aos doentes, devidamente separados por sexos, que correspondam a uma banheira e um chuveiro com água quente e fria para cada doze leitos, bem como um sanitário e um lavatório para cada oito leitos;

XVI - Terem em cada pavimento, conjunto de sanitário, lavatório, chuveiro e vestiário, para médicos e pessoal de serviço, separados por sexo, para cada 300,00m² (trezentos metros quadrados) de pavimento;

XVII - terem o refeitório, cozinha, copa e despensa com acessos independentes dos demais serviços;

XVIII - possuírem necrotério;

XIX - terem câmaras frigoríficas ou refrigeradores de dimensões suficientes;

XX - terem lavanderia;

XXI - possuírem instalações de intercomunicação interna e dispositivos de sinalização ótica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

~~XXII~~ - terem, obrigatoriamente, instalações incineradoras de lixo, em especial para incineração de resíduos provenientes das salas de operações e de curativos e dos laboratórios

XXIII - possuírem as inspeções de esgotos primários localizadas, obrigatoriamente, fora das salas de operações, de esterilização, de curativos e de outros tratamentos, bem como das cozinhas, copas e refeitórios.

§ 1º - Nas enfermarias e quartos para doentes, os vãos de iluminação e ventilação deverão ficar voltados para direções que impeçam que os raios solares alcancem o peitoril das janelas ou soleira da porta por mais de uma hora em qualquer dia do ano.

§ 2º - O número dos leitos e a sua disposição deverão ser claramente indicadas em plantas.

~~§ 3º~~ - Nos pavimentos em que existam quartos para doentes ou enfermarias, deverá haver, no mínimo, uma copa com área mínima de 4,00m² (quatro metros quadrados) para cada grupo de doze leitos ou uma copa com área mínima de 9,00m² (nove metros quadrados) para cada grupo de vinte e quatro leitos.

§ 4º - Na contagem dos leitos para estabelecer a proporção de banheiros, chuveiros, sanitários e lavatórios, não serão computados aqueles pertencentes a quartos que disponham privativamente das referidas instalações.

~~§ 5º~~ - Nos banheiros e sanitários poderá ser tolerada a ventilação por meio de poços, na forma estabelecida por este Código.

§ 6º - Para cada leito infantil deverá corresponder 3,50m² (tres metros e cinquenta decímetros quadrados) de área de enfermaria de crianças.

§ 7º - Nenhum dos pontos de qualquer dormitório de doentes poderá ficar a distância superior a 25,00m (vinte e cinco metros) de sanitário e lavatório nem a 40,00m (quarenta metros) de banheira ou chuveiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 8º - É obrigatória a existência de quartos ou enfermarias para isolamento de doentes ou suspeitos de moléstias infecto-contagiosas ou para doentes que, por suas condições, necessitam isolamento.

§ 9º - Para efeitos construtivos, inclusive de salubridade e conforto, as salas de estar ou de leitura e correspondência ou recreio de doentes deverão ser consideradas dormitórios de doentes.

§ 10 - Nos hospitais de doenças transmissíveis ou ne-
queles localizados em áreas desprovidas de rede de esgotos é obrigatória a existência de sistema de tratamento adequado de esgotos, com esterilização do efluente.

Art. 220 - As enfermarias e os quartos para doentes, deverão satisfazer as seguintes exigências mínimas:

I - terem dimensões que permitam a inscrição de um círculo com o diâmetro de 2,60m (dois metros e sessenta centímetros), no mínimo.

II - serem dispostos de forma tal ou terem dispositivos tais que fique assegurada permanente ventilação cruzada;

III - terem portas de acesso de 1,00m (um metro) de largura por 2,00m (dois metros) de altura, no mínimo;

IV - terem janelas correspondentes a área mínima de $\frac{1}{5}$ (um quinto) da superfície do compartimento e com orientação adequada, abrindo para o exterior;

V - terem seus pontos extremos a uma distância máxima de 50,00m (cinquenta metros) da copa mais próxima.

Art. 221 - As salas destinadas a curativos, tratamentos ou serviços médicos deverão ter área mínima de 12,00m² (doze metros quadrados) e dimensão igual ou superior a 3,00m (três metros).

Art. 222 - Os ambulatórios e salas de socorros urgentes, quando existirem, deverão ser localizados próximos aos acessos gerais e independentes das demais circulações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 223 - As salas de cirurgia deverão obedecer às seguintes prescrições:

I - terem área mínima de 20,00m² (vinte metros quadrados) e dimensão igual ou superior a 4,00m (quatro metros);

II - terem pé direito mínimo de 3,00m (tres metros);

III - serem providas, obrigatoriamente, de iluminação artificial adequada e de ar condicionado;

IV - terem tomadas de corrente, interruptores ou aparelhos elétricos à prova de faíscas;

V - terem instalações de emergência, de funcionamento automático, que supra falhas eventuais da corrente elétrica;

VI - terem o recinto para espectadores, quando existir completamente independente, separado por meio de vidro inclinado e com acesso próprio.

Parágrafo único - As exigências fixadas nos itens IV, V e VI, do presente artigo são extensivas às salas onde se guardam aparelhos de anestesia, gases, anestésicos ou oxigênio.

Art. 224 - A unidade do centro cirúrgico e do centro de material e esterilização, composta de sala de cirurgia, de esterilização, de expurgos e de material de desinfecção e de limpeza e de equipamento anestésico, bem como de vestiários de médicos e enfermeiros e de preparação pré-operatória, deverá ser localizada, preferentemente, próxima às enfermarias de cirurgia.

Art. 225 - Os serviços de radiologia deverão ser instalados em salas apropriadas, observadas rigorosamente as prescrições normalizadas pela ABNT.

Art. 226 - A farmácia deverá ter uma área mínima de 25,00m² (vinte e cinco metros quadrados) e ser composta de sala para farmacêutico, sala de manipulação, depósito de suprimentos e depósitos de drogas.

Art. 227 - O laboratório deverá ter área equivalente a 0,40m² (quarenta decímetros quadrados) por leito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 228 - É obrigatória a existência de cozinha ,
copa e despensa, com área conjunta mínima correspondente a
0,75m² (setenta e cinco decímetros quadrados) por leito, até a
capacidade de 200 (duzentos) leitos.

§ 1º - Quando a capacidade do edifício for superior
a 200 (duzentos) leitos, a área mínima conjunta da cozinha, co
pa e despensa deverá ser de 150m² (cento e cinquenta metros
quadrados).

§ 2º - É proibida qualquer comunicação por portas ou
outros vãos, entre cozinha, copa e despensa e os compartimento
destinados a sanitários, banheiros, vestiários, lavanderia,
farmácia e necrotério, bem como os locais de permanência ou
passagem de doentes.

§ 3º - Em todos os pavimentos, deverão existir copas
de seção, devidamente providas de filtro e de pia com água cor
rente e de um pequeno fogão de duas bocas.

Art. 229 - As lavanderias de edifícios assistenciais
deverão observar as seguintes áreas mínimas por leito:

I - 1,20m² (um metro e vinte decímetros quadrados)
para os de 50 (cinquenta) leitos;

II - 1,00m² (um metro quadrado) para os de 100 (cem)
leitos;

III - 0,85m² (oitenta e cinco decímetros quadrados) pa
ra os de 200 (duzentos) leitos;

IV - 0,75m² (setenta e cinco decímetros quadrados) pa
ra os de 500 (quinhentos) leitos ou mais.

§ 1º - O pé direito mínimo da lavanderia deverá ser
de 3,30m (tres metros e trinta centímetros).

§ 2º - A lavanderia deverá ter instalações para de -
sinfecção e esterilização de roupas.

§ 3º - É obrigatória a existência de local apropria -
do para desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores.

Art. 230 - O necrotério deverá ter, obrigatoriamente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

acesso independente, além de instalações sanitárias privativas.

Parágrafo único - Quando provido de câmara fúnebre para velório, o necrotério deverá atender as exigências deste Código previstas para o caso.

Art. 231 - Quando os edifícios para fins de saúde tiverem mais de um pavimento, deverão atender ainda as seguintes exigências:

I - possuírem escada com largura mínima útil de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros), com degraus de lances retos e 0,30m (trinta centímetros) de altura, além de patamar intermediário obrigatório para cada 10 (dez) degraus e com extensão mínima de 1,00m (um metros);

II - terem as escadas a uma distância nunca superior a 30,00m (trinta metros) de qualquer unidade hospitalar, como centro cirúrgico, ambulatório, enfermaria ou leito de paciente;

III - não terem degraus em leque em nenhuma escada;

IV - serem providos de rampas com declividade máxima de 10% (dez por cento), para transporte de pessoas, macas e leitos;

V - terem monta-pratos para serviços das copas de seção em todos os pavimentos;

VI - terem, em cada pavimento, um compartimento destinado a despejos, com a respectiva instalação de pia sanitária.

§ 1º - É proibido instalar máquinas de lavanderia sobre laje da estrutura monolítica de edifício assistencial.

§ 2º - O número de escadas será calculado com base na população do edifício, devendo existir duas no mínimo, sendo uma de serviço.

Art. 232 - Os edifícios para maternidade ou hospitais com seção de maternidade, deverão dispôr de compartimentos em quantidade e situação capazes de satisfazer os seguintes requisitos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

I - sala de trabalho de parto, acusticamente isolada para cada 15 (quinze) leitos;

II - sala de parto para cada 25 (vinte e cinco) leito

III - sala de operações, quando não existir outra sala para o mesmo fim;

IV - sala de curativos para operações sépticas;

V - quartos individuais para isolamento de doentes infectados;

VI - quartos exclusivamente para parturientes operadas;

VII - seções de berçário, com tantos leitos quanto forem os de parturientes, excluídos aqueles pertencentes a quartos de um e dois leitos.

§ 1º - As seções de berçário deverão ser subdivididas em unidades de vinte e quatro berços, no máximo.

§ 2º - Cada unidade referida no parágrafo anterior deverá compreender duas salas para berços, cada uma com capacidade máxima de doze berços, além de uma sala de exames e outra para higiene das crianças.

§ 3º - É obrigatória a existência de unidades para isolamento de casos suspeitos e contagiosos, nas mesmas condições fixadas, com capacidade mínima total de 10% (dez por cento) da quantidade de berços da maternidade.

Art. 233 - Todo hospital de isolamento deverá possuir obrigatoriamente, necrotério com divisão que permite isolamento do cadáver.

Art. 234 - Os edifícios destinados a asilos deverão ser dotados das seguintes dependências, no mínimo:

I - salas de administração, para direção, secretaria e portaria;

II - gabinete médico;

III - gabinete dentário;

IV - locais de trabalho, leitura e recreio;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

V - alojamentos, devidamente separados, para as diferentes categorias de asilados e para enfermeiros ou zeladores e o pessoal de serviço;

VI - refeitório, com pé direito mínimo de 3,00m (tres metros) e área mínima correspondente a 1,00m² (um metro quadrado) por asilado;

VII - cozinha, copa e despensa;

VIII - enfermaria, constituída das unidades exigíveis pela lotação do estabelecimento e com capacidade mínima correspondente a 8% (oito por cento) dessa lotação;

IX - lavanderia;

X - sala de velório.

§ 1º - Quanto às condições gerais, os edifícios destinados a asilos deverão observar os dispositivos.

§ 2º - Os dormitórios para doentes e respectivos anexos, bem como a cozinha, copa, despensa e lavanderia, deverão observar, no que lhes forem aplicáveis, as prescrições deste Código relativas aos referidos compartimentos de edificações hospitalares.

§ 3º - Os dormitórios coletivos deverão satisfazer os seguintes requisitos:

a) terem área compreendida entre 10,00m² e 180,00 m² (dez metros quadrados e cento e oitenta metros quadrados);

b) terem pé direito mínimo de 3,00m (tres metros);

c) terem banheiro, lavatório e sanitário na proporção de um para cada 120,00m² (cento e vinte metros quadrados) dos respectivos dormitórios.

§ 4º - As enfermarias deverão possuir as seguintes dependências:

a) sala de curativos, tratamento ou serviços médicos

b) pequena farmácia;

c) copa;

d) reuparia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

e) banheiros, lavatórios e sanitários.

§ 5º - Nos asilos para menores serão exigidas ainda as seguintes condições:

a) salas de aulas com área total mínima correspondente a 1/5 (um quinto) da área total dos dormitórios;

b) recreio coberto;

c) ginásio esportivo;

d) recreio descoberto.

§ 6º - dependências referidas nas alíneas do parágrafo anterior, obedecerão às prescrições estabelecidas por este Código para as correspondentes das edificações escolares.

§ 7º - Em asilo, é obrigatória a existência de reservatórios de água com capacidade calculada na base exigida para hospitais.

Art. 235 - Nas edificações assistenciais existentes, que não estiverem de acordo com as prescrições deste Código, só serão permitidas obras de conservação.

§ 1º - As obras de acréscimo, reconstrução parcial ou de reforma só serão permitidas nos seguintes casos:

a) se forem imprescindíveis à conservação do edifício ou à melhora de suas condições higiênicas e de conforto, observadas as disposições deste Código;

b) se não importarem no aumento de área de pisos de dormitórios;

§ 2º - O aumento de área de piso de dormitórios só será permitida se fizer parte integrante de projeto de remodelação geral da edificação assistencial, que atenda as prescrições deste Código e seja aprovado pelo órgão competente da Prefeitura.

SEÇÃO IX

Das Edificações Recreativas

SUBSEÇÃO I

Disposições Preliminares



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 236 - As edificações recreativas deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - apresentarem condições perfeitas de visibilidade e de conforto acústico;

II - terem sala ou salas com superfície correspondente a suas pessoas para cada metro quadrado;

III - serem construídas de material incombustível, tolerando-se emprêgo de madeira no revestimento dos pisos e alvenaria na confecção de esquadrias, lambris e corrimãos;

IV - terem as portas de saída com largura mínima de 2,00m (dois metros);

V - terem os corredores e escadas dispostos de forma a impedir correntes de trânsito contrárias, sendo obrigatório duplicar a respectiva largura, de acordo com este Código, sempre que existir confluência inevitável;

VI - terem as aberturas, localizadas nas passagens, corredores e escadas, livres de qualquer dispositivo que impeça o escoamento do público em qualquer sentido em caso de pânico;

VII - possuírem sanitários, devidamente separados por sexos, tanto para espectadores como para artistas e empregados;

VIII - serem dotados de instalações de ar condicionado, quando tiverem capacidade igual ou superior a 300 (trezentos) pessoas;

IX - serem dotados de instalações de renovação de ar, quando tiverem capacidade inferior a 300 (trezentos) pessoas;

§ 1º - Os salões deverão observar as exigências deste Código para auditórios relativos às portas de entrada e saída, corredores, passagens, escadas e rampas.

§ 2º - Os sanitários deverão obedecer às seguintes proporções:

a) um lavatório e mictório para cada 100 (cem) espec



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M.

tadores e um vaso sanitário para cada 200 (duzentos), nas instalações para sexo masculino;

b) um lavatório e um vaso sanitário para cada 200 (duzentos) espectadores, nas instalações para o sexo feminino;

c) um lavatório e um vaso sanitário para cada 10 (dez) empregados, independentes das instalações utilizadas pelos espectadores, sendo obrigatório um mínimo de demais conjuntos.

§ 3º - As pequenas diferenças de nível em cada pavimento deverão ser vencidas através de rampas suaves, com declividade máxima de 12% (doze por cento), não sendo permitido intercalação de degraus nas passagens, corredores, salas de espera, vestíbulos de entrada ou qualquer outro compartimento que sirva para escoamento rápido do público, em caso de pânico.

§ 4º - Quando houver mais de uma série de localidades superpostas à platéia, será obrigatória, além de escadas, a existência de elevador.

§ 5º - No caso de localidades superpostas à platéia, suas entradas e saídas deverão ser independentes da platéia.

§ 6º - Se a casa de diversão tiver de exibir artista deverão existir camarins próprios para cada sexo, sendo a largura mínima do corredor de ligação dos camarins com o palco ou salão de exibição de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros)

§ 7º - Se for prevista a exibição de músicos, deverá existir um compartimento reservado para os mesmos com área mínima de 30,00m² (trinta metros quadrados).

§ 8º - No que se refere a salões e platéias de salas de espetáculos, bem como a cadeiras, deverão ser respeitados os dispositivos deste Código estabelecidos para auditórios.

§ 9º - Não será permitido colocar cadeiras em percursos que possam enterrar a livre saída das pessoas.

§ 10 - Não poderá existir porta ou vão de comunicação interna entre as dependências de casas de diversões e as edificações vizinhas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 237 - No caso de edifício pluri-habitacional , não poderá existir estabelecimento de diversões no mesmo pavimento das residências.

Art. 238 - Quando os estabelecimentos de diversões tiverem de ser instalados junto a edifícios pluri-habitacionais deverá existir isolamento acústico que garanta o sossego dos moradores.

Art. 239 - As piscinas de natação e os estádios e ginásios esportivos obedecerão a prescrições específicas.

Art. 240 - Quando existirem balcões ou outras localidades superpostas, as escadas de acesso deverão observar as seguintes condições, além das exigíveis por este Código:

I - terem largura mínima de 1,00m (um metro) para cada 100 (cem) pessoas, considerada a lotação completa;

II - não terem largura inferior a 2,00m (dois metros) ;

III - terem degraus com altura máxima de 0,18m (dezoito centímetros) e profundidade mínima de 0,30m (trinta centímetros);

IV - possuírem corrimãos;

V - terem, obrigatoriamente, patamar do comprimento igual, no mínimo, à sua largura, sempre que o número de degraus exceder a 16 (dezesseis);

VI - terem, nos trechos em leque, o raio de curvatura mínima, no bordo interior, com 1,00m (um metro), bem como a largura mínima de 0,30m (trinta centímetros) dos degraus da linha do piso;

VII - terem corrimão contínuo nas mudanças de direção das escadas em lances retos;

VIII - terem os lances externos orientados na direção da saída.

Parágrafo único - A largura das escadas de acesso deverá ir aumentando à medida que forem sendo atingidas as localidades abaixo, na proporção estabelecida no item I do pre



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

sente artigo.

Art. 241 - As escadas das localidades superiores não poderão dar diretamente para a ante-sala de distribuição de auditório, devendo comunicar-se diretamente com o exterior ou a ante-sala de distribuição própria das localidades superiores, cuja superfície deverá ser calculada na base de 1,00m² (hum metro quadrado) para cada 8 (oito) pessoas.

Art. 242 - A largura dos corredores de circulação das várias localidades elevadas, destinadas ao público, deverá obedecer às seguintes condições:

I - ser proporcional a 1,00m (hum metro) para cada 100 (cem) pessoas;

II - não ser inferior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) para a primeira ordem de localidades e a 2,00m (dois metros) para as demais.

Parágrafo único - Quando existirem localidades superpostas, os corredores de circulação deverão observar as seguintes exigências:

a) terem largura mínima de 1,00m (hum metro) para cada 100 (cem) pessoas, considerada a lotação completa;

b) não terem largura inferior a 2,00m (dois metros), quando os auditórios tiverem capacidade até 500 (quinhentas) pessoas nem a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) quando tiverem capacidade acima de 500 (quinhentas) pessoas.

Art. 243 - Quando as ante-salas tiverem forma retangular alongada, à guiza de corredor, a maior dimensão não poderá ser superior a duas e meia vezes a menor dimensão.

Art. 244 - Os gradis de proteção ou parapeitos das localidades elevadas deverão ter altura mínima de 1,00m (hum metro).

Art. 245 - No cálculo da largura dos vãos que abrirem diretamente para logradouro, aplicam-se especificações das alíneas do parágrafo único do artigo 276 deste Código, referentes



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

à largura dos corredores de circulação.

SUBSEÇÃO II

Dos Cinemas

Art. 246 - Os cinemas deverão possuir os seguintes compartimentos:

- I - vestíbulos;
- II - sala de espera ao nível de cada série de localidades;
- III - bilheterias;
- IV - sala de administração;
- V - sala de projeção;
- VI - palco;
- VII - cabine de projeção.

§ 1º - As platéias, escadas, corredores e portas de verão obedecerão ao que dispõe este Código para auditórios.

§ 2º - Quando tiverem de exibir variedades com artistas, os cinemas deverão satisfazer as condições fixadas por este Código para teatros desse tipo.

§ 3º - As bilheterias deverão corresponder a uma, no mínimo, para cada grupo de 1.000 (um mil) espectadores, servir de abrigo aos espectadores no vestíbulo e não dar diretamente para logradouro.

§ 4º - O vestíbulo ou entrada deverá ter área proporcional a 1,00m² (um metro quadrado) para cada 10 (dez) espectadores.

§ 5º - A sala de espera, ao nível de cada tipo de localidade, deverá ter área correspondente a 1,00m² (um metro quadrado) para cada 8 (oito) espectadores, com um mínimo de 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados), além da área do compartimento destinado à bomboneria.

§ 6º - Entre o vestíbulo e a sala de espera deverá existir uma porta com largura mínima correspondente a 1,50 m.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

(hum metro e cinquenta centímetros) para cada 300 (trezentos) espectadores.

§ 7º - O pé da tela cu superfície de projeção deverá ser visível ao espectador sentado na primeira fila.

§ 8º - Nenhuma poltrona poderá ser localizada fora da zona compreendida em planta entre duas retas que, partindo das extremidades da tela, formam com esta um ângulo de 125º (cento e vinte e cinco graus).

§ 9º - O afastamento mínimo entre a primeira fila de poltronas e a tela deverá ser de 4,00m (quatro metros).

§ 10 - O piso do balcão deverá guardar, em qualquer ponto, a distância mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) do feixe luminoso de projeção.

Art. 247 - As cabines de projetores deverão observar as seguintes exigências:

I - serem construídas de material incombustível, inclusive a porta de entrada;

II - terem pé direito mínimo, de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

III - terem, internamente, quando existir um único projetor, área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados) e dimensão mínima de 3,00m (tres metros), no sentido transversal

IV - não terem o interior obstruído por qualquer instalação fixa ou móvel, salvo prateleiras de material incombustível com largura mínima de 0,40m (quarenta centímetros) e altura mínima de 1,90m (hum metro e noventa centímetros);

V - terem dois compartimentos anexos, com os quais exista comunicação exclusiva, sendo um destinado à cesa de máquinas e outro ao vestiário, lavatório, chuveiro, bebedouro com água filtrada e sanitário de uso privativo dos operadores

VI - terem como aberturas apenas uma porta e as visores, de pequenas dimensões para uso do operador e passagem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

dos raios luminosos das projeções;

VII - terem escadas de acesso de material incombustível dotada de corrimão e localizada fora de passagem do público ou de compartimento por este frequentado;

VIII - serem, juntamente com os compartimentos anexos de tados de vãos dando para o espaço livre externo, abrindo as respectivas folhas de fechamento de dentro para fora;

IX - terem boa iluminação e instalações de ar condicionado ou de renovação do ar;

Parágrafo único - Quando existir mais de um projetor, as cabines deverão ter a dimensão mínima transversal aumentada de forma a existir uma passagem livre de 1,20m (um metro e vinte centímetros), no mínimo, entre os aparelhos externos e entre os dois aparelhos consecutivos.

SUBSEÇÃO III

Dos Teatros

Art. 248. - Os Teatros deverão possuir, no mínimo, os seguintes compartimentos:

- I - vestibulo de entrada;
- II - sala de espera, pelo menos ao nível das duas primeiras séries de localidades;
- III - bilheterias;
- IV - salas de administração;
- V - platéia;
- VI - palco;
- VII - camarins para os artistas;
- VIII - local para guardar cenários e outros apetrechos utilizados nos espetáculos.

§ 1º - Circundando o palco deverá existir um espaço com 4,00m (quatro metros) laterais, no mínimo, e 2,00m (dois metros) atrás do peno de fundo mais recuado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 2º - Nos teatros destinados no gênero musicado deverá existir espaço destinado à orquestra, entre o palco e a platéia, ligado diretamente com os bastidores e abaixo do nível da platéia, de forma que o plano passando pela divisão dos espectadores, sentado na fila de cadeiras situada em nível mais abaixo, não seja interceptado pelo regente ou por qualquer músico da orquestra nem fique abaixo do nível do palco.

§ 3º - A parte destinada ao público deverá ser separada da destinada aos artistas, não podendo existir entre ambas senão as indispensáveis comunicações de serviço dotadas de portas de ferro, que as isolem em caso de incêndio.

§ 4º - A boca de cena deverá ser dotada de cortina de material incombustível, capaz de interromper, em caso de incêndio, as comunicações entre o público e os bastidores.

§ 5º - O salão de espera, existente ao nível de cada tipo de localidade, deverá ter área correspondente a 1,00 m² (hum metro quadrado) para cada 15 (quinze) espectadores.

§ 6º - Os bares locais, destinados a pequenos lanche deverão, ter área correspondente a 1,00m² (hum metro quadrado) para cada vinte espectadores.

§ 7º - Quando o teatro dispuser de projeção deverá satisfazer as exigências referentes a cinemas.

§ 8º - O recinto destinado aos músicos deverá comportar cinquenta executantes, no mínimo.

§ 9º - Os bastidores deverão observar as seguintes disposições:

a) as passagens para o palco e ante-sala terem largura superior a 2,00m (dois metros);

b) o pé direito mínimo ser de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

c) os camarins terem sanitários privativos, na forma deste Código, correspondendo a um conjunto para cada cinco camarins.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 10º - A parte destinada aos artistas deverá ter comu
nicação fácil e direta com o logradouro ou com passagens ou cor
redores de saída do público.

§ 11º - As salas de administração deverão respeitar as
exigências deste Código para compartimentos de permanência pro-
longada.

§ 12º - Os depósitos de decorações, cenários, móveis e
outros apetrechos utilizados nos espetáculos, bem como os guar-
da-roupas, deverão ser construídos inteiramente de material in-
combustível e ter os vãos guarnecidos por portas de ferro que
isolem do resto do teatro em caso de incêndio.

§ 13º - Em caso algum, os depósitos referidos no pará-
grafo anterior poderão ser colocados imediatamente por baixo do
palco, quando for de material combustível.

§ 14º - O piso do palco poderá ter as partes móveis de
madeira e as fixas de concreto armado.

SUBSEÇÃO IV

Dos Clubes Noturnos

Art. 249 - Os clubes noturnos deverão satisfazer ain-
da as seguintes exigências:

- I - possuírem locais para guarda-roupas e vestiários;
- II - terem local próprio para orquestra, no caso de
possuírem pista de danças;
- III - possuírem cozinha, conforme os requisitos fixados
por este Código para restaurantes, quando servirem refeições;
- IV - possuírem instalações de ar condicionado ou de re-
novação de ar;
- V - não serem instalados em prédios onde existem resi-
dências particulares;
- VI - terem um vestíbulo de distribuição, antes da en-
trada no salão de espetáculos ou divertimentos, quando situados
em pavimento que não seja térreo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 1º - Além do revestimento dos pisos, das esquadrias lambris e corrimãos, os elementos da cobertura poderão ser construídos de madeira.

§ 2º - Quando os clubes noturnos possuírem auditórios e salões para cinemas, teatros e outros divertimentos, os mesmos deverão satisfazer isoladamente as exigências específicas fixadas por este Código.

§ 3º - Se for previsto palco, este deverá obedecer às condições fixadas para teatros, inclusive no que se refere aos compartimentos para artistas e músicos.

SUBSEÇÃO V

Dos Edifícios para Sedes dos Clubes Esportivos, Recreativos e Educativos

Art. 250 - Os edifícios para sedes dos clubes esportivos, recreativos e educativos deverão satisfazer as disposições referentes a cinemas, teatros e clubes noturnos no que lhes forem aplicáveis.

SUBSEÇÃO VII

Das Piscinas de Nataçã

Art. 251 - As piscinas de nataçã, sociais ou privadas deverão satisfazer as seguintes exigências:

I - terem comprimento e largura de acôrdo com a forma que lhes sejam dada;

II - terem profundidade variável, sejam de adultos ou sejam infantis;

III - terem paredes e fundo impermeabilizados e estanques, de modo a resistir ao pêsso do próprio líquido e às subpressões de água do subsolo;

IV - terem bordas um pouco acima do terreno circundante;

V - terem revestimento interno de material impermeável



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

e de superfície lisa, não sendo permitida pintura nas partes imersas;

VI - terem escadas em todo o seu perímetro, numa distância aproximada de 15,00m em 15,00m (quinze metros em quinze metros);

VII - terem a declividade do fundo não excedente à rampa de 7% (sete por cento), não sendo permitidas mudanças bruscas até a profundidade de 1,80m (um metro e oitenta centímetros);

VIII - terem sistema de iluminação subaquática tecnicamente adequada;

IX - terem lava-pés localizado na saída dos vestiários com largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) e profundidade entre 0,15m e 0,20m (quinze e vinte centímetros);

X - serem dotadas de aparelhagem especial para circulação, filtração e esterilização de água, quando sociais;

XI - terem caneleta circundando-as na parte interna, com orifícios para escoamento de água;

XII - terem pátio com disposição que permita fácil circulação dos banhistas e com piso antiderrapante;

XIII - terem vestiários, chuveiros e sanitários de fácil acesso e separados por sexos;

XIV - terem adequadamente disposta a casa de máquinas, onde será localizado o equipamento de tratamento da água.

§ 1º - Na determinação da área de piscina pode-se tomar por base a área média de 1,00m² (um metro quadrado) por banhista.

§ 2º - Na fixação do volume de água de piscina deverá ser observada a relação de 200 l. (duzentos litros), no mínimo, por banhista.

§ 3º - As profundidades das piscinas de adultos poderão ser as seguintes:

a) entre 0,80m e 2,00m (oitenta centímetros e dois



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

metros) no caso de não possuírem pranchas;

b) 3,00 (tres metros) se possuírem pranchas até tres metros de altura.

§ 4º - As piscinas de adultos deverão ter 70% (setenta por cento) de sua área nas profundidades de 0,80m a 1,60 m (oitenta centímetros a um metro e sessenta centímetros).

§ 5º - As profundidades das piscinas infantis poderão variar entre 0,30m e 0,60m (trinta e sessenta centímetros).

§ 6º - As escadas poderão ser de alvenaria na parte rasa e de material anti-corrosivo no resto da piscina.

§ 7º - Os chuveiros deverão ser na proporção de um para quarenta banhistas.

§ 8º - Os sanitários deverão satisfazer os seguintes requisitos:

a) um vaso sanitário para quarenta homens, bem como um para trinta mulheres;

b) um mictório para cinquenta homens.

§ 9º - Por ser considerado área séptica, o pátio das piscinas deverá ficar completamente separado da parte destinada aos espectadores.

Art. 252 - A casa de máquinas de piscinas deverá atender às seguintes exigências:

I - ter iluminação e ventilação adequadas;

II - ter o piso a 2,00m (dois metros), no mínimo, abaixo do nível da água piscina;

III - ter dimensões em função do volume de água da piscina.

Parágrafo único - Entre o volume de água da piscina e a área da piscina e a área da casa de máquinas e seu pé direito deverão ser observadas, respectivamente, as seguintes relações :

a) 200,00m³ (duzentos metros cúbicos), 12,00m² (doze

metros quadrados) e 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

b) 500,00m³ (quinhentos metros cúbicos), 32,00 m² (trinta e dois metros quadrados) e 3,00m (três metros);

c) 800,00m² (oitocentos metros cúbicos), 40,00 m² (quarenta metros quadrados) e 3,00m (tres metros);

d) 1.200,00m³ (hum mil e duzentos metros cúbicos) 50,00m² (cinquenta metros quadrados) e 3,00m (três metros);

e) 1.800,00m³ (hum mil e oitocentos metros cúbicos) 60,00m² (sessenta metros quadrados) e 4,00m (quatro metros);

f) 2.500,00m³ (dois mil e quinhentos metros cúbicos), 70,00m² (setenta metros quadrados) e 4,00m (quatre metros);

g) 3.000,00m³ (três mil metros cúbicos), 85,00 m² (oitenta e cinco metros quadrados) e 4,50m (quatre metros e cinquenta centímetros);

h) 5.000,00m³ (cinco mil metros cúbicos), 120,00m² (cento e vinte metros quadrados) e 4,50m (quatre metros e cinquenta centímetros).

Art. 253 - As piscinas de competições, além das prescrições das piscinas sociais que lhes forem aplicáveis, deverão observar as seguintes:

I - terem 50,00m (cinquenta metros) de comprimento 20,00m ou 30,00m (vinte ou trinta metros) de largura e profundidade mínima de 1,80m (hum metro e oitenta centímetros), quando do tipo olímpico;

II - terem 25,00m (vinte e cinco metros) de comprimento, 12,00m (doze metros) ou 14,00m (quatorze metros) de largura e profundidade mínima de 0,90m (noventa centímetros) quando do tipo semi-olímpico.

§ 1º - A piscina e a caixa de saltos de pranchas e plataforma poderão formar um único conjunto.

§ 2º - A plataforma de competições poderá ter altura de 5,00m, 7,50m ou 10,00m (cinco metros, sete metros e cinquenta centímetros ou dez metros), medidos entre a sua ex



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

tremidade e o nível da água.

§ 3º - As pranchas de competições deverão atender às seguintes exigências:

a) serem de madeira e terem 4,80m (quatro metros e oitenta centímetros) de comprimento por 0,50m (cinquenta centímetros) de largura, assentadas sobre apoios de fulcro regulável;

b) terem a sua ponta a uma altura da superfície da água entre 1.00m (um metro) e 3.00m (três metros).

§ 4º - As dimensões mínimas da caixa de saltos deverão ser as seguintes:

a) 4.00m (quatro metros) de profundidade;

b) 12.00m (doze metros) de comprimento;

c) 12.00m (doze metros) de largura.

§ 5º - As piscinas de competições poderão ser dotadas dos acessórios que forem necessários às suas finalidades.

Art. 254 - As piscinas especiais deverão ter características adequadas às funções a que se destinarem.

Art. 255 - As piscinas existentes que não tiverem de acordo com as prescrições deste Código, só poderão ser modificadas ou reformadas se as mesmas forem atendidas.

SUBSEÇÃO VIII

Dos Estádios e Ginásios Esportivos

Art. 256 - Os estádios e ginásios esportivos deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - apresentarem perfeitas condições de visibilidade, iluminação e acústica;

II - terem as arquibancadas construídas de material incombustível;

III - terem portas, circulações, escadas ou rampas com dimensões que garantam fácil escoamento do público das dependências a que atenderem, observadas as correspondentes prescrições



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

dêste Código;

IV - terem vestiários;

V - terem instalações sanitárias para o público em número proporcional à sua capacidade, separadas para cada sexo e independentes destinadas aos atletas.

Parágrafo único - Em projeto de estádio e ginásio esportivo é obrigatório:

a) indicar o número e a disposição dos lugares destinados aos espectadores;

b) indicar a possibilidade de estacionamento de veículos, em número proporcional à sua capacidade, a menos de 400,00m (quatrocentos metros) de distância aos acessos dos edifícios, em áreas públicas ou particulares especialmente destinadas a esse fim.

SEÇÃO X

Das Oficinas, Postos de Serviços e de Abastecimentos de Veículos;

SUBSEÇÃO I

Das Oficinas de Veículos

Art. 257 - As edificações destinadas a oficinas de veículos deverão observar, no que lhes forem aplicáveis, as prescrições dêste Código relativas a oficinas em geral e a garagens comerciais em particular, especialmente no que se refere ao cálculo da área por veículo, ao material de construção, às dependências e instalações, às aberturas e à localização de depósitos de combustíveis para abastecimento de veículos.

SUBSEÇÃO II

Dos Postos de Serviços e de Abastecimento de Veículos

Art. 258 - Os postos de serviços e de abastecimento de veículos deverão possuir dependências, equipamentos, abastecimento de água e áreas livres necessárias ao atendimento de suas funções, bem como banheiros e sanitários, subdivididos em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

chuveiros, vasos sanitários e mictórios individuais.

§ 1º - Os postos de serviços e de abastecimento poderão ter ainda as seguintes dependências:

- a) salão de vendas de acessórios e peças de veículos
- b) escritório;
- c) sala de espera;
- d) compartimento para abrigo dos empregados ;
- e) depósitos;
- f) locais apropriados para recarga de baterias e vulcanização de câmara de ar.

§ 2º - Nos postos de serviços e de abastecimento é proibida a existência de compartimentos para fins residenciais.

§ 3º - Nos postos de serviços e de abastecimento poderão existir bares, obedecendo as determinações deste Código.

Art. 259 - Os postos de serviços de veículos deverão satisfazer ainda as seguintes exigências:

I - possuírem testada, área e recuos mínimos fixados pela Lei do Plano Diretor Físico deste Município;

II - possuírem dois vãos de acesso, no mínimo, para cada logradouro, localizados a uma distância igual ou superior a 5,00m (cinco metros) de encontro dos alinhamentos;

III - terem as instalações de abastecimento de combustível, de água e de ar localizadas de modo a ser possível operar com veículos dentro do seu próprio terreno, bem como distribuídos de forma a permitir fácil acesso e saída de veículos;

IV - terem os depósitos de inflamáveis metálicos e subterrâneos, bem como à prova de propagação de fogo e sujeitos nos seus detalhes e funcionamento ao que prescreve a legislação especial sobre inflamáveis;

V - possuírem canaletas destinadas à coleta das águas superficiais em toda a extensão do alinhamento e convergindo para as grades coletoras, bem como em número capaz de evitar a passagem das águas para a via pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

VI - terem a área livre do terreno pavimentada e com rampa mínima de 3% (três por cento) e declividade que impeça o escoamento das águas por cima das calçadas;

VII - terem as águas de lavagem canalizadas e conduzidas a caixas separadoras, antes de lançadas na rede de águas pluviais;

VIII - terem as rampas de acesso calçadas de acordo com as exigências da Lei do Plano Diretor Físico deste Município, podendo o rampamento se estender até a metade da largura da calçada;

IX - terem o compartimento de lavagem e lubrificação com pé direito mínimo de 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros);

X - terem elevador hidráulico ou rampa.

§ 1º - Quando localizados em lote central de quadra os postos de serviços deverão observar ainda as seguintes prescrições:

a) possuírem dois vãos de acesso com largura livre mínima de 6,00m (seis metros), distantes 3,00m (três metros) entre si, no mínimo, bem como afastados 2,00m (dois metros) das divisas laterais;

b) possuírem meio-fios ou muretas com 0,50m (cinquenta centímetros) de altura em toda a frente do lote não utilizada pelos vãos de acesso.

§ 2º - Quando os compartimentos destinados a lavagem e lubrificação de veículos por meio de pulverização ou vaporização tiverem as aberturas voltadas para logradouros, estas deverão obrigatoriamente, ser dotadas de portas, a fim de vedar os compartimentos quando em operação.

§ 3º - Os aparelhos abastecedores deverão observar as seguintes distâncias:

a) 5,00m (cinco metros), no mínimo, do alinhamento do logradouro, sem prejuízo da observância de regras maiores



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

exigíveis para o local;

b) 4.00m (quatro metros), no mínimo, de qualquer ponto da edificação, quando não estiverem instalados justapostos à mesma;

c) 4.00m (quatro metros), no mínimo, das divisas laterais e de fundo.

§ 4º - Uma parte da área livre do terreno a que se refere o item VI, do presente artigo poderá ser reservada para ajardinamento permanente.

Art. 260 - Os postos de abastecimento de veículos de verão observar ainda as seguintes condições:

I - terem pavimentadas as pistas destinadas às manobras dos veículos;

II - não possuírem compartimentos destinados a lava-gem e lubrificação;

III - satisfazerem as demais exigências fixadas para os postos de serviços.

SEÇÃO XI

Dos Depósitos e Fábricas de Inflamáveis e de Explosivos:

SUBSEÇÃO I

Dos Depósitos de Inflamáveis Líquidos e Gasosos

Art. 261 - As edificações destinadas a depósitos de inflamáveis líquidos deverão satisfazer as seguintes exigências

I - terem os parques localizados em áreas apropriadas;

II - terem as instalações elétricas e telefônicas distantes dos tanques e demais instalações metálicas;

III - terem os parques devidamente providos de instalações contra incêndios;

IV - serem dotados de sistema de alarme eficiente.

§ 1º - Para efeito deste Código, não são considera -



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

k) terem as aberturas impermeáveis aos gases, exceto o suspiro, que será provido de tela;

l) serem dotados de tubos de ventilação permanente, quando forem subterrâneos;

m) serem pintados de asfalto ou de outra tinta anti-oxidante;

n) serem ligados eletricamente à terra.

§ 3º - Cada tanque deverá ter capacidade máxima de 6.000.000l. (seis milhões de litros).

§ 4º - Cada tanque deverá ser circundado por um dique de terra, tijolos ou concreto, formando bacia de proteção com capacidade livre mínima igual ao volume do tanque e resistente à pressão dos líquidos eventualmente extravasados.

§ 5º - Quando de terra, o dique deverá ter altura mínima de 1,00m (um metro), uma seção de coroamento com largura não inferior a 0,50m (cinquenta centímetros) e talude de um por um e meio.

§ 6º - Quando de concreto, de pedra ou tijolo, o dique deverá ter altura mínima de 0,75m (setenta e cinco centímetros).

§ 7º - Cada tanque deverá ser equipado com bombas para esgotamento de água pluviais da bacia de proteção.

§ 8º - Quando os tanques forem subterrâneos, os afastamentos mínimos obrigatórios para sua localização deverão ser os seguintes:

a) uma vez e meia a sua maior dimensão em relação ao logradouro;

b) metade do perímetro da maior seção normal do tanque entre o costado do mesmo e as divisas do terreno;

c) 1,00m (um metro), no mínimo, entre um e outro tanque.

§ 9º - Os tanques subterrâneos deverão ser localizados abaixo do nível de qualquer tubulação a que estejam ligados



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

bem como recobertos por uma camada de terra de 0,60 (sessenta centímetros), no mínimo, a partir da superfície do terreno.

§ 10 - Quando em local sujeito a trânsito de veículos os tanques subterrâneos deverão ter a cobertura de terra referida no parágrafo anterior, de 1,00m (um metro), no mínimo.

§ 11 - Quando não puderem ser inteiramente enterrados os tanques deverão ser revestidos de terra com a espessura mínima de 0,60m (sessenta centímetros), além do talude de um por um e meio em todos os lados.

§ 12 - A cobertura de terra, referida no parágrafo 9º do presente artigo, poderá ter espessura mínima de 0,30 m (trinta centímetros), quando o tanque assentar sobre laje de concreto armado com espessura mínima de 0,16m (dezesseis centímetros) e que se estenda a 0,30m (trinta centímetros), no mínimo, além dos limites do dique.

Art 262 - Qualquer edifício que tente de armazenar mais de 2.000L. (dois mil litros) de líquidos inflamáveis em recipientes não soldados, deverão dispôr de janelas providas de vidros fixos, armados com caixilhos metálicos, a fim de assegurar ventilação permanente.

§ 1º - Os compartimentos que tenham de armazenar líquidos inflamáveis em recipientes abertos ou onde sejam os mesmos aquecidos ou sofrem tratamento que produza vapores inflamáveis, deverão ser bem ventilados.

§ 2º - No caso de ventilação natural insuficiente, os compartimentos a que se refere o parágrafo anterior deverão dispôr de ventilação forçada, com a abertura de aspiração de área mínima de 0,0129 m² (cento e vinte e nove centímetros quadrados), feita na parede, ao nível do chão, em oposição a qualquer porta ou entrada de ar, junto de cada receptáculo que contenha líquidos inflamáveis ou de cada aparelho de aquecimento de onde emanem vapores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 3º - De cada abertura de aspiração deverá partir um conduto de seção transversal mínima de 0,0129m² (cento e vinte e nove centímetros quadrados), de material incombustível embutido ou fortemente preso à parede e instalado de forma que não fique sujeito a choque.

§ 4º - A rede de ventilação a que se refere o parágrafo anterior deverá estar conectada a exaustores à prova de centelhas, suficientes para renovarem todo o ar do compartimento em cinco minutos, e de funcionamento contínuo.

§ 5º - As saídas da rede de ventilação deverão ser localizadas de forma a não exporem a perigos as propriedades vizinhas.

Art. 263 - Os depósitos de inflamáveis gasosos, além das disposições do artigo anterior que lhes são aplicáveis, deverão ter, obrigatoriamente, os tanques metálicos, soldados ou celafetados de forma a torná-los perfeitamente estanques, quando rebitados.

Parágrafo único - A capacidade de cada reservatório ou tanque não poderá exceder a seis milhões de litros.

Art. 264 - Para depósitos de inflamáveis líquidos ou gasosos já existentes, poderão ser impostas, a qualquer tempo, pela Prefeitura, as exigências que se tornarem necessárias para garantir ou melhorar as condições de segurança.

Art. 265 - Em edifícios residenciais ou comerciais, inclusive garagens para veículos e oficinas, não serão admitidos depósitos de inflamáveis líquidos ou gasosos para fins comerciais.

SUBSEÇÃO II

Das Fábricas e Depósitos de Explosivos

Art. 266 - As edificações destinadas a fábricas e depósitos de explosivos deverão satisfazer os seguintes requisitos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

I - terem afastamento mínimo de 50,00m (cinquenta metros) entre os pavilhões;

II - terem edifícios próprios para cada espécie de matéria-prima, sempre afastados entre si 5,00m (cinco metros) no mínimo;

III - terem pé direito mínimo de 4,00m (quatro metros)

IV - terem as paredes construídas de material incombustível em todas as faces externas;

V - terem material de cobertura o mais leve possível, resistente, impermeável e incombustível, assentado em vigamento metálico, bem contraventado;

VI - terem, além da iluminação natural, instalações elétricas de tipo especial contra fogo, bem como lâmpadas incandescentes à prova de fogo;

VII - disporem de proteção adequada contra descargas elétricas atmosféricas.

§ 1º - Nas áreas de isolamento obtidas pelos afastamentos estabelecidos no item I do presente artigo deverão ser levantados merlões de terra de 2,00m (dois metros) de altura, no mínimo, bem como plantada árvores nos mesmos.

§ 2º - A espessura das paredes deverá ser de 0,45 m (quarenta e cinco centímetros) quando de tijolos e de 0,25 m (vinte e cinco centímetros) quando de concreto.

§ 3º - Nos depósitos compostos de várias seções instaladas em pavilhões separados, a distância separativa entre seções deverá corresponder, no mínimo, à metade do perímetro da maior das referidas seções.

§ 4º - Nas fábricas de explosivos orgânicos de base mineral, os merlões, referidos no parágrafo 1º do presente artigo, deverão atingir altura superior à da cumieira dos edifícios.

SEÇÃO XII

Das Edificações para Fins Especiais Diversos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

SUBSEÇÃO I

Dos Templos Religiosos

Art. 267 - Nas edificações destinadas a templos religiosos deverão ser respeitadas as peculiaridades arquitetônicas de cada religião ou culto, desde que fiquem plenamente atendidas as exigências relativas à segurança, proteção e conforto do público.

Parágrafo único - Qualquer edificação anexa ao templo e dentro do mesmo lote será objeto de apreciação em separado pelo órgão competente da Prefeitura, conforme o seu tipo e observadas as prescrições deste Código que lhe for aplicável, devendo preservar-se a paisagem e a estética do logradouro público.

SUBSEÇÃO II

Das Edificações para Barbearias e Salões de Beleza

Art. 268 - As edificações para barbearias e salões de beleza, além das prescrições deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão possuir um lavatório e um sanitário, no mínimo.

SUBSEÇÃO III

Das Lavandarias

Art. 269 - As edificações para lavandarias, além das exigências deste Código que lhes forem aplicáveis, deverão satisfazer ainda as seguintes:

- I - serem construídas de material incombustível, salvo as esquadrias e o madeiramento do telhado;
- II - terem dimensões adequadas à instalação de aparelhos de lavar, secar, passar e esterilizar;
- III - terem pé direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

IV - terem piso provido de ralos ligados diretamente à rede de esgotos, na proporção de um para cada 25,00m² (vinte e cinco metros quadrados);

V - terem iluminação e ventilação correspondente a 1/7 (um sétimo) da área do piso, admitindo-se a iluminação a través de lanternins e shedes;

VI - terem vestiários para ambos os sexos;

VII - terem banheiros e sanitários, devidamente separados por sexos.

§ 1º - Os chuveiros e lavatórios deverão obedecer à proporção de um para cada vinte empregados.

§ 2º - Deverá existir um vaso sanitário e um mictório para cada vinte empregados do sexo masculino, bem como um vaso sanitário para quinze empregados do sexo feminino.

§ 3º - Nos locais onde não existem esgotos, o destino das águas servidas das lavandarias deverá ser indicado pela autoridade sanitária competente.

SUBSEÇÃO IV

Das Galpões, Telheiros e Depósitos de Mercadorias ou Materiais

Art. 270 - As edificações destinadas a galpões, telheiros e depósitos de mercadorias ou materiais deverão observar as seguintes exigências:

I - terem disposição no terreno de forma que as mercadorias ou materiais não sejam visíveis dos logradouros públicos;

II - terem fachada esteticamente adequada, especialmente quando vistas dos logradouros;

III - serem constituídas de cobertura sem fôrro;

IV - terem pátio de manobra para carga e descargas, quando destinadas a guarda ou exposição de mercadorias ou materiais;

V - não terem compartimentos destinados à moradia;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

nem serem utilizadas para esse fim sob qualquer pretexto.

§ 1º - Os galpões e depósitos de mercadorias ou materiais deverão ter compartimentos para escritório e vigia, quando considerados necessários aos seus usos, observadas, no caso, as prescrições deste Código que lhes forem aplicáveis.

§ 2º - A construção de galpões e telheiros deverá ter como finalidade a guarda ou exposição de mercadorias ou de materiais ou a guarda de veículos.

§ 3º - Os galpões e telheiros não poderão ser destinados a fábricas.

Art. 271 - Os galpões deverão satisfazer ainda os seguintes requisitos:

- I - terem pé direito mínimo de 3,00m (três metros);
- II - serem fechados em todas as faces.

§ 1º - Os galpões poderão ser construídos sem constituírem obrigatoriamente dependências de outras edificações.

§ 2º - Excepcionalmente, os galpões poderão ser destinados a oficinas.

§ 3º - No caso previsto pelo parágrafo anterior, o galpão deverá ser, obrigatoriamente, construído sobre pilares ou paredes de material incombustível, bem como atender às exigências deste Código para oficinas em geral, em especial nos locais reservados ao trabalho dos operários e nos destinados a sanitários.

Art. 272 - Os telheiros deverão atender ainda as seguintes exigências:

- I - serem construídos exclusivamente como dependência de edificação existente no lote;
- II - terem pé direito mínimo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);
- III - terem a cobertura suportada por meio de pilares
- IV - terem pelo menos uma face coberta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Parágrafo único - Na sua disposição no terreno, o telhado deverá ficar preferencialmente oculto pela edificação da qual constitui dependência.

Art. 273 - Os depósitos de mercadorias ou materiais, inclusive sucatas, deverão ter pé direito mínimo de 4,00m (quatro metros).

SUBSEÇÃO V

Dos Jiraus

Art. 274 - Os jiraus, destinados a pequenos escritórios, depósitos, localização de orquestras, ampliação de lojas ou dispositivos elevados de indústrias, serão permitidos se os seus espaços úteis ficarem perfeitamente iluminados e se não resultarem prejudiciais às condições de iluminação e ventilação do compartimento em que os mesmos tiverem de ser construídos.

§ 1º - Não será permitido jirau que cubra mais de 25% (vinte e cinco por cento) da área do compartimento e que o mesmo tiver de ser construído, salvo se constituir passagem de largura não superior a 0,80m (oitenta centímetros), ao longo das paredes.

§ 2º - Ficam proibidos jiraus em dormitórios de edifícios pluri-habitacionais.

§ 3º - Em edifício uni-habitacional, será tolerado jirau se este for destinado, exclusivamente, para biblioteca ou gabinete de trabalho.

Art. 275 - O jirau deverá ser construído de forma a atender às seguintes exigências:

I - deixar passagem livre, por baixo, com altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

II - ter pé direito mínimo de 2,00m (dois metros) para área até 10,00m² (dez metros quadrados) e 2,30m (dois metros e trinta centímetros) para área superior a 10,00m² (dez metros quadrados);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

III - ter balaustrado de altura máxima de 1,00m (um metro);

IV - ter escada de acesso fixa com corrimão;

V - não ter divisões nem fechamento por parede de qualquer espécie.

§ 1º - Quando o jirau tiver de ser frequentado pelo público, a escada de acesso deverá ser disposta de forma a não prejudicar a circulação no respectivo compartimento e a atender às demais condições aplicáveis ao mesmo.

§ 2º - Quando necessário, serão exigidas aberturas que iluminem e ventilem o espaço torrado aproveitável com a construção do jirau.

§ 3º - No caso de ser o jirau destinado a depósito de mercaderias ou materiais, é obrigatório:

a) declarar a sobrecarga possível;

b) justificar as condições de resistência da construção projetada e das partes do edifício por ela interessadas.

SEÇÃO XIII

Das Edificações na Zona Rural

Art. 276 - As edificações em geral na zona rural, quando com mais de 80,00m² (oitenta metros quadrados) e localizadas a menos de 100,00m (cem metros) de distância do alinhamento das rodovias, deverão observar as seguintes condições:

I - serem construídas em terreno seco;

II - terem os compartimentos com aberturas para o exterior, de forma a receber ar e luz;

III - terem o piso nivelado e pelo menos tijolado;

IV - terem a cobertura preferencialmente de material incombustível, imputrescível e mal condutor de calor;

V - terem cozinhas providas de chaminés;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

VI - terem banheiros;

VII - terem sanitários, ligados a fossas secas ou sépticas.

§ 1º - O abastecimento de água para uso doméstico, deverá ser feito através de poços ou fontes, devidamente protegidos.

§ 2º - Os depósitos de cereais deverão ser bem arejados e ter piso impermeabilizado e isolado do solo, a fim de impedir a ação da umidade e a proliferação de roedores.

Art. 277 - As edificações destinadas a estábulos ou estrebarias, quando localizadas a menos de 100,00m (cem metro de distância do alinhamento das rodovias, deverão satisfazer as seguintes exigências:

I - terem altura mínima de 3,00m (três metros), bem como iluminação e ventilação adequadas;

II - terem paredes resistentes e impermeáveis até 2,00m (dois metros) acima do nível do solo, com a parte superior rebocada e caiada;

III - terem o piso elevado do nível do solo exterior e revestido com camada resistente e impermeável, assente sobre base de concreto, com declividade mínima de 2% (dois por cento) até a sarjeta ou canteleta que receba e conduza os resíduos líquidos para o exterior;

IV - terem a cobertura de material imcombustível e mau condutor de calor e o teto que permita fácil limpeza, não sendo permitida cobertura metálica;

V - terem as baias divisões de fácil limpeza e que não dificultem a lavagem do piso;

VI - terem a coxia ou corredor de passagem com abertura livre nunca inferior a 1,60m (um metro e sessenta centímetros) de tampo a tampo das divisões;

VII - terem as mangedouras e bebedouros impermeáveis, de forma a permitir a sua conservação em bom estado de asseio



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

e apresentar disposições que impeçam a estagnação dos líquidos

VIII - disporem de uma área de serviço, provida de ralo e devidamente calçada, de superfície igual ao número de animais multiplicando por 5,00m² (cinco metros quadrados), não podendo ser inferior a 25,00m² (vinte e cinco metros quadrados) nem ter largura inferior a 5,00m (cinco metros);

IX - terem cada baia com área mínima de 3,50m (três metros e cinquenta centímetros);

X - terem depósitos de forragem bem ventilados e isolados dos compartimentos destinados aos animais;

XI - terem compartimentos isolados, com dimensões mínimas de 3,00m (três metros) por 4,50m (quatro metros e cinquenta centímetros), para animais doentes, antes da remoção para lugar apropriado.

§ 1º - A sarjeta a que se refere o item III, do presente artigo deverá ser disposta na linha divisória do corredor e das baias e construídas de material liso e impermeável, de fácil limpeza e com a declividade necessária ao escoamento.

§ 2º - Em torno das edificações destinadas a estábulos ou estrebarias deverá existir outra sarjeta com largura mínima de 1,00m (um metro), a fim de permitir pronto escoamento das águas servidas, tanto no interior como no exterior.

§ 3º - As águas residuais deverão ser conduzidas a um poço absorvente.

§ 4º - Junto ao estábulo ou estrebaria deverá ser construído um fosso ou depósito de material impermeável, de fácil limpeza e desinfecção, destinado a receber diretamente os resíduos sólidos por meio de uma abertura na parte inferior da parede junto ao piso.

§ 5º - O fosso ou depósito, referido no parágrafo anterior, deverá ter capacidade para receber os resíduos de dois dias, no máximo, sendo coberto por meio de tampa que feche hermeticamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 6º - Os estábulos deverão dispôr de um compartimento especial para alojamento de bezerros, construídos de material de fácil limpeza e que não possibilite a existência de insetos.

§ 7º - Os estábulos de capacidade superior a três animais deverão dispôr, obrigatoriamente, de sala de ordenha e de compartimentos para depósitos e medição do leite, segundo os seguintes requisitos:

a) serem iluminados e ventilados por amplas aberturas, devidamente teladas;

b) terem piso revestido de material resistente, liso e impermeável, bem como paredes revestidas de material idêntico até a altura mínima de 2,00m (dois metros).

Art. 278 - As casas destinadas a vendas, botequins quitandas e estabelecimentos congêneres, localizadas nas propriedades rurais ou às margens de rodovias e caminhos, deverão ter piso revestido de material resistente, liso e impermeável, bem como paredes revestidas de material idêntico até a altura mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros)

CAPÍTULO VIII

Dos Serviços de Construção de Edificações

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 279 - É obrigatória a execução das edificações em absoluta conformidade com o projeto arquitetônico aprovado pelo órgão competente da Prefeitura.

§ 1º - No caso de projeto modificativo, deverão ser obedecidas as indicações das novas plantas aprovadas.

§ 2º - As prescrições do presente artigo são extensivas ao projeto de fundações e ao projeto estrutural.

Art. 280 - Independente de qualquer providência da fiscalização municipal, o construtor responsável pela edifi-



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

cação deverá notificar obrigatoriamente, ao órgão competente da Prefeitura sobre a data exata do início dos serviços.

Parágrafo único - A exigência do presente artigo é extensiva às demolições.

SEÇÃO II

Das Instalações da Obra

Art. 281 - A construção de qualquer edificação só poderá ser iniciada após prévio e adequado preparo do solo.

§ 1º - A exigência do presente artigo diz respeito à limpeza do terreno, de forma a deixá-lo completamente livre.

§ 2º - Quando existirem edificações confinantes, é obrigatória a sua vistoria nos seguintes casos:

- a) se as edificações vizinhas tiverem fundações rasas;
- b) se a edificação a ser construída tiver subsolo ou níveis de fundações inferiores aos das fundações dos edifícios vizinhos;
- c) se o terreno for pouco consistente.

§ 3º - No caso de vistoria, deverá ser feita a determinação do tipo de estrutura das edificações confinantes, a fim de permitir o projeto de escoamento adequado.

§ 4º - No caso de execução de demolição, é obrigatório que sejam tomadas medidas de proteção capazes de impedir danos à propriedades vizinhas, aos transeuntes e aos próprios trabalhadores.

Art. 282 - As instalações provisórias do canteiro de obras deverão ser executadas de acordo com o respectivo projeto.

§ 1º - As instalações provisórias deverão atender a todas as necessidades de construção, de modo a facilitar a execução dos diversos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 2º - Os barracões deverão ser construídos nos locais previamente determinados e em função do vulto da obra.

Art. 283 - Todos os equipamentos e maquinária necessários à execução do edifício deverão ser cuidadosamente previstos, a fim de que os diversos serviços sigam o melhor ritmo de produção.

Art. 284 - Se houver necessidade de exploração do subsolo, esta deverá ser feita conforme as prescrições normalizadas pela ABNT.

Art. 285 - Não será permitida a construção de edificações em terreno pantanoso e alagadiço antes de executadas as necessárias obras de drenagem e enxugo.

SEÇÃO III

Dos Tapumes

Art. 286 - Qualquer edificação a ser construída ou demolida, situada no alinhamento do logradouro, deverá ser obrigatoriamente protegida por tapumes.

§ 1º - A colocação de tapumes deverá ser feita antes do início dos trabalhos em terra e depende da licença para edificar ou da licença para demolir.

§ 2º - Os tapumes deverão ser mantidos enquanto perdurarem as obras.

Art. 287 - Os tapumes deverão satisfazer os seguintes requisitos:

I - não ocuparem mais da metade da largura do passeio observando-se o máximo de 3,00m (tres metros) em qualquer caso;

II - serem feitos de tábuas aparelhadas o suficiente-mente resistente, assegurarem o fechamento do canteiro de obras e apresentarem bom acabamento;

III - terem portões e portas com dimensionamento apropriados aos serviços de construção;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

IV - terem afixada de forma bem visível a placa de numeração da edificação;

V - terem afixadas de forma bem visível as placas indicadoras de tráfego de veículos e a da nomenclatura da rua , quando forem localizadas em esquinas de logradouros;

VI - terem sempre altura superior a 2,10m (dois metro e dez centímetros);

VII - terem, acima de 3,00m (tres metros), uma prote - ção inclinada sob ângulo de 45º (quarenta e cinco graus) e que atinja a quarta parte da largura do passeio, no mínimo, não po dendo ultrapassar a sua largura.

§ 1º - No caso em que for tècnicamente indispensável para a execução da obra, maior ocu^{pa}ção do passeio do que a prevista no presente artigo, o construtor responsável deverá ' dirigir-se por escrito ao órgão competente da Prefeitura, apre sentando a correspondente justificativa.

§ 2º - Quando localizados nos logradouros principais os tapumes deverão satisfazer ainda as seguintes exigências:

a) serem feitos de madeira aparelhada, pintados a ' tinta lavável nas faces voltadas para o logradouro e providos' de ripas ou outros processos capazes de assegurar perfeita vedação das juntas;

b) serem conservados com as faces externas em estado de completa limpeza.

§ 3º - A madeira aparelhada poderá ser substituída ' por placas pré-soldadas de cimento, fibrccimento ou outros ma- teriais tècnicamente adequados, sem necessidade de pintura, ' desde que resistentes e apresentem aspecto esteticamente satis fatório.

Art. 288 - Quando as edificações ou demolições forem recuadas os tapumes deverão ser feitas no alinhamento do logra douro, com altura mínima de 2,10m (dois metros e dez centímo -



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

tros).

Art. 289 - Na parte externa dos tapumes não será permitida a ocupação de qualquer parte da via pública, devendo o responsável pela execução das obras manter o espaço livre do passeio em perfeitas condições de trânsito para os pedestres.

§ 1º - No caso de ser indispensável a poda em árvores do logradouro, para colocar tapumes ou facilitar a construção ou a demolição, o interessado deverá requerer autorização à Prefeitura.

§ 2º - Os tapumes deverão garantir efetiva proteção às árvores, aparelhos de iluminação pública, postes e outros dispositivos existentes nos logradouros.

Art. 290 - Os tapumes poderão ser dispensados nos seguintes casos:

I - na construção, elevação, reparos ou demolição de muros e gradis até 3,00m (três metros) de altura, exceto nas vias principais;

II - em edificações ou demolições afastadas no alinhamento do logradouro destituído de passeios e de guias;

III - em pinturas ou remendos em fachadas, exceto nas vias principais, desde que sejam armados andaimes protetores, suspensos a uma altura mínima de 3,00m (três metros).

Parágrafo único - Não poderão existir as dispensas referidas nos itens do presente artigo, nos casos de logradouros com passeio de largura muito reduzida ou de trânsito intenso.

SEÇÃO IV

Dos Trabalhos em Terra

Art. 291 - A locação da obra no terreno deverá ser feita de acordo com as plantas de situação e de locação dos pilares e das paredes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Parágrafo único - A locação deverá ser realizada pe los eixos face dos pilares ou das paredes, observados os ní - veis indicados no projeto arquitetônico aprovado.

Art. 292 - Nas escavações, o processo a adotar de - penderá da natureza do solo, sua topografia, dimensões e volu - me do material a remover ou aterrar, visando-se sempre o máxi - mo de rendimento e economia.

§ 1º - As escavações deverão ser executadas com a cautela e segurança indispensáveis à preservação da vida e da propriedade.

§ 2º - Nas escavações efetuadas nas proximidades de edifícios, logradouros ou servidões, deverão ser empregados / métodos de trabalho que evitem ou reduzem ao mínimo a ocorrên - cia de qualquer perturbação oriunda dos fenômenos de desloca - mento.

§ 3º - Ao serem utilizados explosivos, é obrigató - ria a observância das normas tecnicamente recomendadas.

§ 4º - Quando necessário, os locais escavados deve - rão ser escorados por meios adequados de proteção.

§ 5º - Quando tecnicamente desaconselhável, o órgão competente da Prefeitura poderá impedir qualquer escavação si - tuada em nível inferior ao das fundações dos edifícios vizi - nhos.

Art. 293 - Os trabalhos de aterros e reaterros deve - rão ser executados com material adequado e escolhido, de pre - ferência areia ou terra, sem detritos vegetais, em camadas / sucessivas de 0,20m (vinte centímetros), devidamente molhadas e apiloadas, a fim de serem evitadas ateriores fendas, trinca e desníveis em virtude de rechaques nas camadas aterradas.

Parágrafo único - As prescrições do presente artigo deverão ser observadas em todas as áreas remanescentes das / fundações, onde for necessária a regularização do terreno.

Art. 294 - As drenagens poderão ser feitas por meio



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

de valetas, com enchimento parcial de brita, formando vazios ou por meio de condutores furados ou não, com juntas descontínuas.

Parágrafo único - A profundidade e o dimensionamento dos drenos serão fixados após os ensaios que se fizerem necessários.

Art. 295 - As paredes das cavas de fundações deverão ser escoradas nos seguintes casos:

I - quando a coesão do terreno for insuficiente para manter os cortes aprumados;

II - quando as cavas forem muito profundas.

§ 1º - O tipo de escoramento deverá ser escolhido de acordo com as condições apresentadas em cada caso.

§ 2º - Nos terrenos de pouca coesão deverá haver proteção resistente às pressões laterais do solo, fundações vizinhas, pressão das águas e impermeabilidade à sua passagem.

§ 3º - Para evitar quaisquer modificações nas estruturas de edifícios vizinhos, deverão ser tomadas todas as providências que forem tecnicamente adequadas e necessárias.

Art. 296 - O esgotamento será obrigatório quando as fundações atingirem terreno embebidos ou lençol de água ou quando as cavas acumularem águas de chuvas, impedindo o prosseguimento dos serviços.

Art. 297 - O rebaixamento do lençol de água, quando efetuado, deverá observar o projeto elaborado, empregando-se sempre equipamento adequado, garantida a proteção dos edifícios vizinhos porventura existentes.

SEÇÃO V

Dos Materiais de Construção

Art. 298 - Os materiais de construção, seu emprego e os métodos de sua utilização, deverão satisfazer às normas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

padronizações e especificações adotadas pela ABNT.

§ 1º - A Prefeitura poderá impedir o emprêgo de materiais de construção inadequados, com defeitos ou impurezas, que possam comprometer a estabilidade da edificação ou a segurança do público.

§ 2º - Nos casos de materiais cuja aplicação não esteja definitivamente consagrada pelo uso, a Prefeitura poderá exigir análises ou ensaios, efetuados, à custa do interessado, por entidade pública de pesquisas tecnológicas.

SEÇÃO VI

Dos Andaimes e Plataformas

Art. 299 - Os andaimes deverão ficar dentro do tapume e satisfazer as seguintes exigências:

I - terem os postos, travessas, escadas e demais peças em perfeitas condições de resistência e estabilidade e capazes de garantir os operários e transeuntes contra acidentes;

II - terem largura mínima de 1,20m (um metro e vinte centímetros) não podendo exceder a largura do passeio;

III - terem as tábuas das pontes com espessura mínima de 0,025m (vinte e cinco milímetros);

IV - terem as pontes protegidas externamente por um guarda-corpo construído de dois barrotes horizontais, sendo um fixado a 0,50 m (cinquenta centímetros) e outro a 1,00m (um metro) acima do piso;

V - terem a ponte de serviço protegida por uma cortina externa capaz de impedir a queda de materiais.

§ 1º - A colocação de andaimes depende da licença para edificar ou da licença para demclir.

§ 2º - Não será permitido o uso de madeira roliça em andaimes de edifícios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 3º - As escadas colocadas nos andaimes deverão ter a necessária solidez e ser mantidas com a suficiente inclinação, além de apoiadas e amarradas.

§ 4º - É proibida a colocação de escadas fora de tapumes.

Art. 300 - Os andaimes armados com cavaletes ou escadas serão permitidos nos seguintes casos:

I - quando usados exclusivamente para pequenos serviços, até a altura máxima de 5,00m (cinco metros);

II - quando forem providos de travessas que os limitem, a fim de impedir o trânsito público sob as peças que o constituem.

SEÇÃO VII

De Execução dos Elementos Construtivos de Edificações

SURSEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 301 - Na execução dos elementos construtivos de edificações, deverão ser fielmente observados os respectivos projetos, com todas as suas especificações e detalhes.

§ 1º - As especificações e os métodos de execução dos elementos construtivos deverão observar rigorosamente a boa técnica de construção e as prescrições normatizadas pela ABNT ou por este Código.

§ 2º - Os serviços de execução deverão desenvolver-se obrigatoriamente, sob a supervisão permanente do construtor responsável.

§ 3º - As prescrições do presente artigo e dos parágrafos anteriores são extensivas aos elementos construtivos especiais, especificados neste Código.

SURSEÇÃO II

Das Fundações



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 302 - Toda e qualquer fundação deverá ser executada com obediência rigorosa às prescrições normalizadas pela ABNT e pela ABNT conjuntamente e sob responsabilidade da firma ou profissional construtor.

Art. 303 - As fundações deverão ser executadas de acordo com a locação, com marcos rigorosamente dispostos.

Parágrafo único - Os marcos da locação deverão permanecer até a conclusão dos trabalhos das fundações, para referência e inspeção da fiscalização municipal.

Art. 304 - Na fiel observância do projeto de fundação durante a sua execução, deverá ser dada especial atenção aos seguintes elementos:

- I - profundidade das sapatas nas fundações rasas ou comprimento das estacas enfiadas nas fundações profundas;
- II - diâmetro e posição da estrutura metálica projetada;
- III - dimensões dos elementos a executar em face do dimensionamento do cálculo figurado nas plantas.

Art. 305 - Para lançamento de fundação rasa deverão ser tomadas as seguintes providências:

- I - regularização e dessecamento das cavas, com ou sem escoramento dos taludes;
- II - lançamento de camada de base ou lastro, caso previsto no projeto;
- III - compactação do terreno subjacentes;
- IV - execução de camada impermeabilizante, caso tenha sido prevista.

Parágrafo único - A colocação das armaduras completas deverá obrigatoriamente, preceder ao lançamento do concreto.

Art. 306 - Qualquer que seja o seu tipo, as fundações deverão ser executadas de forma que não prejudiquem os imóveis vizinhos e fiquem completamente independentes das vizinhas existentes e integralmente situadas dentro dos limites do lote.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

do lote.

SUBSEÇÃO III

Da Estrutura

Art. 307 - Além do atendimento das especificações do projeto estrutural, a execução de toda e qualquer estrutura, deverá observar rigorosamente as prescrições normalizadas pela ABNT.

SUBSEÇÃO IV

Das Paredes

Art. 308 - Na execução das paredes deverão ser fielmente respeitados os alinhamentos, dimensões, espessuras e de mais detalhes estabelecidos no projeto arquitetônico ou no projeto estrutural, este quando for o caso.

Art. 309 - Na execução de paredes de tijolos, estes deverão ser molhados antes de seu emprego e assentados formando fiadas perfeitamente niveladas, alinhadas e apuradas.

§ 1º - A espessura das juntas deverá ser rebaixada à ponta de colher um milímetro e meio, no máximo, permanecendo perfeitamente colocadas em linhas horizontais contínuas e verticais descontínuas.

§ 2º - As saliências superiores a três centímetros só poderão ser executadas com o próprio tijolo ou em concreto.

§ 3º - Nos rodapés deverão ser fixados tacos de madeira com espaçamento mínimo de oitenta centímetros.

§ 4º - Sobre os vãos das portas e janelas deverão ser construídas vergas armadas, preferencialmente de concreto, sendo que o sobrepasso, além da medida de vão, não poderá ser inferior a quinze centímetros.

§ 5º - É obrigatório construir vergas de peitoris, nas mesmas discriminações do parágrafo anterior, para vãos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

superiores a 2,00m (dois metros), para janelas ou caixilhos diversos.

§ 6º - No caso de edifícios de estrutura de concreto armado ou metálica, as paredes de tijolos deverão ser interrompidas quinze centímetros antes das vigas ou lajes, ficando o arremate final para ser feito, no mínimo, oito dias após, com tijolos inclinados, do tipo maciço.

§ 7º - Os parapeitos, platibandas, guarda-copos e paredes baixas de tijolos que não forem calçados na parte superior, deverão ser respaldados com cintas de concreto armado, convenientemente dimensionadas.

§ 8º - O assentamento deverá ser feito com o emprego das seguintes argamassas:

a) no caso de tijolos maciços ou furados: traço 1:8 de cimento e areia grossa ou traço 1:2:9 de cimento, cal em pasta e areia fina peneirada.

Art. 310 - Na execução de paredes de pedra, deverão ser empregadas as seguintes argamassas:

1º - traço de 1:8 de cimento e areia grossa;

2º - traço 1:2:9 de cimento, cal em pasta e areia fina peneirada.

Parágrafo único - As pedras deverão ser bem acamadas, dispostas em fiadas, de forma a garantir a estabilidade das paredes.

Art. 311 - Na execução de paredes de pedra argamassada, as pedras deverão ter dimensões superiores a trinta centímetros e serem cortadas a martelo, segundo sua feição, bem como colocadas e ajustadas de acordo com o seu leito natural, dispostas em posição horizontal, escolhendo-se as maiores para formar a base.

§ 1º - As pedras deverão ser molhadas antes de seu assentamento sobre camada de argamassa e comprimidas até que esta reflua pelos lados e juntas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 2º - Após tomarem posição, as pedras poderão ser calçadas, quando necessário, com lascas duras, de dimensões adequadas, a fim de compor um bom paramento maciço, sem vazios ou interstícios.

§ 3º - Para assentamento ou rejuntamento, as argamassas a empregar serão no traço 1:3 de cimento e areia grossa.

Art. 312 - As paredes de blocos de concreto deverão ser feitas com argamassa nos seguintes traços:

I - 1:8 ou 1:6 de cimento e areia grossa;

II - 1:2:7 de cimento, cal em pasta e areia fina peneirada.

§ 1º - A espessura das juntas deverá ser rebaixada à colher de pedreiro um milímetro e meio, pelo menos, permanecendo perfeitamente colocadas em linha horizontais, contínuas e verticais descontínuas.

§ 2º - Antes de aplicar a argamassa de assentamento, os blocos de concreto vibrados deverão ser abundantemente molhados.

Art. 313 - Nas paredes de madeira, a estrutura será de madeira de lei, formada por esteios, frechais e travessas adequadamente dimensionados, sobre a qual serão fixados, nas duas faces, as peças de acabamento igualmente de madeira de lei, providas de encaixes, se forem friso.

Art. 314 - Nas paredes de placas prensadas, a estrutura será de madeira, de lei, constituída de sarrafos dispostos horizontal e verticalmente, formando painéis, com espaçamentos variáveis, segundo o tamanho e dimensões das placas prensadas, que sobre eles serão fixadas.

Art. 315 - Nas paredes de placas ou blocos de concreto celular o assentamento e fixação deverão obedecer o mesmo critério e discriminação estabelecidos para tijolos.

Art. 316 - Nas paredes de blocos de vidro, com dimensões variáveis segundo o tipo escolhido, deverão ser observado os seguintes métodos de execução:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

- I - pintar previamente a base com emulsão asfáltica;
- II - proteger as ombreiras com juntas de expansão, de fibras de vidro, tendo espessura de seis a oito milímetros.

§ 1º - De quatro em quatro fiadas, deverá ser colocado um vergalhão com diâmetro nominal de cinco milímetros, nas posições horizontal e vertical, convenientemente envolvido pela argamassa.

§ 2º - O reajuntamento deverá ser liso.

§ 3º - As argamassas a empregar serão as seguintes:

- a) para assentamento: 1:4 de cimento e areia grossa.
- b) para reajuntamento: 1:1 de cimento branco e cal em pasta.

SUBSEÇÃO V

Das Coberturas

Art. 317 - Na execução das coberturas, além das prescrições normalizadas pela ABNT e das especificações do respectivo projeto, deverão ser rigorosamente obedecidas todas as discriminações contidas nas plantas de detalhes.

Parágrafo único - Na execução das estruturas, estas deverão reproduzir, com exatidão, as hipóteses de cálculo com apoios móveis, inclinações das peças, concentração das cergas e ligações.

SUBSEÇÃO VI

Das Fachadas

Art. 318 - Além de terem de ser construídas em conformidade com o projeto arquitetônico, as fachadas ficarão sempre sujeitas à censura estética no processo de sua execução, a critério do órgão competente da Prefeitura.

SEÇÃO VIII

Das Instalações Prediais



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 31º - Depois de construída a estrutura da edificação, deverão ser rigorosamente observadas as seguintes exigências:

- I - as localizações, especificações e detalhes indicados no respectivo projeto;
- II - as prescrições normalizadas pela ABNT.

SEÇÃO IV

Dos Tratamentos e Acabamentos

SUBSEÇÃO I

Das Impermeabilizações

Art. 32º - As impermeabilizações poderão ser realizadas por meio dos seguintes processos:

- I - camada de concreto simples;
- II - concreto ou argamassa com solução de material impermeabilizante;
- III - pinturas hidrótugas;
- IV - impregnação asfáltica;
- V - membranas ou revestimento de proteção;
- VI - outros meios que a técnica de construção recomendar.

§ 1º - Além das especificações feitas no presente artigo, poderá ser realizado tratamento térmico ou impermeabilização acústica, conforme o caso.

§ 2º - Os métodos de execução das impermeabilizações serão os utilizados pela boa técnica de construção ou os recomendados nas prescrições normalizadas pela ABNT.

SUBSEÇÃO II

Dos Revestimentos das Paredes

Art. 33º - As paredes dos edifícios deverão ser revestidas, externamente e internamente, com material apropriado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 1º - O revestimento será dispensado se a solução arquitetônica determinar material aparente.

§ 2º - Quando as paredes ficarem com o pavimento externo em contacto com o terreno circundante, deverão ter revestimento interno impermeável.

Art. 322 - Os revestimentos de argamassa deverão ser executados de acordo com as especificações tecnicamente recomendadas e constituídas por meio de camadas contínuas, superpostas e uniformes.

§ 1º - O embôco será aplicado sobre a superfície a revestir e o rebôco sobre o embôco.

§ 2º - Antes do início da operação, as superfícies das paredes e dos tetos deverão ser limpas e abundantemente molhadas.

§ 3º - Antes de serem iniciados os serviços de revestimentos, todos os dutos e redes de água, esgotos e ar, deverão ser ensaiados à pressão recomendada para cada caso.

§ 4º - As prescrições do parágrafo anterior são extensivas aos aparelhos e válvulas, embutidos.

§ 5º - As superfícies destinadas a receber revestimento deverão ser chapiscadas com argamassa, no traço 1:3 de cimento e areia.

§ 6º - Os revestimentos só poderão ser iniciados após completa pega de argamassa das alvenarias e do embutimento das canalizações das paredes.

§ 7º - Toda argamassa que apresentar vestígios de endurecimento deverá ser rejeitada para aplicação.

§ 8º - Para garantir desempenho perfeito, deverão ser tiradas mostras de madeira.

§ 9º - Os revestimentos deverão apresentar superfícies perfeitamente desempenadas.

Art. 323 - Os revestimentos de paredes poderão ser dos seguintes tipos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

- I - chapisco;
- II - cimento;
- III - cimento liso;
- IV - embôço paulista;
- V - embôço;
- VI - rebôco, rebôco rústico, rebôco camurçado ou rebôco liso;
- VII - cimento branco e areia especial;
- VIII - pré-fabricado;
- IX - azulejos;
- X - ladrilhos hidráulicos ou ladrilhos cerâmicos;
- XI - mármore;
- XII - mármore ou granitina;
- XIII - pedra;
- XIV - placas de pastilhas de porcelana.

Parágrafo único - Além dos revestimentos especificados nos itens do presente artigo, poderão ser executados revestimentos especiais, com chapas de aço inoxidável, ligas de alumínio, grafite, materiais plásticos e vinílicos, prensados de fibra de madeira ou de vidro, pastilhas de vidro, madeira laminada e placas de gesso.

Art. 324 - Qualquer que seja a edificação é obrigatório revestimento de material liso, resistente e impermeável até a altura mínima de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros), nas paredes dos seguintes compartimentos:

- I - caixas de escadas;
- II - cozinhas, copas e despensas;
- III - banheiros;
- IV - vestiários, no caso de fábricas e oficinas;
- V - salas destinadas a laboratórios;
- VI - salas destinadas aos primeiros socorros de urgência no caso de acidente, nos estabelecimentos industriais;
- VII - salões de consumação de cafés, restaurantes e bares;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

VIII - salões de barbeiros e cabelereiros e salões de beleza;

IX - salas de manipulação, salas de depósitos, venda e expedição de pães e biscoitos e depósitos de matérias primas de panificadoras e fábricas de massas e congêneres.

§ 1º - Nos estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios as exigências do presente artigo são extensivas aos compartimentos destinados à venda dos referidos congêneres.

§ 2º - Nas paredes dos corredores de acesso de qualquer edificação e nas de refeitórios de estabelecimentos industriais, o revestimento especificado no presente artigo deverá ser aplicado até a altura de 2.00m (dois metros).

Art. 325 - É obrigatório revestimento de material liso resistente e impermeável nas paredes internas das seguintes edificações:

I - industriais, especialmente nas destinadas a indústrias alimentícias;

II - armazéns e depósitos de gêneros alimentícios;

III - depósitos de explosivos e inflamáveis;

IV - oficinas em geral;

V - garagens domiciliares e garagens coletivas;

VI - frigoríficos, matadouros-frigoríficos, fábricas de produtos suínos, fábricas de conservas e gorduras e matadouros avícolas;

VII - mercados e supermercados;

VIII - lavanderias;

IX - hotéis, motéis e pensões;

X - necrocômios e necrotérios;

§ 1º - No caso de farmácias ou drogerias, de indústria químicas e farmacêuticas, de câmaras de secagem de fábricas de massas e congêneres, entrepostos e casas de carnes as paredes internas deverão ser revestidas de material liso, resistente, impermeável e não absorvente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

§ 2º - Nas casas e entrepostos de carnes o revestimento das paredes, referido no parágrafo anterior, deverá ser até a altura mínima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros)

§ 3º - No caso de edifícios assistenciais e escolares as paredes internas deverão ser revestidas até a altura mínima de 2,00m (dois metros), de material liso, resistente e impermeável, não sendo permitido o simples cimentado.

Art. 326 - As chaminés de tiragem ou poços de ventilação deverão ter, intiramente, revestimento liso.

Art. 327 - Os compartimentos subterrâneos e porões deverão ter faces externas das paredes do perímetro revestidas de material impermeável e resistente até a altura mínima de 0,30m (trinta centímetros).

Parágrafo único - No caso das paredes internas dos referidos compartimentos, o revestimento deverá ser, também, de material resistente e impermeável até a altura mínima de 0,30m (trinta centímetros), sendo o restante rebocado e caiado.

Art. 328 - O revestimento interno das piscinas deverá ser de material impermeável e de superfície lisa, que permita perfeita visibilidade.

Art. 329 - Nos edifícios assistenciais e nos consultórios médicos, as dependências de radioterapia, de contato e de Raios-X, deverão ter paredes com revestimento que garanta a proteção radiológica, de acordo com as prescrições normalizadas pela ABNT.

Art. 330 - Toda e qualquer fachada externa de edifício de mais de dois pavimentos deverá ser, obrigatoriamente, revestida de material cerâmico.

Art. 331 - Em galeria sobre passeio, todas as faces dos pilares, a fachada do edifício no interior da galeria e a fachada externa à galeria até o nível do piso do segundo pavimento deverão ser revestidos de granito polido ou de material semelhante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

Art. 332 - Os métodos de execução de revestimento de paredes serão utilizados pela boa técnica de construção ou recomendadas nas prescrições normalizadas pela ABNT.

SUBSEÇÃO III

Dos Revestimentos dos Pisos

Art. 333 - Os pisos deverão ser revestidos com material apropriado, segundo o caso e as prescrições deste Código

§ 1º - Os métodos de execução serão os utilizados pela boa técnica de construção ou recomendadas nas prescrições normalizadas pela ABNT.

§ 2º - O material de revestimento deverá ser aplicado de forma a não ficarem espaços vazios.

Art. 334 - Os revestimentos de pisos poderão ser dos seguintes tipos:

- I - cimentados, com acabamento liso ou áspero;
- II - placas de concreto simples ou de concreto armado, ou blocos pré-fabricados de concreto;
- III - lajotas aplicadas ou polidas;
- IV - mosaico português;
- V - mármore naturais;
- VI - ladrilhos prensados de marmorite ou granilite;
- VII - marmorite ou granilite fundido no local;
- VIII - ladrilhos hidráulicos ou cerâmicos;
- IX - madeiras, em tacos, frisos e tábuas;
- X - pastilhas de porcelana.

Parágrafo único - Além dos revestimentos de pisos especificados nos itens do presente artigo, poderão ser executados revestimentos com outros materiais, a exemplo de blocos de vidro, ladrilhos de borracha ou borracha em lençol, placas ou painéis plásticos e vinílicos e cortiça.

Art. 335 - Qualquer que seja a edificação, é obrigató



PREFEITURA MUNICIPAL DE PATROCÍNIO - M. G.

rio revestimento de material liso, resistente e impermeável, nos pisos dos seguintes compartimentos:

- I - cozinhas, copas e despensas;
- II - lavatórios, banheiros e sanitários;
- III - lavadouros e áreas de serviços;
- IV - adegas;
- V - vestiários, no caso de fábricas e oficinas;
- VI - refeitórios dos estabelecimentos industriais;
- VII - salões de consumo de cafés, restaurantes e bares;
- VIII - salões de manipulação, depósito, venda e exposição, bem como câmaras de secagem de produtos, nas penifícadoras e fábricas de massas ou congêneres.

§ 1º - Nos estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios as exigências do presente artigo são extensivas aos compartimentos destinados à venda dos referidos gêneros.

§ 2º - No caso de edifício uni-habitacional, o lavadouro deverá ter, pelo menos ao redor do tanque de lavagem de roupa e em uma largura mínima de 1,00m (um metro), o piso de material impermeável.

Art. 336 - É obrigatório o revestimento de material liso, resistente e impermeável nos pisos das seguintes edificações:

- I - estabelecimentos comerciais e depósitos de gêneros alimentícios;
- II - fábricas de bebidas;
- III - mercados e supermercados;
- IV - lavandarias;
- V - depósitos de explosivos;
- VI - garagens domiciliares.

§ 1º - O revestimento dos pisos de fábricas e oficinas será determinado pelo processo e condições de trabalho em obra preferencialmente de material resistente, liso e impermeável.